

**PCP lança campanha contra flexibilidade e polivalência**

Pág. 32

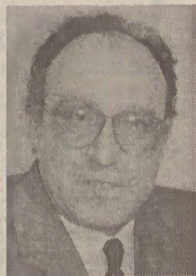


Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Abril de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1168 • Director: Carlos Brito

**A França, nós e a santa aliança anti-social**

A luta dos trabalhadores franceses, bem como as que se travam por essa Europa fora, demonstram que as massas populares rejeitam inequivocamente as políticas neoliberais e que vai crescendo a determinação e a unidade dos que querem uma outra política.



■ Domingos Abrantes

Pág. 20

**EM FOCO**



**Regularização de imigrantes**

Está para breve a abertura de um novo processo de regularização extraordinária de imigrantes. O que merece congratulação. Mas também há preocupações...

■ António Filipe Pág. 22

**Jovens enfermeiros contra a precariedade e o desemprego**

Pág. 23

**INTERNACIONAL**

**Libéria**

Criada pela vontade dos EUA, a Libéria viveu sempre entre a ditadura e a guerra civil.

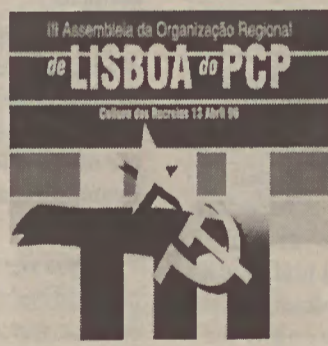
Pág. 15



**Trabalhadores em luta**

**Tudo por tudo na defesa dos direitos**

Pág. 5



**Carlos Carvalhas na III Assembleia da ORL do PCP**

**A arte do disfarce**

«As principais preocupações do PP e do PSD vão para a arte do disfarce. Disfarçar as grandes coincidências nas questões de fundo com a política que o PS infelizmente teima em prosseguir», afirmou o secretário-geral do PCP no discurso proferido ao encerrar os trabalhos da III Assembleia da ORL.

Reportagem nas págs. 8 e 9  
Discurso nas págs. 18 e 19

**Regionalizar é aprofundar a democracia**

«Se houver regiões em Portugal, tal facto será inseparável da luta dos comunistas, dos seus eleitos, das populações, do empenho do PCP dentro e fora da Assembleia da República.»

Centrais



Entrevista com **Luís Sá**



Por ser feriado na próxima quinta-feira – 25 de Abril –, o «Avante!» sairá no dia anterior, quarta-feira, 24.



## EDITORIAL

## Uma nossa batalha



Reúne a III Assembleia da ORL do PCP

## RESUMO

10  
Quarta-feira

O Presidente da República começa a entrega de cartas credenciais a embaixadores ■ A ministra para a Qualificação e Emprego considera «abusiva» a aplicação de sistemas de controlo de utilização das casas de banho em empresas de calçado ■ O Presidente da TAP, Manuel Ferreira Lima, em entrevista ao DN, diz que a empresa tem de reduzir mil postos de trabalho ■ Administração da Parque Expo'98 é reconduzida ■ É anunciada a integração «imediata» da UNITA nas FAA ■ Governo britânico «bastante decepcionado» com a continuação do embargo sobre as exportações de bovinas britânicas, decidida pelo Comité Veterinário Permanente da União Europeia.

11  
Quinta-feira

Os trabalhadores dos transportes filiados na CGTP paralisam contra proposta de lei da flexibilidade de horários e polivalência nas funções ■ O Governo decide testar Rendimento mínimo a partir de Julho e durante 8 meses ■ Vítor Constâncio diz que os impostos vão aumentar em 1997 ■ Assembleia da República discute Regionalização ■ Técnicos de organismos oficiais confirmam no Parlamento a «omissão» deliberada do Governo do PSD da existência de vacas loucas em Portugal ■ Caixa Geral de Depósitos desce juros na habitação e consumo ■ O partido do poder na Coreia do Sul - Partido da Nova Coreia (NKP) - ganha eleições legislativas ■ Giulio Andreotti julgado em Perugia, acusado de ter mandado assassinar o jornalista Mino Pecorelli.

12  
Sexta-feira

Realiza-se em Vilamoura o seminário sobre a regionalização, organizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) ■ INE indica que a economia portuguesa está estagnada ■ Relatório entregue ao Observatório Europeu regista o recenseamento de 42.500 toxicómanos em Portugal em 1995 ■ Conselho de Reitores aprova o 10 como nota mínima de acesso ao ensino superior ■ Infarmed decreta suspensão de venda por 90 dias de 11 medicamentos que contêm substâncias de origem bovina ■ Secretário-geral da NATO garante que o Iberlant vai manter-se em Oeiras.

13  
Sábado

A III Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP reúne no Coliseu, com a participação do Secretário-geral do Partido que intervém no final dos trabalhos ■ O Presidente da República, Jorge Sampaio, passa o dia no Hospital de Santa Cruz, a fim de ser submetido a exames médicos e corrigir o ritmo cardíaco ■ O ministro João Cravinho anuncia, no Semi-

nário sobre Regionalização, em Vilamoura, o reforço dos recursos financeiros para as autarquias em mais 70 milhões de contos ■ Em nova reviravolta, Marcelo Rebelo de Sousa ameaça o PS de não entendimento na revisão constitucional se não houver abertura do partido do Governo quanto a um referendo sobre a regionalização ■ Guterres é reeleito para o cargo de secretário-geral do PS, em votação de 40% dos militantes socialistas ■ O Líbano decide apresentar queixa ao Conselho de Segurança da ONU pelos bombardeamentos israelitas ■ Na Libéria continuam os combates e as pilhagens, enquanto as tropas dos EUA procedem à evacuação de estrangeiros.

14  
Domingo

António Guterres chega ao Brasil, em visita oficial ■ O Futebol Clube do Porto é campeão antecipado, arrebatando o 15º título, após a vitória sobre o Salgueiros e beneficiando do empate do Benfica ■ Israel intensifica bombardeamentos ao Sul do Líbano, enquanto o governo deste país intensifica acção diplomática no sentido de impedir a continuação da agressão israelita ■ O Papa João Paulo II visita a Tunísia, país onde 99% da população é muçulmana.

15  
Segunda-feira

Morre em Lisboa a actriz Beatriz Costa, com 88 anos de idade ■ Rui Vilar é nomeado presidente do Grupo de Trabalho Interministerial que avaliará a situação do Sector Empresarial do Estado ■ Durante as conversações estabelecidas entre Guterres e o Presidente brasileiro é anunciada a decisão de abolir parcialmente os vistos entre os dois países ■ Continuam os bombardeamentos israelitas sobre o Líbano e sobem de tom as críticas internacionais à acção do governo de Israel ■ Americanos e Japoneses chegam a acordo sobre a redução de bases dos EUA em Okinawa, enquanto se prepara a visita de Clinton ao Japão.

16  
Terça-feira

Continua a visita de Guterres ao Brasil, anunciando-se a compra de parte da dívida brasileira em escudos ■ Jorge Sampaio visita o Estado Maior General das Forças Armadas ■ Luís Filipe Menezes, do PSD/Porto, admite alianças com o PP de Manuel Monteiro ■ Bombardeamentos israelitas ao Sul do Líbano atingem campo de refugiados, fazendo seis mortos e 24 feridos ■ Clinton encontra-se com o Presidente da Coreia do Sul e propõe negociações a quatro sobre o conflito latente que opõe as duas Coreias. Negociações que a China aceita e que a Coreia do Norte recusa ■ John Major anuncia actuação judicial contra o embargo que a União Europeia impõe à importação de carne de bovino britânica ■ O antigo primeiro-ministro da Itália, Bettino Craxi, refugiado na Tunísia, é condenado a mais oito anos de prisão por corrupção.

**A** luta contra a celerada proposta de lei da desregulação do horário de trabalho e da polivalência teve um momento alto e recebeu um grande impulso para o seu posterior desenvolvimento, na jornada do passado dia 11 de Abril.

Num primeiro balanço, a CGTP salientou: «Em mais de uma vintena de cidades, dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores fizeram ouvir os seus protestos contra uma proposta de lei que faz letra morta de todos os convénios livremente assinados entre trabalhadores e entidades patronais.»

É também muito significativo o resultado da consulta pública que está a decorrer no quadro do processo legislativo da Assembleia da República.

Segundo uma outra tomada de posição da CGTP, «há centenas de colectivos de trabalhadores que já repudiaram expressamente a proposta de lei... mas não é conhecida uma única posição favorável à iniciativa do Governo.»

Esta matéria mereceu também uma atenção muito especial nos trabalhos da Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Ao discursar no seu encerramento, Carlos Carvalhas, depois de afirmar que a luta contra a proposta de lei governamental «é também uma batalha do nosso Partido», salientou:

«A gravidade das medidas que a proposta de lei comporta leva a que façamos uma exigência democrática ao governo e aos deputados do Partido Socialista, para que não transformem em Lei o carácter injusto e imperativo da desregulamentação dos horários de trabalho e da polivalência, para que, de olhos e ouvidos abertos, vejam e ouçam o resultado da consulta pública que está a ser realizado nas empresas, sectores, sindicatos e comissões de trabalhadores.»

**Esta assunção da luta contra a proposta de lei da desregulação do horário de trabalho, como «uma batalha que também é nossa», implica naturalmente um ainda maior empenhamento dos comunistas no trabalho de esclarecimento e mobilização para impedir que ela seja aprovada na Assembleia da República.**

**A** Conferência de Imprensa dada ontem por Jerónimo de Sousa, em nome da Comissão Política do PCP, confirma plenamente este redobrar de esforços por parte dos comunistas para pôr a nu toda a gravidade do golpe legislativo contra os direitos dos trabalhadores que o Governo pretende concretizar.

A essência deste golpe do Governo reside em criar a aparência de que quer reduzir a semana legal de trabalho e sob esta capa abrir realmente as portas ao seu alongamento, entregando a sua duração à decisão arbitrária do patronato e conferindo a este o poder de utilizar os trabalhadores em qualquer tarefa, alegadamente do interesse da empresa, sem respeito pela especialização ou carreiras profissionais.

O desmascaramento desta operação é o grande objectivo da campanha nacional própria de esclarecimento e alerta que o PCP vai desenvolver, entre 23 de Abril e a primeira quinzena de Maio e que terá como lema: «Flexibilidade e polivalência não podem ser lei».

A campanha do PCP compreenderá um conjunto de cartazes e outros materiais de agitação e informação, uma audição parlamentar, iniciativas de esclarecimento de diverso tipo, distribuições e contactos com os trabalhadores em reuniões preparadas e à porta das empresas.

**Esta assunção da luta contra a proposta de lei da desregulação do horário de trabalho, como «uma batalha que também é nossa», implica naturalmente um ainda maior empenhamento dos comunistas no trabalho de esclarecimento e mobilização para impedir que ela seja aprovada na Assembleia da República.**

O PCP dará a esta questão um realce especial na sua participação no comício de 11 de Maio, em Paris, levado a cabo por iniciativa dos partidos do Grupo Confederal de Esquerda do Parlamento Europeu e muitos outros Partidos comunistas e organizações de esquerda.

Ao mesmo tempo, no plano sindical, a CGTP decidiu «fazer do 1º de Maio uma acção do esclarecimento sobre esta matéria», anunciando, pela voz de Carvalho da Silva, que «vamos fazer tudo por tudo, tudo o que estiver ao nosso alcance para travar esta proposta».

O prosseguimento da luta é assim essencial, o que implica a consideração, desde já, das acções para além do 1º de Maio, mas sem descuidar, neste momento, a grande importância das tomadas de posição junto da Assembleia da República, no âmbito da consulta pública às organizações de trabalhadores.

**C**ontrasta flagrantemente com esta intensificação do repúdio pela proposta de lei governamental, que se vive crescentemente em todo o mundo-trabalho, o aparente alheamento revelado pelos frenéticos líderes do PSD e do PP, e outros dirigentes dos mesmos partidos, bem como, o seu cuidado em não aludir a esta matéria nas suas múltiplas presenças mediáticas.

É claro que eles também estão nesta batalha, mas do outro lado, do lado oposto ao dos trabalhadores. De momento, não lhes convém, no entanto, que ela se torne um tema dominante da actualidade política. O que desejamos é que o golpe governamental seja consumado, com o seu apoio inequívoco, é claro, mas sem grande alarido e ao abrigo das grossas paredes do Palácio de S. Bento.

Para que não haja dúvida, Manuel Monteiro revelou todo o seu pensamento a este propósito, quando declarou, há dias, a um grupo de trabalhadores têxteis, que «só se podem resolver os problemas dos trabalhadores se estes aceitarem abandonar regalias que obtiveram com o 25 de Abril».

A direita procura, entretanto, ocupar toda a agenda política com graves temas da sua ofensiva de sempre, como uma nova revisão da Constituição, a alteração num sentido antidemocrático da legislação eleitoral, as intrigas diversas para mais uma vez bloquear a regionalização e, também, com outros temas de mera diversão para impedir que a degradação da situação social e as justas reivindicações dos trabalhadores venham à superfície do debate político.

O PS cumplicia-se com estas operações de diversão convencido de essa é a melhor forma de fazer passar o prosseguimento, pelo seu Governo, de uma política semelhante à do PSD, nas linhas essenciais, e de disfarçar os seus efectivos entendimentos com a direita, mas ficando, cada vez mais, nas mãos e na dependência desta.

Na sua viagem de Estado ao Brasil, cujo interesse não se põe em dúvida, o Primeiro-Ministro talvez tenha dificuldade em se aperceber que os protestos dos trabalhadores crescem por cá, pela simples razão de se ter feito rodear de todos os chefes-de-fila - a «nata», disse Guterres - do grande patronato nacional.

O prosseguimento da luta é o caminho para que sobre as manobras de diversão da direita e sobre o autismo do Governo, prisioneiro do namoro com o grande capital, se façam ouvir e se imponham as justas razões dos trabalhadores.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Saco Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Saco Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00, CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL

(Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

EUROPA

50 números: 24 750\$00

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

# Uma questão de punhaladas

O País vai-se habituando à versatilidade oratória do Primeiro-Ministro, mas mesmo assim não deixa de ficar surpreendido com certas tiradas mais excêntricas com que nos últimos dias tem enriquecido o discurso político que por cá se faz.

Detemo-nos especialmente naquele argumento de que «seria apunhalar Manuel Monteiro pelas costas», que usou no «Crossfire» da SIC, da semana passada, para explicar a recusa do debate televisivo para que fora desafiado por Marcelo.

Estranhou-se, desde logo, a violência da expressão «apunhalar». Mas foi levada à conta da influência perversa dos entrevistadores no entrevistado, pois reconhece-se que o programa de Tavares & Marante tem cada vez menos de «crossfire» e se está tornando numa verdadeira emboscada, onde as armas brancas ou de fogo fazem perfeito sentido.

Estranhou-se ainda mais a proeminência conferida a Monteiro (quando nem se tratava da única exclusão escandalosa no caso de um debate Guterres-Marcelo) e mais ainda aquela referência a «pelas costas», que

subentende que há pela frente entendimentos, compromissos, acordos entre o Primeiro-Ministro e o líder do PP.

Recorda-se, claro, os votos de Monteiro a viabilizar o Orçamento de Estado do PS e a ajudar o Governo a derrotar na Assembleia a impugnação apresentada pelo PCP da proposta de lei da desregulação do horário de trabalho.

Mas Guterres não se ficou por uma manifestação de gratidão, fez questão de exaltar o «papel positivo» do PP, explicitando assim uma actuação ao gosto da direita que está presente em toda a orientação do Governo.

Já há quem lembre que foi depois dos casamentos, envergonhados ou confessados, com o CDS, que o PS teve a sua primeira grande derrota eleitoral em 1979...

Com efeito, falando-se de «punhaladas» e ainda mais «pelas costas», que não dizemos todos, mas com certeza a maior parte dos eleitores que votaram PS no dia 1 de Outubro, do ano passado, convencidos de que estavam a contribuir para uma mudança de Governo que traria consigo uma

real mudança de política e vêem agora que a política económico-social de Cavaco Silva está a ser continuada, nas linhas essenciais, e ainda para mais com a ajuda de Monteiro?

Falando, num sentido mais largo, de «punhaladas pelas costas», então que não-de pensar, por exemplo, os desempregados que confiaram nas promessas que lhes foram feitas pela «nova maioria» e ouvem agora a facilidade com que o Primeiro-Ministro se desculpa com o agravamento da situação e admite a possibilidade de mais 300 mil desempregados?

Que não-de pensar os trabalhadores a quem foi prometida, preto no branco, a semana de 40 horas e se vêem agora perante uma proposta de lei governamental que, desregulando o horário de trabalho, pode aumentar ainda mais a duração actual da semana de trabalho e que sempre deixa ao arbítrio do patrão a sua duração?

As manifestações do passado dia 11 de Abril já dão uma ideia do que pensam. E ainda é só um começo...

■ Carlos Brito

## Ligeireza

Entre tantos assuntos propiciados pela realidade virtual criada pelos «media» nacionais nos últimos tempos, chegámos a pensar dedicar hoje este espaço à celebração da inesquecível generosidade do «Público» para com a jornada nacional de luta da CGTP contra a flexibilidade e a polivalência, traduzida numa notícia de 45 linhas (14 das quais ocupadas com as críticas do PS e da UGT, e ainda com uma foto onde se via uma multidão de quatro manifestantes), e tudo isto na mesma edição em que a enésima declaração de Marcelo Rebelo de Sousa recebia cerca de 200 linhas e as últimas deambulações de Manuel Monteiro cerca de 300.

Também chegámos a admitir proceder hoje a uma ponderação sobre se o verdadeiro sinal dos tempos está no facto de o novo líder do PSD ter convocado num mesmo dia três conferências de imprensa ou se, pelo contrário, está no facto de os órgãos de informação, fora de qualquer situação de crise, terem estado disponíveis para aturar um tal frenesim.

Acontece, porém, que, à frente destes e de outros temas, se atravessaram a referência de António Barreto (no «Público» de domingo) à alegada inconstância política do PCP que «quis o referendo da União Europeia» mas «agora, é contra o referendo da regionalização» e a similar afirmação de Manuel Villaverde Cabral (no «DN» de segunda-feira) de que «não se pode deixar de reparar na incoerência do mesmo PCP quando, a propósito de Maastricht, clamou pelo referendo e agora o nega».

Mesmo moderando os termos, não é possível deixar de registar e lamentar que estes dois analistas assim tenham cometido o pecado da

patente ligeireza, da ostensiva superficialidade e do grosseiro esquematismo ao sentenciarem que quem é por um referendo sobre uma matéria fica automaticamente investido do dever de ser também a favor do referendo sobre outra matéria ou, quem sabe, sobre todas as matérias que alguém vier a propor.

Com efeito, será necessário explicar a estes comentadores que é inteiramente legítimo e compreensível que a atitude de uma força política possa variar em relação a cada tema, em função de razões de filosofia constitucional, de concepções próprias sobre o instituto do referendo, da importância relativa dos temas (por exemplo, adiantamos que Maastricht é uma mudança qualitativa com grave afectação da soberania nacional de consequências imensamente maiores para o presente e o futuro do país do que a regionalização), da oportunidade, razoabilidade e viabilidade prática da realização dos actos e campanhas eleitorais que os referendos propostos significam?

E se isto não basta para iluminar estes dois analistas, coloquemos então a questão de outra maneira. Suponhamos que, para testar a generosidade e equidade dos «media», o PCP passava a reclamar, mês sim mês não, um novo referendo - em Maio sobre a flexibilidade e a polivalência, em Julho sobre as privatizações (travando o PREC - Processo Reprivatizador Em Curso), em Setembro sobre a gestão privada de hospitais públicos, e por aí adiante.

Será que António Barreto e Manuel Villaverde Cabral, que defendem o referendo nacional sobre a regionalização, se sentiriam obrigados, por razões de «coerência», a acompanhar o PCP na reclamação desses referendos?

■ Vítor Dias

## O aperfeiçoamento da ideia

Que o panorama existente no pré-escolar constitui um dos mais graves, senão o mais grave, dos problemas estruturais do sistema educativo e que mais seriamente afecta o desenvolvimento das crianças portuguesas - é uma realidade que ninguém (hoje) aparece a contestar.

Já o programa que o Governo anunciou ao país em relação ao pré-escolar, à medida que os seus contornos concretos vão sendo conhecidos, é de molde a suscitar as mais vivas apreensões e discordâncias.

Encurtando razões refira-se que o propósito fundamental do Ministério da Educação - na linha da continuidade essencial dos planos de Manuela Ferreira Leite - é

o da privatização da educação pré-escolar.

Com a novidade (e a esperança...) do Governo procurar apresentar como «rede pública» um abstruso conceito de modalidade «contratual ou concessionada» que visa possibilitar o financiamento público da expansão acelerada da rede privada, mesmo quando esta aparece *travestida* de social.

«Há aqui um aperfeiçoamento da ideia dos Ministérios anteriores (Couto dos Santos e Manuela Ferreira Leite) de envolver a iniciativa privada na expansão da educação pré-escolar» - reconhece, candidamente, um formoso teorizador do programa que Marçal Grilo apresentou publicamente.

No que respeita às autarquias locais, protagonistas indispensáveis para uma verdadeira expansão e desenvolvimento da rede pública do pré-escolar, a duplicidade da política do Governo não pode passar sem registo.

Em palavras, Marçal Grilo reconhece «a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica», releva o papel das autarquias locais e afirma o propósito de negociação com a Associação Nacional dos Municípios de um contrato de expansão do pré-escolar.

Mas na prática o que o Ministro da Educação pretende é transferir responsabilidades para as autarquias em relação aos educadores, pessoal auxiliar e

paraprofissionais do complemento socioeducativo. Ao mesmo tempo que lhes fixa o papel de cobradores das propinas da educação pré-escolar pública, eufemisticamente designadas de «contribuições dos pais»...

O que é que esta política do Governo tem a ver com a concretização da incumbência do Estado «assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito» e de «criação de um sistema público de educação pré-escolar», que a Constituição da República tem fixada no seu artigo 74º?

Evidentemente que nada.

■ Edgar Correia

# BRASIL

## Assim não vai...

A mais grave crise foi como a generalidade dos comentadores apreciaram as recentes dificuldades que Fernando Henrique Cardoso (FHC) enfrentou quando a frente política que o elegeu se dividiu, no parlamento, a propósito da discussão e votação da reforma da Previdência Social. Dificuldades, aliás, ultrapassadas em duas semanas de «auscultação» aos deputados sobre o preço que exigiam para alterar o seu voto (referimos apenas o caso de Paulo Maluf, prefeito de S. Paulo, que conseguiu que a dívida de 495 milhões de contos da sua municipalidade passasse para o governo federal). Este incidente de percurso, na concretização do programa estratégico de FHC de «levar o Brasil para o 1º Mundo», reflecte resistências contraditórias - provenientes quer da sua base social de apoio que receia a abertura total da economia brasileira ao capital internacional quer da oposição das camadas populares. Para os trabalhadores e os marginalizados começaram a desmoronar-se as esperanças numa maior estabilidade para o seu difícil dia-a-dia que o primeiro impacto do Plano Real lhes acarretou, ao travar o processo inflacionista. E quebraram-se as ilusões quanto à tão propalada «justiça social», elemento central do discurso da campanha eleitoral de FHC.

Em nome da «modernidade» da economia e da estabilidade da moeda, o desemprego não parou de crescer, continuam a acentuar-se as desigualdades na repartição do rendimento e reduziram-se drasticamente as despesas sociais. A par das privatizações, da desregulamentação e da reforma da Previdência, dos empréstimos do BM e do FMI para o pagamento da dívida externa, a reforma fiscal tornou os impostos ainda mais pesados para quem menos ganha (quem recebe um salário mínimo paga 30% de impostos, quem recebe 100 salários mínimos paga 5%). O Brasil não só não deixou de ser «um país injusto» como passou a ser ainda mais dependente (só o serviço da dívida implica o gasto de 20 mil milhões de dólares/ano).

Para manter a sua política neoliberal, FHC reforça o autoritarismo, o centralismo, o desprezo pelo parlamento. A arrogância na recusa ao diálogo com os trabalhadores da indústria do petróleo em greve contra a privatização do sector, e a ocupação das refinarias pela tropa, ficou bem evidenciada quando FHC afirmou: «Se recuo, o meu governo acaba.» Do mesmo modo a brutalidade dos assassinatos, com a impunidade para os seus autores, de 12 camponeses de Corumbiara (Rondônia), expulsos das terras que ocupavam, porque o governo se recusa a realizar a reforma agrária, mantendo 36 milhões de ha nas mãos dos latifundiários e das multinacionais.

A miséria em que vivem as populações rurais e os milhões de famílias que se alojam nas favelas das principais cidades constitui um absurdo num país com a dimensão do Brasil e que dispõe de extraordinários recursos naturais e minerais, sendo hoje a 8ª potência industrial e podendo produzir tudo o que consome. A degenerescência social é assim uma realidade que conduz à explosão da corrupção e da delinquência. Sob a capa do programa «Comunidade Solidária», uma iniciativa de FHC de «combate à exclusão social», desencadeia-se a violência e procede-se, de facto, a uma «limpeza social» com a constante intervenção militar nas favelas do Rio de Janeiro.

A viragem da situação no Brasil não será fácil. O capitalismo revelou, ao implantar o Plano Real e promovendo um «salvador» que se pôs ao seu serviço, capacidade para impedir uma mudança nas últimas eleições presidenciais. Dispõe do poder e do apoio do imperialismo norte-americano. Mas, a vida e a luta revelarão que a demagogia não funciona sempre e as aspirações do povo brasileiro a uma sociedade mais justa e mais solidária manterão viva a possibilidade de mudança no Brasil.

■ Manuela Bernardino





## Morreu Beatriz Costa

No passado dia 15, morreu em Lisboa a actriz Beatriz Costa, com a idade de 88 anos. Figura emblemática do teatro e do cinema em Portugal nas décadas de 30, 40 e 50, Beatriz Costa começou a sua carreira no Eden-Teatro em 1923, como corista, e um ano depois já está no Rio de Janeiro como actriz, na revista *Fado Corrido*. Em 1925 volta a Lisboa e, no Trindade, faz a revista *Ditosa Pátria*. Em 1939 regressa ao Brasil à frente de uma companhia portuguesa, fixando-se naquele país até à década de 60, com deslocações pontuais a Lisboa: em 1950, para fazer no Teatro Avenida a revista *Ela Ai Está* e, em 1959, para uma temporada no teatro Variedades.

Particularmente impressiva foi a sua carreira no cinema português da época - centrado na comédia de costumes com histórias idílicas, tão ao gosto de Salazar e do regime fascista -, nomeadamente em papéis de saloia (aliás a sua origem, dado que Beatriz Costa nasceu na região saloia, nos arredores de Lisboa), imprimindo um cunho muito pessoal nas suas interpretações em filmes como *A Canção de Lisboa*, ou *A Aldeia da Roupa Branca*.

Figura emblemática dos palcos e dos *plateaux* na sua época, Beatriz Costa terminou relativamente cedo a sua carreira artística, vivendo nos últimos 40 anos no Hotel Tivoli e gerindo com inteligência o seu capital de popularidade, tendo inclusivamente participado em alguns programas de televisão após o 25 de Abril e em pleno regime democrático, onde soube reanimar a sua imagem de figura pública.



## «Falência» na UGT

O ISEFOC, Instituto responsável pelos cursos de formação profissional promovidos pela UGT, deverá fechar as portas até ao final deste ano, dado que esta central sindical deixou de receber os fundos comunitários para o efeito. Esta suspensão de transferência de verbas decidida por Bruxelas surge na sequência da conclusão do inquérito promovido pela Procuradoria-Geral da República às alegadas irregularidades com a utilização dos dinheiros do Fundo Social Europeu por parte de dirigentes da UGT, processo

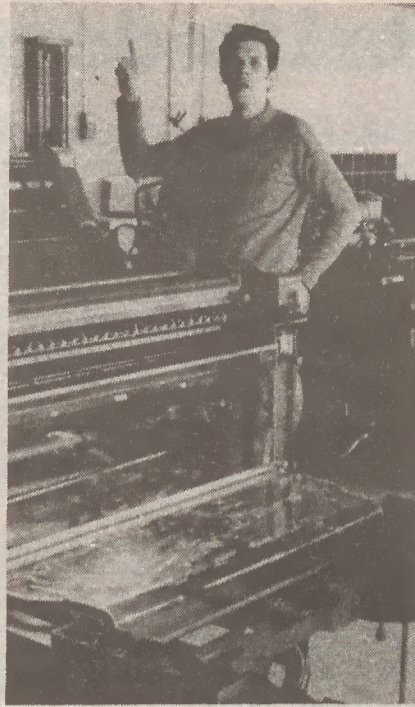
que ainda está pendente nos tribunais portugueses. Entretanto, segundo a UGT, está em preparação a abertura de um novo centro de formação profissional que estará a ser negociado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, que terá como objectivos prioritários «a formação dos desempregados de longa duração, de quadros sindicais e de pequenos e médios empresários». Da direcção do novo centro não constará nenhum dos nomes envolvidos no processo que se encontra em tribunal.

## Guterres no Brasil

Acompanhado de uma comitiva de 250 pessoas, com destaque para uma forte representação empresarial, o Primeiro-Ministro António Guterres desloca-se numa viagem oficial ao Brasil que, segundo notícias veiculadas na imprensa, «estaria a ser cuidadosamente preparada há 15 meses». Na bagagem, Guterres leva um extenso rol de intenções subordinadas ao objectivo de aprofundar as relações económi-

cas e culturais entre os dois países e, no concreto, de abrir caminho à iniciativa privada portuguesa para investir no Brasil. Para já, foi estabelecido um novo acordo entre os dois países à luz do qual serão dispensados os vistos para visitas de natureza empresarial, cultural, científica, turística ou ainda de trabalho, em profissões como a de jornalista. Foram ainda assinados protocolos na área da reforma administrativa e está

previsto para breve um acordo de cooperação na área da defesa. O Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, aludiu também à necessidade de Portugal e o Brasil formarem uma «sociedade» e acabarem com uma concorrência que só beneficia terceiros, o que foi entendido como uma referência à parceria luso-brasileira em interesses económicos tanto na Europa como, sobretudo, na África lusófona.



## O «controlo» das casas-de-banho

Na sequência de uma participação enviada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado dos distritos de Aveiro e Coimbra, a Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) considerou que o controlo das idas dos trabalhadores à casa-de-banho é uma medida de «carácter punitivo e ilegal» e notificou duas empresas de calçado a devolver o dinheiro que tinha sonegado ao salário de alguns trabalhadores na base destes «descontos». Este método - introduzido no nosso país por industriais têxteis do Vale do Ave - consiste no contro-

lo, por meio de cartão individual, do tempo de utilização das instalações sanitárias por parte dos trabalhadores, originando descontos salariais ou de prémios de produtividade quando é ultrapassado o tempo «estipulado» para o mês. Em comunicado, a IGT veio dar razão à queixa do Sindicato afirmando que este sistema é «abusivo e violador de princípios fundamentais do Estado de direito democrático», sendo «susceptível de impugnação judicial, que poderá ser accionada por participação da própria Inspeção» ao Tribunal do Trabalho.

## Israel põe Líbano a ferro e fogo

Após cinco dias de bombardeamentos israelitas sobre o Líbano, o balanço provisório das vítimas e dos estragos aponta para 10 feridos, cerca de 400 mil refugiados e uma central eléctrica destruída. Tiro, cidade milenária do Sul do Líbano e património mundial, foi pela primeira vez atingida por quatro mísseis terra-ar lançados pelos israelitas, que desencadearam esta onda de violência sobre o Líbano com o pretexto de alargar a «zona de segurança» de Israel. Os ataques não poupa-

ram sequer um comboio da FINUL nem um aquartelamento desta força da ONU transformado em campo de refugiados. O presidente do parlamen-



to libanês, Nabith Berri, comentou esta onda de violência israelita feita em nome da retaliação dos terroristas do Hezbollah, começando por recordar as palavras do primeiro-ministro Shi-

mon Perez, após o assassinato de Yitzhak Rabin: «Se tiver de escolher entre as eleições e a paz, escolherei a paz!» E acrescentou: «Obrigado, senhor Perez, por esta paz.» Entretanto os EUA atrasaram durante o fim-de-semana a realização de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre as agressões israelitas no Líbano, estando decididos, segundo diplomatas árabes e ocidentais em Nova Iorque, em usar o seu direito de veto para impedir qualquer crítica a Israel.



## Ministro da Agricultura desmente

O ministro da Agricultura, Gomes da Silva, considera «falsas» as afirmações saídas no *Independente* acusando o actual ministro de ter falsificado factu-

ras no quadro de um processo de candidatura de uma sua antiga empresa a verbas comunitárias, acusação feita por ex-administradores da Compa-

nhia das Lezírias, recentemente demitidos pelo ministro sob acusação de abuso na utilização de verbas da Companhia. O gabinete do ministro fez

saber que este irá proceder judicialmente contra o jornal e denunciou tais acusações dos ex-administradores da Companhia das Lezírias como re-

sultante directa da exoneração aplicada aos seus autores, que foi devida a estes terem prejudicado os interesses desta empresa pública.



«Aconselhamos-te a desistir da presidência»

(cartaz nas ruas de Krasnodar, saudando Boris Ieltsin em campanha eleitoral, citado em «Público», 17.04.96)

«Em Pyongyang há gente a cortar relva nos parques para poder comer.»

(Trevor Page, chefe da missão do Programa Alimentar Mundial da ONU para a Coreia do Norte, citado em «Expresso», 13.04.96)

«Deixou-nos com 15 dias para arranjar uma candidatura e fazer campanha e estamos à espera de quem nos arranje a listagem de militantes.»

(um elemento da candidatura de Albino Aroso à Distrital do PSD/Porto sobre Luís Filipe Menezes, citado em «Expresso», 13.04.96)

«(A regionalização) dividirá as populações, torná-las-á mais egoístas, chauvinistas, xenófobas e não solidárias, transportando o bairrismo e o clubismo para níveis de tensão insustentáveis.»

(Nuno Rogeiro - «Jornal de Notícias», 12.04.96)

«A regionalização fará muito provavelmente do país um conjunto desgarrado de regiões dominadas por classes políticas medíocres - e por isso obrigadas a distribuir benesses por clientelas locais para se conservarem no poder.»

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» / «Destruir a Nação» - «Expresso», 13.04.96)

«Engenheiro Guterres, não esqueça que quem recua perante chantagens, inevitavelmente leva o chantagista a exigir mais.»

(João Amaral - «TSF», 15.04.96)

«Quando Cavaco Silva, em Santa Maria da Feira, é pródigo em elogios a Marcelo Rebelo de Sousa está a cumprir a sua parte no «contrato» a que os seus correligionários se agarraram para sobreviver. Depois, numa ou noutra frase sibilina, está a mostrar que ele ainda é o chefe daquelas tropas.»

(Vitor Cunha Rego - «Semanário», 13.04.96)

«Cavaco Silva tem muito para dar ao país.»

(Dias Loureiro - «Semanário», 13.04.96)

«O meu maior erro foi contratar Queirós.»

(Santana Lopes - «A Bola», 12.04.96)

«O apoio popular que sinto quando ando na rua é completamente diferente daquilo que reflecte a estrutura partidária.»

(Santana Lopes - «Visão», 11.04.96)

«Tenho duas contas bancárias, uma a zero, outra com cerca de 50 contos.»

(idem)

«Nesta hora de despedida, Pinto da Costa foi muito simpático comigo.»

(Santana Lopes - «Record», 14.04.96)

«Vou continuar a acompanhar, com curiosidade, o futuro político de Santana Lopes, porque eu acredito que vai ser um futuro risonho.»

(Pinto da Costa, no programa «Segunda Parte/TV 2, excerto repetido em «Telejornal»/Canal 1, 16.04.96)

«Os portugueses distinguem-se pelos três Fs, e são eles, Fado, Futebol e Fátima. Quem souber entender de que forma é que eles se articulam, entende a forma de estar portuguesa. O fado reflecte a humanidade e o estado de alma de quem ouve.»

(John Reed, Professor na Universidade Americana, em Washington - «Semanário», 13.04.96)



## TRABALHADORES



Muitos milhares de pessoas participaram nas acções levadas a cabo pela CGTP-IN no dia 11, em mais de duas dezenas de localidades, e nas greves em diversas empresas e sectores (fotos da concentração de trabalhadores de Lisboa e Setúbal frente à Assembleia da República)

## CGTP valoriza disponibilidade dos trabalhadores para lutar

# Tudo por tudo contra a lei da selva

Há centenas de colectivos de trabalhadores que já repudiaram expressamente a proposta de lei sobre flexibilidade dos horários e polivalência de funções, mas não é conhecida uma única posição favorável à iniciativa do Governo - salientou a Comissão Executiva da CGTP-IN, na sua reunião de segunda-feira.

A direcção da *Inter* valorizou a participação de milhares de trabalhadores na jornada nacional do passado dia 11 e afirmou a determinação de prosseguir o combate contra a proposta apresentada na AR na sequência do acordo de concertação social de curto prazo, subscrito em Janeiro pelo Governo, as confederações patronais e a UGT.

Carvalho da Silva, ao dar a conhecer as principais conclu-

sões da reunião, sublinhou que «aumenta o protesto dos trabalhadores», visível na adesão às lutas da semana passada e nas posições expressas no quadro da discussão pública da proposta de lei do Governo.

Mas também «contactos com diversas instituições, organizações sociais e forças políticas mostram que a compreensão da violência deste projecto e da alteração radical que significa-

ria no quadro da legislação portuguesa vem aumentando», adiantou o coordenador da CGTP, para quem «será inconcebível que se argumente que esta proposta de lei é suportada por um consenso que não existe». O próprio acordo de concertação social «colocará muito mal a democracia portuguesa se for invocado como suporte para esta ofensiva».

### Tão graves alterações exigem debate sério

A «dureza» da posição da CGTP, como Carvalho da Silva fez questão de esclarecer, «de forma alguma tem qualquer pressuposto de ordem política, designadamente contra o Governo, muito menos uma política de bota-abaxio; significa o desejo de expressar um alerta profundo, muito sentido pelos trabalhadores, de que o partido do Governo e o Governo devem pôr de lado esta proposta de lei».

A situação que pretendem criar, passando a contemplar na lei, com carácter imperativo, os princípios da flexibilidade e da polivalência, «não tem paralelo na Europa», onde não é permitida na lei «a possibilidade de um patrão definir unilateralmente sobre o horário ou a profissão dos trabalhadores», matérias que «requerem sempre acordo, negociação entre empresário e trabalhador» - referiu o dirigente sindical.

«Com profunda mágoa e muito sentidos», dizem Carvalho da Silva e a Executiva da *Inter* que «é inconcebível que se esteja a assistir a isto no novo quadro político criado no País». «Não querendo ter a

verdade toda», os dirigentes da CGTP deixam «um alerta a todos os portugueses, a todos os que se debruçam sobre os problemas laborais: reflectam sobre o que está em causa, e concluirão com certeza que é inadmissível a imperatividade com que querem impor esta lei geral e que as matérias que estão em análise precisam de muita, muita reflexão».

A proposta legislativa «mexe em matérias-base, de grande sensibilidade, em conteúdos estratégicos para todo o quadro das relações laborais no País», pelo que, defende a CGTP, o processo legislativo não deve ser encerrado sem «um debate sério, um debate técnico, sereno, comparado, que ponha em evidência o que está em jogo».

### Não é encenação

A Comissão Executiva decidiu «fazer do 1º Maio uma acção de continuação do esclarecimento sobre esta matéria, na certeza de que temos muita razão do nosso lado, de que a justiça está do nosso lado». No 1º de Maio, informou Carvalho da Silva, serão anunciadas as formas que assumirá a continuação da luta, mas «está já tomada a decisão de não dar tréguas neste período», até à discussão final na AR.

Questionado sobre as acções por que poderá passar a continuação da luta, com referência explícita na pergunta a uma eventual greve geral, o coordenador da CGTP declarou que «todas as formas de luta são admissíveis». «As respostas serão os trabalhadores a deter-

miná-las», sublinhou, assinalando que «há um movimento de crescente compreensão de que as propostas são graves», mas «será a dinâmica da luta que dirá quais as formas em definitivo».

Expressando a esperança de que haja «o bom-senso de abandonar esta proposta de lei», Carvalho da Silva frisou que, neste momento, «há uma certeza: a CGTP está mesmo profundamente convicta de que esta proposta exige múltiplas batalhas. Não estamos a dramatizar, mas vamos fazer tudo por tudo, tudo o que estiver ao nosso alcance para travar esta proposta, porque ela é muito grave para os trabalhadores, e com uma profunda convicção: não estamos a encenar, estamos a fazer uma afirmação com muito sentido de responsabilidade».

## Só é proposta e já faz muito mal

O facto de o Governo ter apresentado esta proposta de lei (iniciativa, curiosamente, coincidente com o debate do Orçamento de Estado, que depois seria aprovado com a abstenção do CDS/PP, umbilicalmente ligado à Confederação da Indústria Portuguesa), significou, só por si, «a interpretação, por parte do poder político, de uma velha reclamação e de uma retrógrada reclamação das organizações patronais portuguesas».

Ao fazer esta apreciação, a Comissão Executiva da CGTP chamou ainda a atenção para o facto de que só o surgimento da proposta já está a provocar danos na situação de muitos trabalhadores e no clima das relações laborais no País. Na conferência de imprensa foram apontados por Carvalho da Silva três «aspectos negativos já adquiridos»:

1 - o «bloqueamento geral da contratação colectiva, porque os patrões querem antecipar na contratação colectiva aquilo que acham que o Governo lhes vai dar em lei geral e, neste momento, não negociam coisa nenhuma e querem apenas a desregulamentação total»;

2 - a «diminuição do ritmo da redução dos horários de trabalho» (também com os patrões a procurarem fazer uma interpretação a seu favor, e com trabalhadores que, perante a violência da proposta de lei, dizem desesperadamente preferir que as coisas continuem como estão, com horários de 42 e 43 horas);

3 - e «o envenenamento de toda a discussão estratégica que se podia fazer, e que seria útil fazer, com o Governo e o patronato».

## Jornada de dia 11 Um alerta muito forte

A jornada de luta realizada a nível nacional na passada quinta-feira «constituiu um alerta muito forte contra aqueles que querem dispor dos trabalhadores e das suas vidas como lhes aprouver e para o que lhes convier», afirmava o departamento de informação da CGTP, numa nota de imprensa divulgada ao fim da tarde de 11 de Abril.

O documento referia que «em mais de uma vintena de cidades, dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores fizeram ouvir os seus protestos», destacando, como «especialmente concorridas», a manifestação de Lisboa (onde «vários milhares de trabalhadores» desfilarão dos Restauradores até S. Bento) e a concentração no Porto (que juntou «milhares de manifestantes» na Rotunda da Boavista). «Também muitos trabalhadores» participaram nas acções de rua que tiveram lugar em Braga, Aveiro, Viana do Castelo, Évora, Águeda, Aljustrel e outras localidades.

A central salientou a «elevada adesão» que tiveram as greves no sector dos transportes (Belos - 60%, Sul do Tejo - 80%, Lisboa - 70%, Transporta - 75%, Beira Litoral - 75%, Avic Mondego - 80%, Vimeca - 70%, Entre-Douro-e-Minho - 95%, Covas e Filhos - 100%, Unacel - 99%, Carris-oficinas - 90%, Carris-tráfego - 60%). Na fábrica da Renault, em Cacia, a adesão superou os 90%. Nos Estaleiros Navais, na Brownie e na Portucel, em Viana do Castelo, a paralisação foi total. Também no Porto, os sindicatos referem vários casos de adesão total à greve (Poveira, Hiper Conservas, Belamar, Prado, 3º turno da Siderurgia Nacional, estaleiros da Soares da Costa, Vitorino Dionísio), bem como de níveis superiores a 80 por cento.

Nesta jornada, «foi patente a disponibilidade e o empenho dos trabalhadores em prosseguirem e intensificarem a luta para que a flexibilidade e a polivalência não sejam nunca lei da República», conclui a nota.



## TRABALHADORES

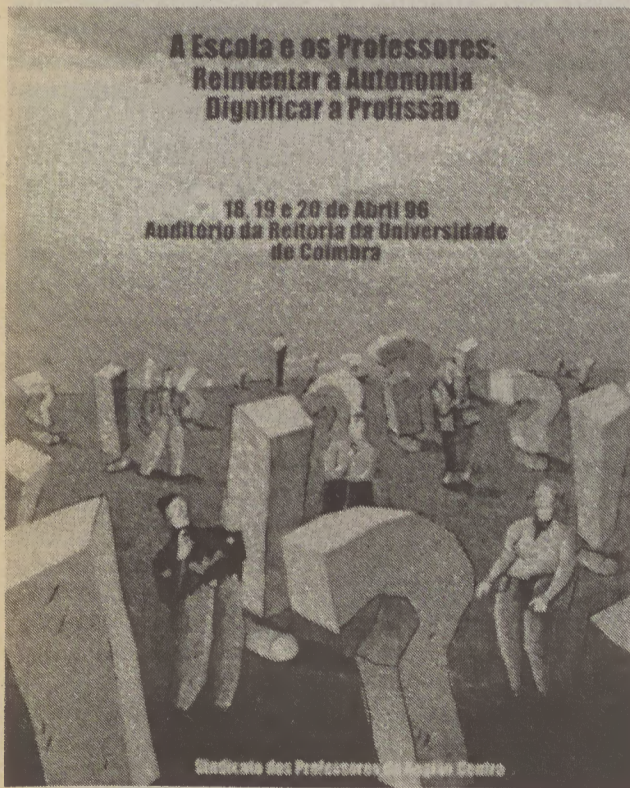
## MELKA DESPEDE SEM JUSTIFICAÇÃO

A intenção de encerrar a fábrica de Évora e proceder a outros despedimentos no Cacém e em Palmela, anunciada pela administração sueca da multinacional Melka, foi repudiada na semana passada, por unanimidade, pelos 942 trabalhadores - revelou o sindicato dos Têxteis do Sul. Em plenários a que assistiram representantes da administração, foi salientado que não existe nenhuma razão económica ou financeira para os pretendidos 280 despedimentos (na maioria, mulheres, e 163 na filial de Évora). Os trabalhadores exigiram à administração que páre a deslocalização de produções para a Ásia e para países do Leste europeu, defendendo que os 500 mil contos que a Melka se propõe gastar em indemnizações sejam investidos em Portugal, para manter os postos de trabalho e desenvolver a economia. Para ontem estava marcado o início de negociações no Ministério do Emprego, com representantes dos trabalhadores e da administração.

O despedimento colectivo foi condenado também pela União dos Sindicatos do Distrito de Évora, num comunicado em que salienta que o grupo Melka teve, em 1994, mais de meio milhão de contos de lucros em Portugal, e que a fábrica de Évora estava a laborar normalmente, cumprindo todas as encomendas, até ser anunciada a intenção patronal, no passado dia 9. «Se o Governo quer efectivamente combater o desemprego, nenhum posto de trabalho pode ser destruído, e muito menos os da Melka, que é uma empresa viável e com lucros» - sublinha a USDE/CGTP-IN. Manifestando solidariedade para com os trabalhadores ameaçados de despedimento, alguns com mais de 20 anos de casa, igualmente a Comissão Concelhia de Évora do PCP repudiou a intenção dos patrões da Melka. Os comunistas, no comunicado que divulgaram segunda-feira, exigem «o cumprimento da promessa feita por António Guterres que, caso o PS fosse Governo, tomaria de imediato a decisão de um Plano de Emergência para o Alentejo», quando «passados seis meses, nada foi feito pelo Governo socialista, antes pelo contrário, o que se verifica é o desmantelamento de dezenas de postos de trabalho em todo o Alentejo».

## GREVE NOS AVIÕES

O abastecimento de refeições a aeronaves poderá ser afectado pela greve ontem iniciada e que se irá prolongar até amanhã. A paralisação, segundo o sindicato da Hotelaria do Sul, deve-se à recusa das empresas abastecedoras a negociar a revisão do acordo colectivo de trabalho, recusando-se mesmo a comparecer às reuniões de negociação. O sindicato reafirmou a vontade de negociar, mesmo no decurso da greve, e responsabiliza as empresas pelos prejuízos que a luta vai causar aos passageiros e às companhias de aviação.



## PROFESSORES DO CENTRO

De hoje até sábado decorre em Coimbra, no auditório da Reitoria universitária, o 4º Congresso dos Professores do Centro, fórum trienal que desta vez foi precedido de seis conferências distritais, em Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, e de iniciativas específicas para o Ensino Superior e os docentes aposentados. Além de elegerem os delegados ao congresso, as iniciativas preparatórias permitiram avançar no debate dos temas que vão estar em foco nestes três dias, nomeadamente, a avaliação do desempenho dos professores e a direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino. Na introdução aos documentos preparatórios divulgados em Fevereiro, o presidente do Sindicato dos Professores da Região Centro classifica o congresso como «um momento de afirmação da organização que o promove e, principalmente, dos docentes que o preparam e nele participam».

## Lista vencedora excluída dos órgãos executivos

## Golpada PS/PSD na CT do Borges &amp; Irmão

Por acordo concretizado na reunião plenária da Comissão de Trabalhadores do banco, dia 11, os eleitos das listas do PS e do PSD resolveram distribuir entre si todos os lugares do secretariado-coordenador e todos os horários completos para tarefas da CT, excluindo a lista vencedora das recentes eleições.

A lista unitária, que ficou a escassos 40 votos da maioria absoluta, denunciou este «golpe baixo», afirmando a disposição de tudo fazer, com os meios legais disponíveis, para continuar a cumprir o mandato conferido pelos trabalhadores.

## Engenharia...

A lista A (unitária) venceu as eleições, com 1115 votos (48 por cento, mais 4 por cento que no último acto eleitoral), ficando lista B (socialista) com 633 votos, representando 27 por cento, e a lista C (social-democrata) com 583 votos, um peso de 25 por cento. Distribuídos os mandatos segundo o método de Hondt, a lista A ficou com 5 eleitos no plenário da Comissão de Trabalhadores do BBI, cabendo 3 lugares a cada uma das restantes listas.

Logo após a tomada de posse, no dia 26 de Março, realizou-se o primeiro plenário da CT, no qual os eleitos da lista vencedora propuseram que fosse retomada a reivindicação de mais tempos inteiros para assegurar um funcionamento mais eficaz nas zonas Norte e Sul. Mas socialis-

tas e social-democratas não aceitaram essa discussão e empurraram a discussão (e as decisões) noutro sentido: as viagens de comboio ao serviço da CT passam a ser feitas em primeira classe.

O segundo plenário teve lugar na passada quinta-feira, altura em que fizeram aprovar a distribuição de cargos e dispensas de horário apenas entre os seus elementos e deixando de fora a lista mais votada. «Curiosamente, elegeram para secretário-coordenador o eleito socialista que, no anterior mandato, apesar de dispensado a tempo inteiro, ficou referenciado como um fantasma que raramente se via na CT», comentam os eleitos da lista unitária, num comunicado que distribuíram aos trabalhadores do banco.

Na base desta decisão das listas derrotadas esteve um acordo que os eleitos unitários reproduzem no final do seu comunicado e que, sendo bem elucidativo da forma como os eleitos do PS e do PSD entendem a vida democrática na CT do BBI, prenuncia já algumas dificuldades que esta aliança vai trazer à estrutura e aos trabalhadores.

Propondo-se constituir «uma

maioria inequívoca, tendo como objectivo único um mais eficiente funcionamento» da CT, os eleitos laranja-rosa (ou rosalaranja?) acharam por fim cimentar com as suas assinaturas alguns surpreendentes compromissos, tais como:

«Comprometem-se, dentro de cada lista, a assegurar a adesão a este protocolo por parte de quaisquer elementos que venham a substituir algum dos subscritores;

«Comprometem-se a comparecer, salvo caso de força maior devidamente justificado, a todos os plenários da CT/BBI e reuniões de executivos, por forma a que a constituição de maioria não seja posta em causa;

«Comprometem-se a ser pontuais, assíduos, interessados e solidários no dia-a-dia da CT/BBI;

«Comprometem-se a não tomar qualquer posição pública, individual ou colectiva, que ponha em causa qualquer dos actuais ou futuros subscritores;

«Comprometem-se a apresentar, defender e aprovar que os tempos inteiros cedidos pelo conselho de administração sejam sempre praticados pelos elementos do secretariado coordenador;

«Comprometem-se a realizar, sempre que possível em véspera de plenários, uma reunião preparatória tendo em vista a criação de consensos entre os subscritores».

Perante esta verdadeira obra

de engenharia eleitoral, não surpreende nada que dentro de pouco tempo comecem a surgir brechas e buracos neste edifício dos órgãos executivos da CT.

## Outra prática

A lista unitária afirma no seu comunicado que «não abdica dos mandatos e do tempo inteiro que os votos e a lei lhe consignaram». «Os trabalhadores do BBI sabem, pelo exemplo de muitos anos de luta, que os eleitos da lista unitária participam nas ERTs com honestidade e dedicação às causas dos trabalhadores, independentemente de terem ou não tempos inteiros e muitas vezes em prejuízo dos seus próprios interesses pessoais. Por isso também não permitiremos que sejam postas em causa as regras democráticas da composição e do funcionamento da CR, sob risco de se porem em causa os interesses dos trabalhadores que ela deve representar» - afirma-se no comunicado.

Acusando os eleitos socialistas e social-democratas de, com esta atitude, enfraquecerem a defesa dos interesses dos trabalhadores, a lista unitária recorda que tem por princípio «procurar a unidade e os consensos entre os trabalhadores e em todas as CTs em que obteve maioria absoluta respeitou sempre o princípio legal da atribuição dos tempos inteiros pelo método de Hondt».

## Governo atrasado na Administração Pública

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública manifestou na semana passada a sua «insatisfação pelo grande atraso verificado no cumprimento do acordo assinado com o Governo em Janeiro».

Numa nota divulgada pelo Secretariado daquela estrutura afirma-se que, «com esta atitude, o Governo está, na prática, a pôr em causa os prazos definidos para a negociação e a comprometer o seu próprio êxito». Uma vez que «o acordo e a sua negociação vinculam o Governo no seu todo, incluindo a SEAP, o Ministério das Finanças e os restantes ministérios, e pressupõe uma posição clara deste relativamente a todas as matérias em discussão», a Frente Comum exige que o executivo de Guterres e Jorge Coelho «cumpra as suas obrigações e compromissos, assumindo uma postura negocial que permita ultrapassar impasses e letargias e concretizar o estabelecido».

Na nota de dia 12 é apontado como inaceitável o adiamento da revogação da lei dos disponíveis, da publicação da portaria para o pagamento dos aumentos salariais

e do diploma para estabilização do emprego precário. A Frente Comum protesta ainda contra o atraso na concretização das medidas imediatas contidas no acordo (de um total de 19, apenas 12 foram já dadas a conhecer aos sindicatos mas nem sobre estas se iniciou a discussão para posterior publicação), nas mesas parcelares de negociação (só 7, no total de 13, iniciaram os trabalhos, enquanto o Governo fez publicar, sem conhecimento dos sindicatos, uma proposta de lei sobre o regime de chefias).



Trabalhadores da Administração Pública participaram na jornada nacional de luta da CGTP (foto do desfile em Lisboa, dos Restauradores a São Bento)



## Privatização da Portugal Telecom PS prossegue escândalo

«A decisão anunciada pelo Governo PS de levar à prática a segunda fase da privatização da Portugal Telecom (PT) constitui um novo e muito lesivo ataque aos interesses nacionais e merece a frontal discordância do PCP», refere uma nota do Gabinete de Imprensa, divulgada na passada semana:

A privatização da Portugal Telecom, empresa em que o fundamental está concentrado o estratégico sector das telecomunicações portuguesas é um escândalo. Significa a progressiva e acelerada transferência do controlo do sector para as multinacionais (independentemente dos seus testas de ferro em Portugal), que determinarão a sua gestão pelos interesses globais dessas corporações em prejuízo do desenvolvimento do país, do serviço prestado, dos direitos dos trabalhadores do sector e da soberania nacional. E se alguma dúvida existir, bastará para o seu esclarecimento ter presente que o Governo PS não só decidiu recentemente alterar a lei das privatizações de modo a anular os limites à participação do capital estrangeiro nos processos de privatização, como se prepara com a participação do Ministro das Finanças, para promover a venda da PT, a estrangeiros, nomeadamente em bolsas dos EUA.

Como justificação da segunda fase de privatização da PT apresenta-se o encaixe de dinheiro pelo Estado, mas mesmo sobre este ponto de vista é inaceitável, pois irá traduzir-se como a primeira fase, no esbulho ao património público, de lucros anuais de muitos milhões de contos - atingiram em 1995 mais de 36 milhões de contos líquidos - prefigurando-se já um segundo escândalo de subavaliação da empresa.

Na primeira fase da privatização - 27,3% do capital da empresa - depois de especialistas terem falado em 1200 milhões de contos como valor da PT e de o próprio presidente da PT de então ter falado em 900 milhões de contos, ela veio a ser avaliada para privatização no valor de 535 milhões de contos, num processo em que o grupo Espírito Santo liderou o consórcio que funcionou simultaneamente

como avaliador, colocador das acções e comprador, ganhando em todos os tabuleiros num jogo viciado, em que o povo português foi o grande lesado.

Na segunda fase da privatização - mais 22,7% do capital, elevando para 49% a percentagem do capital privado na PT - começa a desenvolver-se uma nova e escandalosa subavaliação (fala-se agora num valor para a PT, de 665 milhões de contos) num processo de avaliação e colocação das acções cuja responsabilidade está a ser encaminhada de novo para o consórcio liderado pelo grupo Espírito Santo que é também interessado na compra.

### Direitos comprometidos

A segunda fase da privatização da PT significará um novo passo no comprometimento do serviço público e dos direitos dos trabalhadores do sector. Com o lucro como critério acima de tudo, o investimento nas telecomunicações não será dirigido para o desenvolvimento de todo o país, ou para dar satisfação às necessidades de toda a população, permitindo simultaneamente o pleno aproveitamento do potencial humano existente com a formação profissional que assegure uma requalificação permanente e a criação de novos postos de trabalho. Procurar-se-á a maximização dos lucros a partir do investimento selectivo nas actividades e zonas mais lucrativas, com o esquecimento das regiões menos desenvolvidas e o encarecimento dos serviços, que servem a maioria da população de que são exemplo aumentos das chamadas locais e regionais consideravelmente acima da taxa de inflação. Promover-se-á a intensificação da exploração, o que terá como consequência

novas pressões contra os direitos dos trabalhadores nomeadamente no sentido da diminuição do número de postos de trabalho.

Passados cinco meses de Governo PS, a expectativa de mudança criada, para surpresa de muitos portugueses não está a ser concretizada. A afirmação do ministro Cravinho e da Administração da PT, de que a privatização prosseguirá e irá muito além dos 50%, significam que não há diferença entre a política de Telecomunicações do PS e a do PSD. A privatização da Portugal Tele-

com e a proposta de lei do Governo sobre a flexibilidade e a polivalência são mais uma comprovação que o PS está a prosseguir nos eixos essenciais a política do PSD dos últimos 10 anos.

O PCP considera que os interesses nacionais, um serviço público acessível e de qualidade, os interesses dos trabalhadores do sector exigem a interrupção do processo de privatização e a adopção de uma nova política de telecomunicações, uma política que responda às necessidades do país no mundo de hoje.



A segunda fase da privatização é uma ameaça ao serviço público e aos direitos dos trabalhadores (foto de arquivo)

## Nova reunião preparatória Encontro sobre «Os intelectuais e a Sociedade - o Partido e os Intelectuais»

Realiza-se no próximo sábado, dia 20, no Centro Trabalho Vitória, com início às 10,30 horas da manhã, uma nova Reunião Nacional de Quadros Intelectuais do PCP preparatória do Encontro Nacional do PCP sobre «Os Intelectuais e a sociedade - o Partido e os Intelectuais».

A pouco mais de um mês da realização do Encontro, com data e lugar marcados para os dias 1 e 2 de Junho, próximos, no Hotel Altis, em Lisboa esta nova reunião reveste, evidentemente, uma grande importância para a boa marcha da sua preparação.

Foi resolvido em reuniões anteriores que o Encontro envolverá mais de meio milhar

de participantes e cerca de centena e meia de convidados e que revestirá o carácter de um Encontro Nacional do PCP, o que quer dizer que não será apenas uma iniciativa dos sectores intelectuais, embora caiba estes um papel especialmente destacado, tanto em termos de participação, como na sua preparação e realização.

### Temas em debate

Está também já adquirido que o Encontro se realizará sempre em plenário e através de três painéis, com a temática seguinte: o primeiro - «Os intelectuais na transformação do

país»; o segundo - «Os intelectuais na sociedade portuguesa»; o terceiro - «O Partido e os intelectuais».

O empenhamento do Encontro em aprofundar a situação e o papel dos intelectuais no nosso país e reforçar a intervenção dos intelectuais comunistas na actividade partidária pode também ser avaliado pelos itens já escolhidos para cada um dos painéis. Assim, a título de exemplo, referimos: para o primeiro, a «contribuição dos intelectuais para a crítica e a transformação da sociedade (várias frentes: política, social, ideológica, cultural, económica, ecológica); para o segundo, «trabalho intelectual e incorporação da componente

intelectual (...) no trabalho útil em geral, na produção e na vida social»; para o terceiro, «actualidade e sentido histórico da integração do intelectuais no Partido da classe operária e de todos os trabalhadores».

A próxima reunião preparatória vai dedicar, tudo indica, especial atenção ao aprofundamento desta temática e aos respectivos itens, à ultimização dos grupos de trabalho responsáveis por cada painel e a eventuais documentos a aprovar, isto para a fase da realização do Encontro, e, no que respeita ainda à fase prévia, aos textos de apoio e circulares informativas, algumas das quais já estão em circulação.

## Coimbra Dança das nomeações provoca atrasos

Reunida na passada semana, a regional de Coimbra do PCP analisou a situação no distrito, chamando a atenção para o facto de a «dança das nomeações» para as direcções de diversos serviços da Administração regional estar a provocar paralisações e atrasos nas decisões, com evidente prejuízo para vários sectores de actividade.

No seu comunicado a DORC destaca ainda as recentes acções dos trabalhadores e as movimentações populares no distrito, de que são exemplo a luta pelo pagamento dos salários e contra o encerramento de empresas, a manifestação pelo encerramento do comércio ao domingo, os protestos contra a flexibilização e polivalência e a reivindicação popular pela recuperação do Teatro Sousa Bastos.

A DORC sublinha que os processos de encerramento em curso poderão levar ao desemprego centenas ou mesmo milhares de trabalhadores, apelando nesse sentido à unidade na luta pelos seus legítimos direitos e interesses.

## Regiões favorecem o desenvolvimento equilibrado - considera reunião da DORP

A DORP do PCP acusa o PSD de mais uma vez usar pretextos para adiar a Regionalização e avançar rapidamente para a revisão constitucional, como moeda de troca, com o objectivo de concretizar velhos sonhos da direita no que toca aos direitos e garantias consagrados na Lei fundamental.

Em conferência de imprensa realizada após a reunião da direcção regional, os comunistas portuenses consideraram que «a regionalização pode facilitar o desenvolvimento equilibrado e contribuir para uma melhor gestão dos recursos financeiros públicos e comunitários».

Contudo, sublinham, «a regionalização não é a varinha mágica que vai resolver as dificuldades económicas e dar respostas aos problemas sociais que as políticas de direita estão a provocar».

Por outro lado, «quando se fala em Regionalização, nem todos estão a pensar na mesma coisa», e é inquestionável que «a maior ou menor eficácia vai depender dos meios financeiros e das competências que efectivamente lhe forem atribuídas», muito embora a legislação já aprovada garanta à partida que o processo será «um factor de democratização e um instrumento que favorece a democracia».

A DORP contraria a ideia de que a Regionalização acarretará elevados custos, afirmando que não haverá novos serviços mas estes transitarão das CCR's e de outros órgãos actualmente existentes, ao mesmo tempo que serão extintos vários cargos, caso dos

presidentes das CCR's e os governadores civis, substituídos em princípio por menor número de governadores regionais.

### Atentos ao país real

No seu comunicado, saído da recente reunião da direcção regional, a DORP chama a atenção para os indicadores económicos que revelam o aumento do desemprego estrutural, visível quer no número crescente de inscritos nos centros de emprego quer na evolução negativa na criação de postos de trabalho.

O desemprego nos últimos doze meses cresceu à média nacional de 12,7 por cento, mas no distrito de Porto este valor atingiu os 18 por cento. Com 86 mil desempregados oficiais, ou seja 13 por cento da população activa, a região oferece apenas 1 posto de trabalho para cada 102 desempregados.

Esta situação é agravada com a tentativa de impor a flexibilidade e polivalência de funções. Mesmo sem a legislação aprovada, já em diversas empresas surgem propostas e tentativas de obrigar trabalhadores a intensificar ritmos e cargas de trabalho, o que conduzirá ao crescimento do desemprego pela libertação de mão-de-obra de tarefas e funções que passa a ser acumuladas por outros sob a ameaça do despedimento.



■ Margarida Folque

## III Assembleia da ORL

# Enormes potencialidades

No passado sábado, realizou-se, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, a III Assembleia da Organização Regional de Lisboa, com a presença de cerca de 800 delegados, eleitos nas várias organizações do Partido no distrito, e de centenas de convidados que quiseram assistir ao desenrolar dos trabalhos.

Cerca das 9.30 horas, o Coliseu dos Recreios começava a acolher os delegados que iam chegando dos vários pontos do distrito. A alegria era a tônica dominante. Alguns dos presentes abraçavam-se e aludiam amigavelmente às respectivas idades ou pesos, outros com uma palmada nas costas manifestavam o prazer que sentiam de rever um amigo.

À hora prevista para o início dos trabalhos, os delegados e convidados que primaram pela pontualidade foram surpreendidos com um belo momento musical, com excertos do concerto de Câmara de G. Telemann executados pelos solistas da Sinfonia B. Os menos pontuais tiveram que aguardar, resignados, que esse momento terminasse para entrarem na sala.

Deu-se então início à Assembleia, com a presença já de todos os delegados. Aprovada a composição da mesa, que para além de membros da Direcção de Lisboa integrava os camaradas José Casanova, Domingos Abrantes e Octávio Pato, dos organismos executivos do Comité Central, e ainda o secretário-geral do Partido Carlos Carvalhas, passou-se à aprova-

ção das propostas de Regulamento, da Ordem de Trabalhos, do Secretariado da Assembleia e ainda das Comissões de Verificação de Mandatos, de Redacção e Eleitoral.

Os trabalhos, que nesta primeira sessão foram dirigidos por Júlio Filipe, abriram com a



intervenção de António Andrez, membro do Executivo da DORL e do Conselho Nacional do Partido. Depois de se referir ao momento que atravessamos, de dificuldades e simultaneamente de grandes potencialidades, este dirigente afirmou que a influência eleitoral do PCP continua a não corres-

ponder à sua influência social. Lembrando que dos 34 mil comunistas do distrito, apenas 7 mil exercem uma militância activa, considerou necessário «organizar adequadamente esse núcleo activo» e alargá-lo. «Os 508 recrutamentos verificados em 1995 e 1996, dos quais 288 com idades até 30 anos (56,7%) mostram», afirma António Andrez, «as enormes potencialidades existentes».

No decurso da Assembleia, mereceram natural destaque as intervenções sobre a acção do Partido junto dos trabalhadores,

«Será que questões como estas, merecem ou não, um aprofundamento e uma resposta particular por parte do Partido?» E apontando a necessidade de aumentar o número de mulheres no Partido, considerava que, sendo a actividade um factor fundamental para o desenvolvimento e formação de um membro do Partido, há que «criar condições para que cada mulher possa assegurar uma tarefa».

Em sessão reservada aos 758 delegados, logo após o intervalo para almoço, foi eleita (com dois votos contra e oito

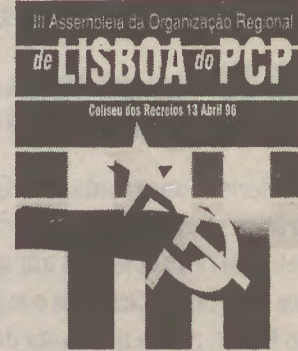
de agricultores e 0,8% de empresários.

Segundo a informação prestada por António Abreu, que presidiu à 4ª e última sessão, a composição da nova DORL, proposta pela direcção cessante, foi «fruto da análise de 239 nomes e obedeceu à necessidade de ser um organismo amplo, abranger as principais organizações locais e profissionais e ser capaz de mobilizar e organizar o Partido para a realização dos objectivos associados à Resolução Política».

### Questões em debate

Foi profundo e diversificado o debate que no sábado se realizou no Coliseu dos Recreios. Em análise estiveram problemas e questões que vão da organização e intervenção do PCP na região, aos fundos do Partido; às privatizações e à regionalização; à Saúde, à Segurança Social e às minorias étnicas; à banca, aos transportes, ao turismo; à Festa do «Avante!», ao XV Congresso do PCP, às comemorações do 75º aniversário; às eleições autárquicas de 97; ao ideal comunista, intervenção ouvida em absoluto silêncio e vivamente aplaudida no final.

Quando da votação da Resolução Política, aprovada por unanimidade e aclamação, Carlos Grilo informou que ela havia contemplado 126 das 350



propostas de alteração aos documentos, algumas delas feitas já no decurso da Assembleia. Das restantes, umas não foram consideradas por desequilíbrio de estilo, coincidência no assunto, prolongamento de texto, outras, pela sua natureza, ficaram como sugestões de trabalho. Nenhuma, contudo, contradizia o conteúdo fundamental do documento em discussão.

Também no decurso dos trabalhos, chegaram à III Assembleia da ORL 19 saudações vindas de organismos e células de Lisboa e de várias organizações regionais como Beja, Braga, Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Setúbal e Viseu. E foram aprovadas por unanimidade duas moções, que à parte são tratadas, uma referente à proposta de lei que visa impor a «flexibilidade de horários» e a «polivalência de funções» e outra de solidariedade com os povos em luta.

Passava das 18,30 horas quando a Assembleia encerrou, depois da intervenção de José Casanova, da Comissão Política, e do discurso de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, cujo final foi proferido com a assembleia de pé e a aplaudir (intervenções à frente transcritas).

### Intervenção de José Casanova

## «Aos golpes de pressão contrapomos o trabalho»

Nesta Assembleia avaliamos o trabalho realizado e os seus resultados; avaliamos e aprofundamos o conhecimento da realidade que é o Distrito de Lisboa; demos particular atenção aos problemas dos trabalhadores e das populações; traçamos orientações e linhas de trabalho a partir da definição das grandes áreas prioritárias de intervenções; elegemos a DORL - tudo isto num debate que não ocorreu apenas aqui no Coliseu, mas que aqui no Coliseu culminou a ampla discussão e troca de opiniões travada na ORL no decorrer dos últimos meses.

Tudo isto, também, evidenciando de forma clara o que nos distingue dos outros partidos políticos, a diferença que existe entre um partido que tem como preocupação permanente a procura de caminhos para a resolução dos problemas dos trabalhadores e da população - e outros partidos que fazem das suas assembleias ou congressos espectáculos mediáticos com os quais pretendem camuflar e esconder as suas responsabilidades na existência desses problemas.

E esta diferença, entre o que somos e o que são os outros, constitui uma vantagem essencial nossa, que devemos saber utilizar. Assumir essa diferença afirmando com frontalidade o nosso projecto e a nossa condição de comunistas é, talvez, a primeira etapa, a etapa básica do caminho que percorremos.

Na verdade, camaradas, creio que é na afirmação e defesa do nosso Projecto; na afirmação e defesa da nossa prática política; na afirmação e defesa do nosso funcionamento democrático; e na fidelidade aos valores que sustentam esse Projecto, essa prática política, esse funcionamento democrático - é aí que se situam as fontes de força essenciais do nosso Partido.

Da mesma forma que é tudo isto que está na origem destas questões simples e singulares: é que nós, comunistas, estivemos e estamos em todas as lutas e movimentações populares efectuadas; é que nós, comunistas, temos da Democracia uma concepção ampla, que a vê nas suas vertentes social, económica, política e cultural e por isso lutamos por uma democracia que res-

peite e assegure o direito ao trabalho, ao salário, à saúde, à habitação, ao ensino, à velhice, à felicidade, direitos humanos diariamente ignorados e afrontados pela política de direita; é que nós, comunistas, temos do exercício do poder um conceito e uma prática muito nossos e que, ao fim e ao cabo, se traduzem na utilização do poder não para servir interesses pessoais mas para servir os trabalhadores e o povo como o demonstra a nossa prática nas autarquias locais; é que nós somos comunistas e, por isso, portadores de um projecto de sociedade onde não tem lugar a exploração do homem pelo homem e que é, por isso, um projecto profundamente humanista.

Esta Assembleia, comparada com iniciativas similares de outros partidos políticos, exemplifica claramente muito do que nos distingue deles.

À prática da proliferação de moções de estratégia despachadas em dez minutos de computador - contrapomos a nossa prática: o amplo debate prévio à Assembleia, o debate aberto, frontal, colectivo aqui travado.

Ao espectáculo de «suspense» sobre se sim ou não / este ou aquele notável / apresenta ou não a sua moção, para depois concluir que, pelo sim pelo não, o melhor é talvez sim e talvez não, mas pensando melhor logo se vê - a este espectáculo, contrapomos a seriedade, a responsabilidade, a camaradagem, o respeito mútuo que presidiram à nossa Assembleia.



À utilização dos corredores e dos bastidores para concretizar arranjos, manobras e golpaças, contrapomos este espaço colectivo, este espaço de facto democrático e transparente, ocupado pelo conjunto de delegados eleitos pelas suas organizações (é verdade que muitos de nós utilizamos os corredores, mas para ir fumar o cigarro que muito justamente não pode ser fumado aqui na sala).

Ao pretenso debate feito de intervenções de notáveis que, sabe-se bem porquê, são capazes de estar 3 dias a falar sem pronunciarem uma só vez a palavra «trabalhadores» - contrapomos um debate sério, no qual os trabalhadores, os seus problemas, anseios e esperanças têm lugar de destaque.

Aos golpes de pressão traduzidos no democratíssimo ultimato «ou me dão poderes absolutos ou vou-me embora» - contrapomos a riqueza do trabalho colectivo que soma e utiliza o conjunto das intervenções individuais, que aumenta a nossa capacidade de inter-





## Contra a «flexibilidade» Prosseguir e intensificar a luta

Entre as preocupações expressas pela Assembleia dos comunistas de Lisboa, surgiu com particular destaque a que diz respeito às consequências do programa de privatizações do Governo PS e de uma eventual aprovação da sua proposta de lei sobre «flexibilidade de horários» e «polivalência de funções».

Com estas medidas, o PS assume de novo «pesadas responsabilidades pelo profundo retrocesso nas relações laborais, em direitos históricos dos trabalhadores e na entrega ao grande capital nacional e estrangeiro do nosso melhor património público e de sectores estratégicos da economia portuguesa» diz uma moção

que, reflectindo as preocupações dos comunistas foi posta à apreciação dos delegados e aprovada por unanimidade.

Tendo presente a actual situação a III Assembleia da ORL defende que «a intervenção dos comunistas, no quadro da acção do Partido e da intervenção dos trabalhadores, deve desenvolver-se nas seguintes direcções fundamentais de luta:

- contra a proposta de lei da «flexibilidade» e da «polivalência» do Governo PS e as tentativas da sua aplicação por parte do patronato mesmo antes de ser lei;

- pelo aumento dos salários reais, pelo emprego com direitos, contra a destruição e pela defesa do aparelho produtivo e

produção nacional, em defesa do S.E.E.

- por uma forte e empenhada mobilização dos trabalhadores e da opinião pública no processo de revisão da Constituição, no sentido do aprofundamento da democracia e dos direitos dos trabalhadores e contra os objectivos do PSD, PP e PS de subversão do regime democrático;

- pelo desenvolvimento de uma larga acção de debate e esclarecimento em torno das questões da revisão e pela realização de um Referendo sobre o Tratado de Maastricht».

Considerando a necessidade de uma ampla resposta de massas contra a política de direita, a moção apela à participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, delas fazendo fortes e combativas jornadas de luta.

Também «os problemas da pobreza, da fome, da miséria e da morte de milhares de seres humanos, da ausência de liberdade e dos mais elementares direitos humanos» que neste final de século afectam parte da Humanidade, foram motivo de uma moção que a III Assembleia da ORL unanimemente aprovou.

«As forças progressistas sofreram derrotas na sua caminhada, na luta pela liberdade, pelo progresso, pela justiça social e pelo socialismo», diz a

## Resolução Política As cinco prioridades

Toda a Assembleia, de uma forma ou de outra, se debruçou naturalmente sobre a proposta de Resolução Política que, desde Janeiro passado, se encontra à discussão. Foram, no entanto, proferidas intervenções específicas, a cargo de membros do Executivo da DORL e do Comité Central, sobre as cinco «prioridades» definidas neste documento para a acção do PCP no distrito, ou seja, a acção junto da classe operária e dos trabalhadores, das populações, da juventude, dos intelectuais e dos reformados.

A primeira destas intervenções pertenceu a Rosa Rabiais. Apelidando a acção junto da classe operária e dos trabalhadores de «espinha dorsal da intervenção do colectivo partidário», esta dirigente considera que se devem valorizar os passos dados no distrito no sentido de um melhor nível de direcção, coordenação e dinamização da intervenção dos comunistas. Tendo em conta, no entanto, as responsabilidades do Partido perante os trabalhadores e o papel indispensável que desempenha, estes não podem dar-se por satisfeitos. «A acção junto da classe operária e dos trabalhadores não é uma frente de trabalho do Partido. É a razão de ser deste Partido Comunista Português», afirmou.

Jorge Cordeiro, do Conselho Nacional do PCP, falou sobre a acção junto das populações, afirmando que a intervenção dos comunistas nas autarquias, nas associações, nas colectividades são de enorme importância mas não podem levar ao apagamento do Partido e da sua actividade própria. Referindo que «a acção em torno dos problemas locais abre um vasto campo de intervenção política, de participação e mobilização das populações», Jorge Cordeiro diz que a questão está em «saber transformar a nossa organização e actividade partidária», permitindo «dinamizar e desenvolver estas possibilidades de intervenção».

Sobre a acção junto dos intelectuais interveio Helena Medina, que referiu as profundas alterações que se têm registado nos últimos anos nesta camada social e o processo de acentuado crescimento e aguda diferenciação em que se encontra. Os intelectuais deixaram hoje de ser «uma elite social restrita e relativamen-

te homogénea» para se tornarem «massa inserida no pólo dos assalariados», afirmou a dirigente comunista, sublinhando ainda o facto de a grande massa de intelectuais ter menos de 40 anos. Em relação à intervenção do PCP junto deste sector, Helena Medina coloca «a necessidade de continuarmos a trabalhar para a intensificação da participação dos intelectuais nas grandes causas sociais, culturais e políticas» e aponta o «profundo atraso em que nos encontramos na consideração das questões associativas e sindicais dos quadros técnicos e científicos».

Alexandre Teixeira, que tratou as questões da juventude no distrito de Lisboa, sublinhou na sua intervenção as tarefas apresentadas como prioritárias para o reforço da influência política e orgânica do Partido junto de jovens trabalhadores e estudantes.

A acção própria do Partido junto da Juventude, a promoção audaciosa de jovens trabalhadores comunistas. O apoio a uma viva e dinâmica intervenção da JCP junto da enorme massa estudantil existente são medidas que urge tomar, disse.

Lembrando que cerca de um milhão de trabalhadores tem menos de 35 anos (49,4% do conjunto dos trabalhadores) e que são mais de 250 mil os estudantes do distrito com mais de 16 anos, Alexandre Teixeira considera que esta «prioridade» tem que ser assumida na vida diária das organizações.

Coube a Luís Fernandes tratar as questões dos reformados. «Com mais de 2 milhões e 300 mil reformados e com projecções que indicam que os reformados, pensionistas e idosos atinjam após o ano 2000 cerca de 28 por cento da população portuguesa, Portugal poderá tornar-se no país com maior percentagem de idosos na Europa», disse. E considerando que o quadro de verdadeira pobreza em que vive esta camada da população e o seu peso e importância na sociedade, defendeu a chamada «de novos quadros e quadros novos ao trabalho do Partido e unitário, quadros com experiência de vida e de luta, com energia e força de forma a trabalhar para o reforço da influência política e eleitoral do Partido junto dos reformados».

## colectivo»

venção, que é, ela própria, geradora da fraternidade, da camaradagem, da solidariedade que caracterizam o nosso relacionamento e o nosso debate.

A diferença vê-se também nisto: se, eventualidade absurda, alguém viesse aqui a esta tribuna dizer tal coisa... («ou me dão poderes absolutos ou vou-me embora») - estou certo que a nossa resposta colectiva imediata e unânime seria a de lhe apontarmos ali a porta de saída.

Porque somos democratas; porque no nosso Partido não há opiniões de Classe A e opiniões de Classe B; porque a actividade, a vida, o futuro do nosso Partido não dependem de nenhum militante individualmente considerado, mas dependem de nós todos, dependem deste magnífico colectivo partidário que é o nosso.

Enfim: às palhaçadas - que nos têm sido mostradas em todas as têvês - contrapomos a seriedade, a dignidade, o orgulho de assumirmos clara e frontalmente a nossa condição de comunistas.

Esta Assembleia foi um passo importantíssimo em relação à II Assembleia.

Nesta Assembleia desenvolvemos as linhas de intervenção esboçadas na anterior e tomámos decisões que constituem uma significativa viragem no nosso trabalho.

E, porque estas decisões foram tomadas colectivamente, e porque - por isso - serão aplicadas colectivamente, temos razões para confiar no êxito da sua aplicação.

As lutas e as tarefas que temos à nossa frente são muitas e difíceis. Mas também é muita a força de que dispomos.

E é muita e grande a nossa disponibilidade para a luta.

Temos razões, portanto, para sairmos daqui confiantes e orgulhosos.

Confiantes na capacidade para, colectivamente, aplicarmos com êxito as orientações aqui definidas; orgulhosos por sermos parte integrante deste Partido, que comemorando este ano o seu 75º Aniversário, é o mais jovem de todos os partidos nacionais.

Porque é o Partido do futuro.

moção. E acrescentando que «foi, é e será lutando que os povos alcançarão um mundo melhor», a moção termina reafirmando que «hoje, e aqui, a 3ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, saúda solidariamente todos os povos em luta e, em especial, o povo cubano, exemplo de coragem e heroísmo que faz frente à poderosa ofensiva do imperialismo norte-americano».



## Pesar por Rogério Amaral

Emocionada, a III Assembleia de Organização Regional de Lisboa, reunida no dia 13 de Abril, no Coliseu dos Recreios, tomou conhecimento da morte de Rogério Amaral, ocorrida nesse dia, guardando um minuto de silêncio.

O voto de pesar então aprovado e enviado aos órgãos de comunicação social, expressa a dor que a perda deste destacado militante comunista causou entre os seus amigos e camaradas:

«Morreu o pintor Rogério Amaral. Comunista de muitos anos, muitas lutas e tarefas. Durante anos, o seu talento e dedicação sem limites ao Partido enriqueceram com magníficas obras de arte cartazes, muros, painéis.

A sua pintura, luminosa, com todos os tons da terra, respira amor ao ser humano, amor ao futuro.

Já não temos connosco Rogério Amaral. Teremos sempre connosco a sua arte e a permanente recordação da sua amizade e camaradagem.»

No enterro, que se realizou no passado domingo, às 16 h, da Igreja da Costa da Caparica para o Cemitério, integraram-se, para além de muitos amigos e camaradas, Maria Emília de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Almada, António Matos, vereador da Cultura, o comandante Martins Guerreiro, José Zagalo, membro da DORAL e do Comité Central, e José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

O Secretariado do Comité Central enviou um telegrama de condolências à família de Rogério Amaral, a quem o colectivo do «Avante!» expressa também o seu profundo pesar.



## Multinacional alemã abandona Braga

A PCB - Produção de Calçado de Braga, empresa alemã instalada na freguesia de Sete Fontes há cerca de 12 anos em terrenos que foram cedidos pela Câmara Municipal, está a dismantelar a fábrica, retirando máquinas e lançando para o desemprego centenas de trabalhadores.

O dismantelamento está a ser efectuado sob a protecção da PSP, apesar de não ser conhecida nenhuma decisão dos tribunais decretando a falência da empresa. A DORBraga alerta para este procedimento ilegal e apela à intervenção das autoridades para travar o processo, tendo já solicitado ao grupo parlamentar comunista que requeira ao Governo informações sobre este caso.

## PESO DA RÉGUA Pré-reformas na Casa do Douro

A Comissão Concelhia de Peso da Régua do PCP manifesta a sua preocupação pela passagem de 98 trabalhadores da Casa do Douro à situação de pré-reforma, considerando que esta decisão vem favorecer o aumento do trabalho precário, sem direitos e sem vínculo.

Os comunistas referem ainda a onda de assaltos verificados na cidade depois da saída da PSP, exigindo o reforço da segurança. Na mesma nota reclamam a reabertura imediata da maternidade do Hospital de Régua, defendendo que aos entretanto nascidos fora do Concelho seja facultada a opção de naturalidade.

## PRÉ-ESCOLAR Portaria nada altera

A recente publicação de uma portaria do Ministério da Educação para a criação de lugares de educadores de infância veio apenas legalizar a situação já existente, não permitindo alargar a mais crianças a educação pré-escolar gratuita, afirma em comunicado o organismo dos professores comunista do Barreiro. Mantém-se assim os dois estabelecimentos com seis salas e seis educadores que funcionavam no concelho, não sendo possível o seu alargamento, refere o organismo, notando que a referida Portaria é omissa em relação aos funcionários auxiliares de acção educativa, facto que obriga o Poder Local a assumir todas as responsabilidades pela manutenção dos seus postos de trabalho. Para além de exigir um diploma que contemple o pessoal auxiliar, o PCP considera que o Governo do PS segue a legislação aprovada pelo PSD o que põe em perigo a existência de uma rede pública, gratuita e generalizada de educação pré-escolar, cuja tutela deverá ser claramente assumida pelo Ministério da Educação.

## CASTELO BRANCO Deputados visitam distrito

Os deputados Luísa Mesquita e Rodeia Machado deslocaram-se na passada semana às cidades de Castelo Branco, Covilhã e Fundão, onde efectuaram contactos com instituições e organizações sociais. O deputado Rodeia Machado contactou com várias empresas de Castelo Branco, nomeadamente em Cebolais de Cima e Retaxo, reunindo depois com sindicalistas. A deputada Luísa Mesquita esteve em vários estabelecimentos de ensino no Fundão e na Covilhã, tendo almoçado, nesta última cidade, com professores da Escola Nº 3.

Ambas as visitas terminaram com a realização de conferências de imprensa onde foram expostos os problemas detectados e as iniciativas políticas a concretizar na Assembleia da República.

## MAFRA Empresas na falência

A Comissão Concelhia de Mafra do PCP alertou, em conferência de imprensa, para a grave situação social no concelho resultante da falência de várias empresas. Entre estas contam-se a FOC, que empregava 250 trabalhadores, a Marcolauto, com 12 trabalhadores, a Joaquim de Sousa, com 5, a Metalux com três e a Fonte das Delícias, que tinha 10 trabalhadores.

A estas falências juntam-se as empresas com salários em atraso, casos do Hotel Ericeira, José Medeiros e Rolo & Filhos, enquanto que a Igartex está parada, tendo sido abandonada pela administração, recceando-se que os trabalhadores não recebam os vencimentos deste mês.

A empresa Mafrense foi agregada ao Grupo Barraqueiro/Général des Eaux que está já a fazer rescisões com os trabalhadores. Na Demalve, a redução de pessoal atinge os 50 por cento.

## HOLANDA Convívio de aniversário

Várias dezenas de militantes e amigos do Partido participaram numa tarde de convívio realizado em Amsterdão, para assinalar o 75º aniversário do PCP.

Na iniciativa esteve patente uma exposição comemorativa tendo sido apresentado um vídeo relacionado com a efeméride. Os presentes debateram questões da actualidade política e social de Portugal e da Holanda, dando particular atenção aos problemas com que se debatem os emigrantes portugueses neste país.

## Aveiro

# Cresce a instabilidade social

**O desemprego, o trabalho precário, os baixos salários e os crescentes atentados contra os direitos laborais são as maiores preocupações de milhares de trabalhadores do distrito de Aveiro**

Segundo dados oficiais referentes a 17 dos 19 concelhos de Aveiro, entre Fevereiro de 1995 e o mesmo mês deste ano, o número de desempregados sofreu um aumento de 17 por cento, indica uma nota da Direcção Regional de Aveiro do PCP que esteve reunida no passado sábado.

Parte significativa daquele crescimento ocorreu já no início do ano em curso, o que faz com que o desemprego cresça agora no distrito a um ritmo maior do que o conjunto da chamada região centro.

As perspectivas futuras não são animadoras tanto mais que a incerteza paira sobre muitos sectores e empresas, nomeadamente sobre a Sanjo, a Oliva, em São João da Madeira, a Casal, em Aveiro, e a Arrancar, em Águeda.

Também a política de privatizações que o actual governo persegue, alienando empresas geradoras de 42 por cento das receitas nacionais do IRC e 114 milhões de contos de lucros para os cofres do Estado, terá repercussões sociais negativas no distrito, em particular com a entrega da Portucel e da Telecom, para além de outros serviços públicos à actividade privada.

### A resposta dos trabalhadores

Contestando vivamente o projecto de lei que altera a legislação laboral no sentido de impor a flexibilidade do horário de trabalho e a polivalência de funções, a DORAV do PCP alerta que, apesar do diploma não ser ainda lei, o patronato em várias empresas do distrito procura já aplicar o seu conteúdo.

O exemplo mais flagrante surge na multinacional Renault, em Caia, onde os trabalhadores são assediados pela administração da fábrica para aceitarem o «sacrifício» da flexibilidade e polivalência em nome da «defesa dos salários e do emprego». A resposta, essa foi patente nos milhares de assinaturas de protesto, moções e pareceres desfavoráveis, nas paralisações, greves e manifestações que marcaram o dia nacional de luta da CGTP-IN, em vários locais do distrito no passado dia 11.

Nota negativa vai igualmente para o Orçamento do Estado, o qual, no entender da DORAV, «não contemplou algumas das aspirações e necessidades mais sentidas» da região.

## GAMARADAS FALECIDOS

### António Afonso Lima Martins

Faleceu, no passado dia 7 de Abril, António Afonso Lima Martins, que contava 41 anos de idade e residia em Torres Novas, sendo natural do concelho de Cascais. Foi destacado militante da UJC e mais tarde funcionário da JCP e membro da sua Direcção Nacional, sendo o responsável pelo distrito de Santarém.

Eleito membro suplente do Comité Central no 15º Congresso, realizado em 1983, foi funcionário do Partido até ao ano de 1987. Integrou a DORSA e, entre outras tarefas, foi o responsável pelo concelho de Torres Novas, de cuja comissão concelhia fazia actualmente parte.

No funeral, onde participaram vários membros do Comité Central e da DORSA do PCP, incorporou-se o camarada Albano Nunes, membro do secretariado do Comité Central do PCP.

### João Nogueira

Faleceu, com 79 anos de idade, João Nogueira, organizado no concelho do Cartaxo. Após o 25 de Abril, integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, tendo desempenhado várias tarefas no movimento unitário, nomeadamente em associações de agricultores.

### Joaquim Valério

Faleceu, no passado dia 10, Joaquim Tavares dos Santos, que contava 78 anos e era membro da organização de freguesia do Alto Seixalinho.

### Manuel Caeiro Moreno

Faleceu, com 81 anos de idade, Manuel Caeiro Moreno, natural da Freguesia do Campo, no concelho de Reguengos. Era membro do Partido desde Junho de 1977, tendo sempre militado na Freguesia da Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra.

### Manuel Dionísio Coelho

Faleceu, recentemente, Manuel Dionísio Coelho, de 66 anos de idade. Era militante do PCP desde 1979 e estava organizado, em Arroquelas, no concelho de Rio Maior.

### Manuel Maria José

Faleceu, no passado mês de Março, com 66 anos de idade, Manuel Maria José, membro do Partido desde 1974, e organizado em Sobral da Adiça, no concelho de Moura.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Concretamente, o PCP exige que sejam executados o aproveitamento hidráulico e a regularização do Vouga, incluindo a construção de barragens, por forma a aumentar as reservas regionais de água potável, controlar as cheias e potenciar as capacidades agrícolas do Baixo-Vouga, pondo fim ao avanço da água salgada.

No campo das acessibilidades reivindica alargamento do IP5 e o reforço da sua segurança com a execução dos troços do IC1 (Vagos/Aveiro e Angeja/ Maceja) para substituir a saturada EN 109.

A nível ambiental, os comunistas preconizam a recuperação e defesa das áreas húmidas da Ria de Aveiro, Pateira de Fermentelos e Barrinha de Esmoriz, assim como alertam para a protecção da costa aos avanços do mar, em todo o litoral norte do distrito.

### Regionalizar para desenvolver

Para a DORAV, a criação de regiões administrativas é uma condição fundamental para o desenvolvimento. Apoiando a proposta do Partido relativamente às áreas de partida deste processo, que compreende a Junção de três distritos (Aveiro, Coimbra e Viseu), os comunistas aveirenses afirmam que serão as populações, representadas nas suas assembleias municipais, que devem tomar a decisão final.

Considerando ser absolutamente necessário o aprofundamento da discussão pública desta matéria, a DORAV tem marcada para o próximo sábado, dia 20, uma reunião distrital sobre a regionalização, que se realizará em S. João da Madeira.

A Direcção Regional de Aveiro fez ainda o balanço da actividade partidária, assinalando o sucesso das iniciativas de aniversário do PCP, que culminaram com um comício em que participou Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Entretanto, as comemorações prosseguem durante todo o ano, estando previstas acções de esclarecimento e debate sobre a história do PCP (Espinho e Aveiro), sobre a actualidade do Marxismo (Ovar), sobre música e juventude (em Santa Maria de Lamas), bem como uma exposição alusiva ao 75º aniversário, em Espinho, e um convívio na mata do Buçaco.

Em curso está a campanha de adesões ao Partido, no âmbito da qual a DORAV pretende atingir 200 novas inscrições até final do ano.

Os jovens serão parte significativa destas novas adesões, a julgar pela sua crescente participação na actividade do Partido e na criação, dinamização e reforço dos núcleos concelhios da JCP. Neste sentido, foi convocada uma reunião distrital de quadros para o próximo dia 27 do corrente, que será inteiramente dedicada ao trabalho do Partido sobre a Juventude.

## «Mal-estar» na Câmara de Sintra

Preocupada com o ambiente de insegurança que se está a viver na Câmara de Sintra, o Secretariado da célula do PCP dirigiu um comunicado aos restantes trabalhadores colocando as suas opiniões sobre o problema.

Segundo o comunicado, as causas do «mal-estar» criado estão na forma pouco dialogante e «secretista» como a reestruturação dos serviços está a ser feita.

A política de «facto consumado» que está a ser praticada, gerando um clima de desconfiança, leva alguns funcionários a pedidos de transferências apresados e que sendo legítimos podem não corresponder aos seus interesses, afirmam os comunistas para quem é fundamental a implementação do diálogo entre funcionários e chefias.

Considerando que o nível académico e profissional é naturalmente válido para a reclassificação dos trabalhadores, entende-se contudo a célula do PCP da Câmara de Sintra que deve ser também obrigatoriamente factor de reclassificação a experiência

profissional não curricular que muitos funcionários adquiriram ao longo dos anos.

No documento, que aborda ainda os efeitos negativos do flagelo «cavaquista» do Contrato a Termo Certo (cuja revogação é imprescindível), defende-se a integração urgente e sem discriminações no «novo quadro» dos trabalhadores que desempenham funções de carácter permanente. A esse propósito, os comunistas lembram que a garantia de integração no quadro foi uma das condições para o voto favorável dos vereadores da CDU à reestruturação.

Considerando imperioso continuar a exigir que a Administração Central promova legislação adequada para o enquadramento jurídico das regalias dos trabalhadores em matéria de subsídios, e a consagração legal em 1996 de um máximo de 8 horas diárias de trabalho e de 40 semanais, a célula do PCP da Câmara de Sintra defende «a premência da transparência no processo de reestruturação em curso» e «o diálogo entre as estruturas sindicais e o executivo camarário».



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Luís Sá a propósito da regionalização PS não deve ceder à chantagem do PSD

A regionalização parece estar a marcar de modo significativo a agenda política. No Parlamento, faz hoje oito dias, o tema voltou a concitar as atenções dos deputados, com as diferentes formações a tomarem posição, variando esta entre a reafirmação inequívoca de apoio a uma reforma decisiva no sentido da descentralização e do reforço da vida democrática (PCP) e as mais sérias reservas e discordâncias em que se tem mantido o CDS/PP. Reiterada a sua posição de princípio em defesa da criação das regiões, o PS, por sua vez, num aparente recuo face às pressões da direita, deu sinais de hesitação em relação ao calendário inicialmente previsto, enquanto o PSD, esse, continuou a mostrar-se exímio na arte de bem chantagear.

Entre os aspectos a reter do debate, um realce, pois, para a disponibilidade evidenciada

por Jorge Lacão para rever o agendamento do seu projecto de lei de regionalização, caso o

PSD apresente um diploma sobre a matéria dentro de "algumas semanas", ao que Carlos Encarnação respondeu fazendo depender tal entrega do início do processo de revisão do texto constitucional. Uma forma de dizer que o PSD não abdica do referendo nacional e de querer condicionar o processo de criação das regiões administrativas à revisão constitucional.

Luís Sá, a este respeito, não deixaria passar em claro a questão, acusando o PSD de defender o referendo como "arma para aprovar uma revisão constitucional sem ponderação e de forma repentina, sem debate no País, à margem da população", e "acordada nos bastidores entre PS e PSD".

"O PS tem responsabilidades e uma promessa a cumprir perante o País", referiu ainda Luís Sá, antes de garantir que os comunistas não compreendem nem aceitam que o PS possa vir a "ceder à chantagem do PSD ou que dela se sirva como pretexto para mais uma vez não cumprir as suas promessas".



A regionalização constitui um factor de democratização e de descentralização que favorece o desenvolvimento

O deputado comunista garantiu que o PCP "tem propostas próprias" e, por isso, "não será uma bengala de quem quer que seja", acrescentando, noutro plano, que será "bom que o PS não se esqueça que não tem maioria absoluta" e, nessa medida, "só faz sentido negociar com os que apoiam a regionalização e não com os que a combatem".

Elencando argumentos em favor da regionalização, Luís Sá lembrou que esta constitui um factor de democratização (os titulares serão legitimados pelo voto popular), favorece a democracia participativa, potencia o desenvolvimento e é "condição de uma reforma administrativa democrática que dê coerência à administra-

ção periférica do Estado e permita descentralizar e desburocratizar".

Tomando posição sobre a questão dos referendos, o parlamentar do PCP adiantou que a Constituição já prevê uma forma de referendo orgânico ou indirecto em que são os municípios a pronunciar-se, o que está de acordo com a concepção perfilhada pelos defensores da regionalização quanto a estar ser um processo conduzido de baixo para cima, isto é, onde é decisivo o "papel conformador dos municípios e das populações".

"E tem todo o sentido que assim seja - concluiu Luís Sá - visto que a regionalização não deve ser concebida como um processo de divisão do País, mas sim com um processo através do qual os municípios se unem para criar uma nova entidade, capaz de assumir as atribuições e competências que são fundamentais para a modernização e democratização da Administração Pública e para o desenvolvimento".

## Controlo de medicamentos



O Partido Ecologista "Os Verdes" advertiu para a necessidade de um controlo amplo aos chamados produtos naturais, que, por não serem comparticipados, o Governo deixa comercializar sem qualquer fiscalização que assegure a protecção dos consumidores e a defesa da saúde pública. Este alerta foi feito pela deputada Isabel de Castro, na semana transacta, em requerimento dirigido ao Governo a propósito dos medicamentos que contêm derivados de bovino, ainda antes de os mesmos virem a ser retirados do mercado na sequência de uma chamada de atenção feita também nesse sentido pela Ordem dos Médicos.

"Que garantias dá o Estado aos portugueses - questiona Isabel de Castro - de não atentar contra a sua saúde ao não determinar a retirada do mercado de medicamentos que constituem, ou pelo menos podem constituir, pela sua composição, um factor de risco para consumo humano?" Ainda sobre este assunto, concretamente sobre a dimensão no nosso país da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), o investigador Azevedo Ramos, responsável pelo laboratório de veterinária do Porto, sublinhou no decorrer da audição parlamentar em curso na Assembleia da República que o risco de contaminação pela ingestão de carne de vaca é quase nulo, embora tenha observado que "há tecidos musculares de alto risco nos animais infectados, como o cérebro e a espinal medula, onde a proteína infectante é mais abundante".

## Apoio a toxicod dependentes

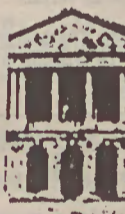


A Assembleia da República aprovou o projecto de lei do PCP que cria uma rede de de serviços públicos para

o tratamento e reinserção de toxicod dependentes. Acolhendo os votos favoráveis do partido proponente, do PS e do PEV, a abstenção do PSD e o voto contra do CDS/PP, o projecto comunista, ao propor a generalização de centros de atendimento em todos os distritos, bem como, entre outras medidas, a criação de cerca de mil camas em comunidades terapêuticas, visa alterar a absoluta falta de meios acessíveis que actualmente se faz sentir no nosso país face a um dos mais temíveis flagelos com que as sociedades contemporâneas se confrontam.

Aprovado pelo Parlamento foi também o projecto de lei do PS (com a abstenção do CDS/PP) que permite que as comunidades e associações de imigrantes se constituam como assistente em processo penal, no caso de crime de índole racista ou xenófoba. Os dois diplomas baxaram à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para o debate na especialidade.

## Expo 98



O deputado comunista Ruben de Carvalho questionou o ministro da presidência, António Vitorino, no decorrer da audição parlamentar promovida pela Comissão Eventual de Acompanhamento da Expo 98, sobre a eventual ocorrência de uma alteração no estatuto social a que se destina o parque imobiliário a criar na zona da Expo. A questão reside em saber até que ponto é ou não verdade o propósito de transferir para a classe alta a futura ocupação daquele parque imobiliário, em vez das classes média e média alta, como se apontava na perspectiva inicial. "Será que vamos ter uma segunda Quinta da Marinha em Xabregas?", inquiriu a propósito Ruben de Carvalho, ao que o ministro respondeu em termos vagos adiantando apenas que as informações de que dispõe não permitem desvendar que se venha a registar uma inversão nos objectivos inicialmente traçados naquela matéria. Na ocasião, o ministro da presidência reafirmou o empenho do Governo na concretização do projecto e lamentou que, até ao momento, não se tenha realizado um debate sobre a natureza cultural e social do projecto.

## Em causa a defesa dos têxteis portugueses

# Governo a reboque de interesses estrangeiros

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, acusou o Governo do PS de nada ter feito com resultados práticos, tal como o seu antecessor, para salvaguardar os interesses da indústria têxtil e de vestuário nacional. Foi no debate de urgência sobre a situação existente neste sector, realizado na semana transacta a pedido do CDS/PP, com o líder parlamentar comunista a lamentar que não tenha sido invocado pelo Executivo o interesse vital do País e a não poupar críticas ao que considerou ser a sua postura de inadmissível submissão aos interesses da Alemanha e da França.

Em causa estão, concretamente, os legítimos interesses dos produtores de têxteis portu-

gueses - uma indústria assente em produtos de baixo valor acrescentado e cujas vantagens comparativas resultam quase exclusivamente dos baixos salários -, interesses esses hoje rudemente atingidos pelas políticas emergentes do Tratado de Maastricht e de acordos celebrados pela União Europeia.

O mais recente testemunho dessas orientações - depois da última ronda do GATT, que, na perspectiva de Octávio Teixeira, constituiu mais um "importante passo" no sentido da "mundialização selvagem da economia e, muito particularmente, na bárbara mundialização da mão-de-obra" - foi o resultado dos recentes acordos comerciais estabelecidos pela Comissão da União Europeia com a Índia e o Paquistão.

Entendendo que tais acordos agravam consideravelmente as medidas previstas no GATT e acentuam de "forma drástica" os impactes negativos sobre a indústria têxtil e de vestuário nacional, Octávio Teixeira não deixou de frisar no debate que eles só foram possíveis porque corresponderam aos interesses específicos dos países comunitários economicamente mais desenvolvidos.

Por outras palavras - como tratou de sublinhar Octávio Teixeira, indo assim ao fundo de questão -, pese embora o facto de tais acordos com a Índia e o Paquistão sacrificarem "objectiva e voluntariamente interesses vitais de Portugal", a verdade é que isso em nada incomodou o grande patronato europeu e seus

representantes na União Europeia, para quem tais acordos serviram como uma excelente "moeda de troca para a liberalização por aqueles países asiáticos de outros sectores, como o das telecomunicações".

Ora foi precisamente esta estratégia - em sua opinião indissolúvelmente ligada à opção da União Europeia pelos valores do "livre-cambismo e da ortodoxia monetária, em detrimento do crescimento sustentado e do emprego" - que mereceu a mais firme condenação do líder da formação comunista, e que considerou ser tempo de proceder a uma mudança de rumo na União Europeia no sentido do primado do crescimento sustentado e da coesão económica e social.

## Pela defesa dos direitos do consumidor

A defesa dos direitos dos consumidores esteve em foco no Parlamento. Em debate, mais exactamente, duas propostas de lei do Governo versando, num caso, a adopção de mecanismos de protecção aos utentes dos serviços públicos, no outro, o estabelecimento do regime legal aplicado à defesa do consumidor.

Trata-se de uma matéria, com incidência nos mais variados domínios, onde é conhecida - é a própria experiência de todos nós, enquanto cidadãos consumidores, a testemunhá-lo - a desprotecção do consumidor no relacionamen-

to que estabelece com agentes económicos que vendem produtos ou prestam serviços.

Na discussão dos dois diplomas não faltaram os exemplos que evidenciam o modo como os consumidores podem ser vítimas de um tratamento que, no mínimo, quantas das vezes, é atentatório dos seus direitos ou afecta a sua qualidade de vida.

A alguns deles se referiu o deputado José Calçada, ao definir a posição da bancada comunista sobre esta matéria, trazendo à colação vários casos que atestam a gravidade da situação, sejam as

violações ao Código da Publicidade ou a falta de transparência nas relações contratuais entre companhias de seguros e seus clientes, seja a deficiente fiscalização na segurança de produtos ou as burlas que repetidamente envolvem empresas que vendem "time-sharing", sejam ainda os maus serviços prestados por lavandarias ou os negócios menos claros que envolvem empresas especializadas em vendas à distância.

Razões suficientes, pois, para a apreciação globalmente positiva dispensada às medidas preconizadas nas propostas do Executivo,

segundo o ponto de vista da bancada comunista, que, no entanto, não deixou de apontar algumas insuficiências ao seu conteúdo, como sejam a necessidade de incluir os Correios entre os serviços públicos ou de estabelecer um regime sancionatório de contra-ordenações nos casos de incumprimento por parte das entidades fornecedoras de serviços.

Particular ênfase deu ainda José Calçada à necessidade de conferir especial protecção aos utentes em serviços tão sensíveis como o fornecimento de água, energia eléctrica, gás e telefone.



# Comemorações do 25 de Abril

## Loures

"Direitos e Liberdades" é o tema central que marca todas as comemorações em Loures, e que terão como um dos pontos altos um concerto com Sérgio Godinho, a realizar, na noite de 24, no Pavilhão Paz e Amizade.

As comemorações tiveram já o seu início no dia 13, com um concerto de bandas, iniciativa que prossegue no próximo dia 20.

Entre 18 e 30 de Abril, decorre uma iniciativa destinada aos alunos das escolas do 3º Ciclo do Ensino Básico - "Conversas em Abril - Liberdades e Direitos" - em que serão abordados temas tão diversificados como guerras, artes, saúde, comunicação social, migrações e ensino. Para os alunos destes níveis de ensino estão ainda programadas visitas ao Museu de Peniche.



Dirigidas à comunidade escolar das escolas dos 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, realiza-se um concurso de pintura, poesia e desenho "À descoberta da Liberdade" e, entre 18 e 30, a exibição do vídeo "Cravos Vermelhos".

A "Corrida da Liberdade" terá lugar às 9 horas de dia 21, em Odivelas.

Na noite de 27 de Abril, no Centro Cultural da Malaposta, o quinteto "Solistas do Porto" vai executar peças do repertório de Fernando Lopes-Graça.

As comemorações prosseguem até 12 de Maio, com a exposição de pintura de Luís Ralha, a inaugurar no Museu Municipal em 20 de Abril.

## Nisa

Um conjunto de iniciativas culturais, desportivas e recreativas integra as comemorações do 25 de Abril.

Até ao dia 20 está patente, na Galeria de Exposições da Casa da Cultura, uma exposição de pintura de João Sena.

Na Biblioteca Municipal, é proporcionado o acesso nos computadores ao programa "25 de Abril Jovem", que dá respostas a perguntas sobre factos e personalidades relacionadas com a Revolução de Abril.

Também na Biblioteca Municipal, até ao final do mês, todas as 4ªs, pelas 16 horas, é projectado o filme "25 de Abril", produzido pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

No dia 20 de Abril realiza-se um jogo de futebol infantil e a 24 de Abril há noite de festa na Praça da República, com fogo de artifício à meia noite.

Um comício comemorativo e actuações de bandas e folclore, marcam o 25 de Abril.

Seguem-se, até ao fim do mês, diferentes manifestações desportivas e musicais.

## Grândola

Dia 24 de Abril, pelas 22 horas, realiza-se a Corrida da Liberdade. Um percurso de 300 metros com partida e chegada junto à Câmara Municipal.

A corrida engloba três escalões de idade - desdobrados em masculinos e femininos - até aos 15 anos; dos 16 aos 35, e com mais de 35 anos. As inscrições são na Piscina Municipal (no local de prova até às 21h30), e haverá T-shirts para todos, troféus para os três primeiros atletas de cada escalão e um troféu para o mais idoso.

## Serra D'El-Rei

Sob o lema "Comemorar Abril, com toda a confiança", a Junta de Freguesia de Serra D'El-Rei promove um diversificado programa de iniciativas que inclui, dia 24, jogos tradicionais, com crianças das escolas, actuação da Banda "A Serrana" e actuação do grupo "Cantar de Amigos", e lançamento de foguetes à meia-noite.

Dia 25 haverá uma prova de ciclo-turismo, à volta do Concelho, lançamento de pombos, um mini-festival de folclore e uma demonstração de taekwon-do.

# Notícias da JCP



## Portalegre prepara Congresso da JCP

Realizaram-se na passada sexta-feira duas reuniões para discussão dos documentos para o V Congresso da JCP, que contaram com a participação do camarada Manuel Gouveia, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Quer na reunião do colectivo de Portalegre, quer na reunião do colectivo de Campo Maior, foi destacada a importância do fortalecimento e melhoria na organização dos colectivos, como base de um reforço sólido da JCP nos respectivos concelhos e na região.

Foram ainda debatidas questões como o enquadramento e tarefas dos militantes.

## Debate sobre regionalização em S. Mamede

Cerca de duas dezenas de jovens estiveram presentes, sábado passado, num encontro sobre Regionalização em S. Mamede.

No debate - em que participou José Soeiro, membro da Comissão política do CC do PCP

- foi destacada a importância da participação das populações e dos jovens em todo o processo de regionalização.

## Campanha no Algarve contra exames nacionais

O PS já esqueceu a promessa de acabar com o *numerus clausus* - afirma a JCP-Algarve em documento a distribuir pelos estudantes do Ensino Secundário, no quadro de uma campanha de esclarecimento face ao novo sistema de avaliação/acesso ao Ensino Superior.

A JCP-Algarve considera que a introdução dos Exames Nacionais na Avaliação do Ensino Secundário e no Acesso ao Ensino Superior reduz "o futuro de um estudante a um bom ou mau momento de duas horas" e sublinha que assim se desvaloriza "a avaliação contínua, implementando-se uma avaliação contingente baseada em exames".

A JCP exige: o diálogo com os estudantes; o efectivo cumprimento da avaliação contínua; o fim do *numerus clausus*, enquanto restrição global do acesso; a abolição das Provas Globais e a não implementação dos Exames nacionais dos 9º e 12º anos.

## C. M. do Porto

# Ilda Figueiredo denuncia orçamento fictício

São enormes as "discrepâncias entre as verbas inscritas no orçamento inicial e a efectiva realização, quer das receitas, quer das despesas" - sublinha a vereadora da CDU, Ilda Figueiredo, na Declaração de Voto sobre a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades de 1995 da Câmara Municipal do Porto.

Ilda Figueiredo refere, em particular, que só foi investida metade das verbas previstas inicialmente, sendo "o seu alcance real, em termos de obra paga", particularmente chocante, porquanto revela "que

ficaram por fazer obras fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Porto".

Das baixas percentagens de realização, relativamente ao orçamento, são de destacar: educação - 46%; acção social - 47,1%; cultura, desporto e tempos livres - 54%; habitação - 56,3%; urbanismo - 27,8%; saneamento e salubridade - 53,5%; comunicação e transportes - 48%; defesa do meio ambiente - 58,1%.

De referir ainda que as verbas pagas para reparações e beneficiações dos bairros muni-

cipais continuam a ser muito inferiores às receitas das rendas arrecadadas pela Câmara.

Em conclusão, Ilda Figueiredo afirma que muitas razões havia para o voto da CDU, em Dezembro de 94, contra o Plano e Orçamento - "metade das propostas de investimento era fictícia, o mesmo acontecendo com 66% das receitas de capital orçamentadas". Pelo que "é tempo da maioria PS encarar com realismo a situação do município e assumir com clareza e honestidade as limitações financeiras da sua gestão".

## Em diálogo com os Açorianos

Largas dezenas de pessoas participaram num colóquio sobre **Pobreza, Exclusão Social e Exploração**, realizado no Centro Social e Paroquial de S. Roque, Ponta Delgada e promovido pela CDU no âmbito das iniciativas "Em diálogo com os Açorianos".

Nas intervenções iniciais, foi feita uma primeira abordagem sobre a pobreza da Ilha de S. Miguel no século XIX, com o trabalho "A História dos sem História", apresentado por Fátima Sequeira Dias, da Universidade dos Açores. O padre Edgar Silva, do Movimento do Apostolado da Criança do Funchal, desenvolveu o tema "A provocação da pobreza" - uma análise das razões políticas, económicas e de classe das situações de pobreza e exclusão. Na última intervenção

introdutória ao debate, José Decq Mota abordou a questão da pobreza na óptica da realidade açoriana actual, procurando contribuir para a definição de orientações que visem a afirmação dos "Direitos sociais fundamentais".

Também a semana passada decorreu uma série de iniciativas relacionadas com o **Desporto**, que contaram com a participação do árbitro de futebol Veiga Trigo.

No debate, realizado no salão da Casa do Povo do Pico da Pedra, foram salientadas algumas questões, como as carências em infra-estruturas e pessoal técnico ao nível do desporto escolar, a pobreza do panorama desportivo dos Açores e a necessidade de uma política clara de promoção e defesa das pequenas agremiações desportivas.

## Declaração Política da ID

# Governo PS defende interesses minoritários

"Objectivamente, a política do Governo não se configura como a política de mudança que o eleitorado reivindicou em Outubro/95", afirma-se na Declaração Política estes dias aprovada pelo Conselho Geral da Associação Intervenção Democrática-ID.

"Trata-se, em suma, de uma política a favor dos interesses minoritários dos grandes detentores da riqueza, que nem ao menos esboça uma prudente atitude de correcção da injustiça do sistema fiscal ou de ligeira melhoria das prestações sociais do Estado", sintetiza o documento da ID.

Nesta análise da actual situação política, a Intervenção Democrática sublinha que, apesar de algumas alterações positivas no estilo de governação, "crescem sérias apreensões e fundadas dúvidas sobre o projecto político do PS", e destaca a "concertação social", como "o primeiro teste político do Governo PS, onde se revelou a sua falta de sintonia com as aspirações do mundo do trabalho".

A ID denuncia a liberalização das relações de trabalho como um contributo para "aumentar a precariedade e a insegurança no emprego, agravar o desemprego e condicionar o exercício da profissão e a vida dos trabalhadores".

O Orçamento de Estado - afirma-se no documento - constitui outra "pedra de toque do conteúdo, filosofia política e modelo de desenvolvimento" do actual governo, sendo patente "a estratégia de dupla dependência em relação ao poder económico nacional, por um lado, e internacional por outro, designadamente da União Europeia (UE)".

A Declaração da ID denuncia a "identificação e incondicional adesão" do governo actual à União Económica e Monetária (UEM) e aos constrangedores critérios de Maastricht, que deverão traduzir-se num inevitável agravamento do desemprego e na privatização das melhores empresas públicas, "apesar de economistas de renome internacional reconhecerem cada vez mais, sobretudo perante as crises e as contradições socioeconómicas produzidas pelo neoliberalismo", o seu papel decisivo na superação de tais crises.

Neste quadro, a ID destaca "a importância de um amplo e forte movimento social que crie as condições para a não subordinação do poder político ao poder económico, por um lado, e para a concretização efectiva de um modelo alternativo de desenvolvimento que privilegie o social e, em particular, o emprego".



## NACIONAL

## Prostituição e exclusão social das mulheres

Um mal *não* necessário

“A prostituição - exclusão social das mulheres”, foi tema de um debate promovido pelo MDM, sábado passado, em Setúbal, e contou com a participação do subcomissário da PSP de Setúbal, da deputada do PCP, Odete Santos, e da directora do “Ninho”, Inês Fontinha.

O debate, em que estiveram presentes algumas dezenas de pessoas, centrou-se particularmente na perspectiva da prostituição como consequência da degradação da situação social das mulheres, quer no que se refere à dificuldade de acesso ao emprego, quer no alastramento da *chaga* da toxicod dependência.

Sublinhado foi ainda o carácter de *negócio* que a prostituição assume. Negócio para alguns, que investem em locais diferentes para procuras diversas - de acordo com o estatuto socioeconómico do cliente.

No decurso do debate referiu-se igualmente a necessidade de combater conceitos como o de “um mal necessário” ou “a mais velha profissão do mundo”, e ficou registada a ideia de que para alguns sectores estranhamente *moralistas*, a existência de prostituição representaria como que uma forma de *segurança* para as mulheres “sérias”. O aflorar de um problema - importante - da necessidade de alteração de mentalidades.

No encontro foi sublinhada a possibilidade de acabar com a prostituição - assim haja vontade política de transformação social e de criação de condições sociais que não empurrem as mulheres para situações de exclusão. Para as mulheres prostitutas não há dependência em relação à prostituição - como existe em relação à droga - porque não se gera prazer, e a mulher é simplesmente utilizada enquanto objecto.

Desde já - e como foi referido em Setúbal - a aplicação de algumas resoluções aprovadas pelo Conselho de Ministros da União Europeia, poderia minorar os efeitos do problema. Trata-se, nomeadamente, da dinamização, por parte dos Estados, de iniciativas que promovam o combate à prostituição; a criação de serviços sociais adequados - deslocação de equipas móveis da segurança social; aplicação de sanções apropriadas sobretudo aos que promovem a prostituição de menores.

A prostituição não pode de facto ser abordada de fora do quadro de exclusão social e da

feminização da pobreza, que é também uma realidade no nosso país.

Existem actualmente em Portugal 3.310.000 pessoas pobres, cerca de 32,7% da população, segundo um documento preparatório do próximo congresso do MDM, actualmente em debate nesta organização.

Aplicando “um primeiro conceito genérico de pobreza,

*de informação*”, a pobreza acaba por se exprimir “em graus diversos até à situação de ruptura, de exclusão e marginalização”.

É a esta *situação de ruptura* que a mulher se encontra mais vulnerável, porque “mais atingida pela flexibilidade e precariedade do emprego, pelo desemprego de longa duração (55% dos desempregados), pelas más



que considera *pobre uma pessoa cujo rendimento seja inferior a metade do rendimento médio per capita do respectivo país*, e acrescentando uma outra componente global, que some este primeiro, tradicional e esgotado conceito o da *diminuição de recursos, de direitos, de oportunidades e*

condições de trabalho, pelos baixos níveis de segurança social, pela ausência de estruturas de apoio à criança e aos idosos, pelas más condições e qualidade do ensino e acompanhamento dos jovens, pela maior discriminação salarial e de acesso à formação profissional”.

## Encontro de Educadores pela Paz

Professores e educadores portugueses e galegos realizaram este fim-de-semana, em Vila Nova de Cerveira, o III Encontro de Educadores pela Paz.

Ao longo de três dias, os participantes no Encontro debateram temas como racismo e multiculturalismo e, em particular, os efeitos da crescente imigração no desenvolvimento de fenómenos xenófobos e racistas.

“Racistas são os outros?”, “Multiculturalismo/ interculturalismo” e “Fotografia da paz” foram algumas das questões abordadas. A iniciativa, que contou com o apoio do Sindicato dos Professores do Norte e do Instituto de Inovação Educacional galego, foi promovida por um conjunto de instituições dos dois países, nomeadamente o Núcleo de Educadores pela Paz de Viana do Castelo.

O Movimento dos Educadores pela Paz, Nova Escola Galega, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e Universidade da Corunha participaram igualmente na organização do evento.

## Crise na Fuzeta

Jovens da Fuzeta, Olhão, em idade escolar, onde se incluem crianças do sexo feminino, trabalham na faina do mar para ajudarem o agregado familiar a sobreviver devido à crise da pesca que atinge aquela localidade algarvia de forte tradição piscatória. Nas escolas do ciclo e do ensino básico, o lamento vem das professoras que todos os dias se confrontam com situações de alunos que chegam exaustos às aulas, marcados pela noite perdida no mar.

A situação agravou-se nos últimos anos devido à escassez da pesca “ribeirinha” cujas causas derivam “da pesca forçada com artes predadoras utilizadas pelos barcos do norte que degradam os fundos dos pesqueiros, matam as espécies e impedem a desova, nomeadamente da pescada branca”, acusam os pescadores da Fuzeta.

Há relativamente pouco tempo existiam na Fuzeta cerca de 30 embarcações só na faina da pescada, utilizando a arte do anzol, com tripulações de 10/12 homens. Hoje apenas existem três barcos. A maioria dos pescadores que tiveram de abandonar os barcos da pescada, dedicam-se hoje à captura do polvo, amêijoas e tudo o que vier a rede “é peixe”.

Trabalham em pequenos “botes”, com um ou dois tripulantes a bordo e sempre perto da costa e mesmo assim têm um grande problema pela frente porque quando querem sair ou entrar na barra da Fuzeta, a manobra não é fácil, por esta estar muito assoreada. Procurando “remédio” para a crise da pesca, a Fuzeta apostou no turismo como nova forma de vida, mas geraram-se entretanto novos problemas, como os casos de jovens toxicod dependentes e um aumento significativo da marginalidade.

## Contra a desertificação

Portugal ratificou a convenção das Nações Unidas para o combate à desertificação, anunciou a ONU, em Genebra.

Ao entregar, no passado dia 1 de Abril, os instrumentos de ratificação, Portugal tornou-se o 28º país a confirmar o seu compromisso na luta contra a desertificação, no âmbito de uma convenção assinada por 100 Estados a 14 de Outubro de 1994, em Paris.

A convenção só entra em vigor após ter sido ratificada por 50 países.

Segundo as Nações Unidas, a convenção de Paris oferece novas possibilidades de luta contra a seca e a desertificação no Mundo. Em Portugal, segundo a ONU, 30,2 por cento dos terrenos correm grande risco de erosão, 54,3% um risco moderado e 14,4% um ligeiro risco. Só 1,1 por cento não corre qualquer risco de desertificação.

## Homenagem a Adriano

O compositor e cantor Adriano Correia de Oliveira foi homenageado a semana passada em Avintes, Gaia, numa cerimónia com comunicações de Óscar Lopes, Mário Correia e Viale Moutinho.

A homenagem, organizada pelo Centro Artístico e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, consistiu num colóquio e teve como objectivo comemorar o 54º aniversário do nascimento do artista, que se encontra sepultado em Avintes.

O centro dedicado ao compositor de música popular e de intervenção foi criado em 1995, como uma homenagem da vila onde cresceu e como um meio de preservação da sua memória, nomeadamente através da recolha de documentação e da promoção de iniciativas culturais.

## Campanha de solidariedade com as crianças angolanas

Uma campanha de solidariedade com as crianças angolanas - campanha de emergência que, ao apelo da ONG angolana Mundo do Amor, se destina preferencialmente a canalizar ajudas para o Hospital Pediátrico de Luanda - foi lançada segunda-feira passada no Chapatô.

Num breve encontro que contou com a presença de alguns aderentes da campanha, nomeadamente estruturas sindicais, ONGs portuguesas e Associações africanas em Portugal, da embaixadora de Angola em Portugal e do escritor angolano Pepetela, foram divulgados os dois *objectivos* fundamentais da iniciativa: contribuir materialmente, com alimentos, medicamentos e material escolar, para minorar a dramática situação das crianças angolanas e sensibilizar a opinião pública para a urgência do apoio à reconstrução do país, e o valor intrínseco da solidariedade.

Os promotores contam já com uma experiência anterior, implementada em 1993, e de que resultou a entrega em diversas cidades angolanas, acompanhada directamente por representantes da Campanha, de cerca de 250 toneladas de alimentos, brinquedos e medicamentos. Propõem-se agora associar numa *rede de solidariedade com as crianças de Angola*, todas as associações e organizações não-governamentais, as escolas e as autarquias locais, as empresas e os sindicatos, as pessoas individualmente consideradas que, em Portugal, se reconheçam nesta acção humanitária”.

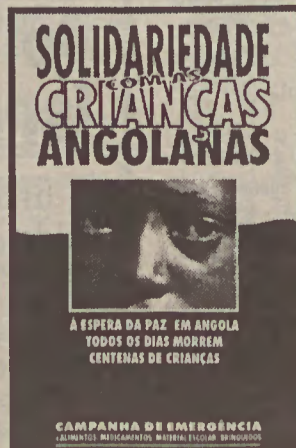
É sabido que nas guerras actuais a população civil é sempre a maior vítima - e mais ainda os seus sectores mais vulneráveis, com é o caso das crianças. Angola não foge à regra, e neste momento são inúmeras as crianças e jovens deslocados de guerra, que não podem regressar ainda às suas terras de origem e se concentram nas cidades, em particular em Luanda, onde carecem de um mínimo de condições de sobrevivência.

Os números são elucidativos. Segundo dados da UNICEF, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos é de 292 por mil, a taxa de mortalidade infantil de 170 por mil, os recém-nascidos com peso suficiente são apenas 19%.

Em Luanda e no seu Hospital Pediátrico - que a Campanha agora lançada visa ajudar, através da associação Mundo do Amor - toda esta realidade se vive como que de forma *concentrada*. E são as ajudas - nomeadamente provenientes de ONGs portuguesas e alemãs - que de alguma forma permitem o minorar a amplitude destes problemas.

Não se trata, naturalmente, como foi sublinhado no Chapatô, de dar resposta a tais problemas, antes suprir um pouco *as situações mais críticas de uma situação crítica*. O que é também uma forma de *sensibilizar* para a necessidade de fazer alguma coisa e *pressionar* os que de facto mais poderiam contribuir para a solução de problemas que passam pela reabilitação económica e social e a promoção de um verdadeiro processo de desenvolvimento sustentado para Angola.

No imediato, e nas palavras de Pepetela, esta *campanha toca um dos maiores problemas que Angola tem*.





## INTERNACIONAL

## Crise Israel-Líbano

## «Vinhas da Ira» – operação de marketing e de morte

## Líbia

O Bureau Popular da Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista assinalou na segunda-feira a passagem do 10.º aniversário da agressão norte-americana contra a Líbia. Nesse dia, em 1986, a aviação dos Estados Unidos bombardeou Trípoli e Benhazí, vitimando mais de 200 cidadãos, alegando suspeitar que aquele país era responsável por atentado em Berlim. Posteriormente, foi provada a falsidade das suspeitas. Na altura, a Comunidade Internacional condenou a agressão e reconheceu o direito da Líbia a uma indemnização.

## Bósnia

A União Europeia vai contribuir com mais de 28 milhões de contos para a reconstrução da Bósnia-Herzegovina, em 1996. O compromisso surgiu na segunda Conferência de Doadores, organizada pela Comissão Europeia e pelo Banco Mundial, na sexta-feira. A UE vai lançar paralelamente um programa suplementar no valor de 16 milhões de contos para a reconstrução económica. O alojamento e a criação de emprego são as prioridades.

## Tchetchénia

O cessar-fogo unilateral na Tchetchénia continua a ser violado pelos russos, que prosseguem com os bombardeamentos e o corte de estradas naquela república caucasiana. O início da retirada russa, que se verificou no domingo, foi apenas simbólica. O líder separatista tchetcheno anunciou há dias que prefere a mediação de «terceiros países» como a Turquia no diálogo de paz com Moscovo.

## Bolívia

A Central Operária e as associações de estudantes da Bolívia convocaram várias manifestações pelo aumento de salários e contra a privatização da indústria petrolífera. Estes protestos surgem ao mesmo tempo que se realiza em Cochabamba uma reunião do Grupo do Rio e da UE.

Os civis libaneses são as principais vítimas dos ataques do exército israelita contra o Hezbollah, que já se estenderam a todo o país e que provocaram cerca de 40 mortos e centena e meia de feridos, desde a passada quinta-feira. O processo de paz no Médio Oriente corre perigo e a UE, a China, o Líbano, a ONU, a Organização da Conferência Islâmica e diversas Organizações Não Governamentais já chamaram a atenção para tal.

Alegando ter como objectivo pôr fim aos ataques do Hezbollah contra as localidades da Galileia, os *raides* israelitas ao sul do Líbano não poupam as instalações civis: prédios, automóveis, comboios, ambulâncias e duas importantes centrais eléctricas foram já destruídas. Tiro, cidade património mundi-

al, e o Hain Heloué, o maior campo de refugiados palestinos do Líbano, foram alguns dos alvos de Israel. O êxodo da população para o norte do país é maciço.

A operação «Vinhas da Ira» não tem fim à vista. O próprio Shimon Peres declarou que «é demasiado cedo para pôr fim

às nossas operações e iniciar negociações». Para atingir os seus objectivos não se coíbe de violar a soberania do Líbano. «Não hesitaremos em atingir os alvos do Hezbollah, mesmo que eles se encontrem no meio da população civil, que gostaríamos de poupar», afirmou o general Amnon Shakhak, chefe de Estado-Maior do exército israelita. «Não queremos atingir o exército do Líbano, mas, se abrir fogo contra as nossas forças, não hesitaremos em ripostar», acrescentou o militar.

O movimento fundamentalista anunciou que irá responder aos constantes ataques israelitas «com uma escalada similar».

«Os estabelecimentos turísticos e centros económicos e militares situados entre a fronteira libanesa e o paralelo 33 serão bombardeados a partir de segunda-feira à noite, incluindo os colonatos junto aos Montes Golã», lê-se num comunicado.

A sua cadeia de televisão mostrou, no domingo, 70 comandos suicidas, sublinhando que «utilizará todos os meios possíveis para defender o povo libanês».

Os pró-iranianos lançaram já diversas ofensivas com «rockets» contra o norte de Israel, que provocaram um número muito reduzido de vítimas.

sitora política do primeiro-ministro, exigiu já o prosseguimento da operação, até serem alcançados os objectivos previstos e defendeu inclusivamente o alargamento da «zona de segurança».

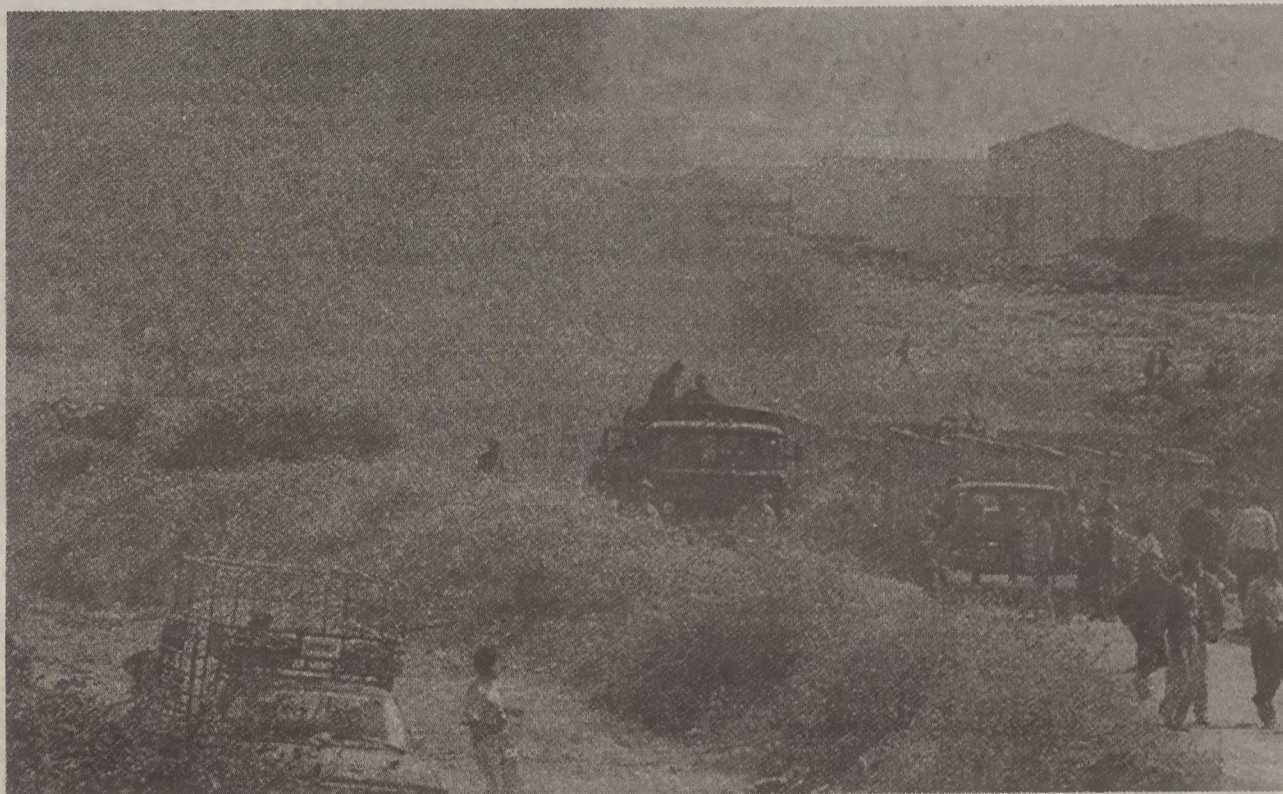
Guerra sem alternativa, eis a imagem que Israel pretende dar. Mas sem alternativa para quem? Para um país pobre como o Líbano que se vê a ser destruído quase «por engano» e, ao mesmo tempo, praticamente ignorado neste processo?

Rafic Hariri, o primeiro-ministro libanês, disse já que está fora de questão desarmar os fundamentalistas: «A violência gera a violência. Após a retirada israelita não haverá mais justificação para a presença armada do Hezbollah ou outras formações, à excepção do exército e das forças de segurança legais libanesas.»

A aplicação da Resolução 425 do Conselho de Segurança da ONU é apontada por Hariri como a única solução possível para o conflito. Esta resolução exige a retirada incondicional de Israel dos territórios ao sul do Líbano ocupados desde 1978. A «zona de segurança» tem 850 quilómetros quadrados e é oficialmente controlada pelo Exército do Sul do Líbano, com 3 mil homens pagos por Israel. Segundo informações da agência Lusa, na faixa fronteiriça vivem 170 mil pessoas em 63 localidades. Desses, 100 mil são xiitas e a maioria apoia o Hezbollah.

O Hezbollah, que tem como objectivo declarado expulsar o ocupante israelita do sul do Líbano, defendia inicialmente que a saída da crise residia no retorno ao acordo tácito concluído em 1993 com Israel. O Governo israelita compromete-se neste documento a não atacar civis libaneses e o Hezbollah a não bombardear o norte de Israel.

Contudo, na segunda-feira, o secretário-geral do grupo fundamentalista declarou que «depois da nova agressão israelita, o acordo de 1993 já não é suficiente. É indispensável obter garantias para evitar o que se passa actualmente».



A morte atinge a população civil libanesa, mais uma vez, pela mão de Israel

## Reacções internacionais aos bombardeamentos

«Enquanto não houver paz no norte de Israel também não haverá paz no Líbano.»

Estas palavras de Shimon Peres afastam a hipótese de estar para breve o fim dos bombardeamentos israelitas. «O Hezbollah imagina que pode ter vantagens sobre Israel. Engana-se e aprenderá à sua custa que nenhuma das suas posições está impune», acrescentou, esquecendo-se, aparentemente, dos civis libaneses que durante esta última semana têm sido vítimas dos ataques, perdendo as suas vidas, abandonando as suas casas.

Contudo, os Partidos Comunistas da Síria, Líbano, Jordânia e Iraque não os esqueceram. Numa nota à imprensa, os comunistas da Arábia Oriental, exprimindo a sua solidariedade, reafirmam a sua «confiança no insucesso da agressão israelita graças à determinação e unidade nacional dos libaneses, bem como a solidariedade dos árabes e as forças de liberdade mundiais».

No primeiro dia dos bombardeamentos contra o sul do Líbano, a Força Interina da ONU no Líbano (Finul) apresentou um «vivo protesto» a Israel, enquanto a Liga Árabe apelou à comunidade internacional «a tomar medidas urgentes para obrigar Israel a respeitar a soberania do Líbano» e manifestou a sua «total solidariedade ao povo libanês e ao direito de defenderem o seu território».

«Esta agressão vil, odiosa e inquietante contra

uma cidade e um país sem defesa demonstram apenas a fraqueza de Israel», considerou por seu turno o presidente iraniano, Hachemi-Rafsanjani, acrescentando que os ataques constituem uma «desgraça para a humanidade».

A mesma opinião tem o Egipto, a China e a Arábia Saudita que defenderam o fim dos ataques contra o território libanês. A Organização da Conferência Islâmica vai mais longe e defende que só é possível uma paz justa e duradoura quando se der a retirada de Israel «de todos os territórios ocupados, incluindo o sul do Líbano». A Jordânia e a França têm mantido «intensos contactos» para «encontrar uma solução».

A União Europeia espera que o aumento de tensão no Médio Oriente, «que já causou graves danos materiais e vítimas inocentes, não gere reacções em cadeia susceptíveis de produzir novos dramas nem implique perigos para o processo de paz».

A opinião pública síria aponta como responsável desta crise o governo norte-americano, partilhando «a posição de Israel ao justificar a sua agressão ao Líbano». «Os EUA dão alento ao agressor e culpam a vítima», lê-se num jornal sírio.

A Inglaterra, por seu lado, imputou ao Hezbollah toda a responsabilidade pela actual situação da zona.

## Retirada israelita do Líbano: a única solução

Esperando que a sua imagem de construtor da paz que lhe desse alguma legitimidade no plano internacional, Shimon Peres ordenou estes ataques tendo como horizonte a vitória nas eleições legislativas de 29 de Maio. A direita israelita, principal opo-

## PCP condena agressão israelita

O PCP vem a público condenar a violação da soberania do Líbano e denunciar o apoio do Governo norte-americano aos bombardeamentos israelitas, «demonstrando mais uma vez que o direito internacional para os EUA significa o direito dos mais fortes imporem a sua lei, mesmo que à custa de invasões e bombardeamentos».

Os comunistas sublinham que sem a retirada das forças israelitas dos «territórios árabes no Líbano, Síria e Palestina e o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino não é possível uma paz justa e duradoura em toda a região».



## INTERNACIONAL

## Libéria a ferro e fogo

O recrudescimento dos combates na Libéria, cuja causa próxima parece ter sido a ordem de prisão que pende sobre o chefe krahn Roosevelt Johnson, é bem a expressão da tragédia de um país cuja história foi viciada por interesses externos. E se é verdade que importa encontrar soluções para a tragédia de hoje, não é menos verdade que as suas raízes mergulham num passado que não pode ser esquecido. Criada pela vontade dos Estados Unidos (ver caixa), a Libéria viveu até hoje entre a ditadura e a guerra civil. Os períodos de acalmia nunca passaram de uma ilusão de paz.

Os combates (re)começaram há pouco mais de uma semana, depois da polícia ter tentado deter o líder da facção Krahn - uma das quatro etnias dominantes da Libéria (as outras são a geo, congo e mandingo) - do Movimento Unido de Libertação (ULIMO), Roosevelt Johnson.

Johnson, que foi demitido em Fevereiro de ministro do Desenvolvimento Rural, é acusado da morte recente de várias pessoas em incidentes que teria instigado.

Não há nada de novo na guerra civil que dilacera a Libéria. A precária paz conseguida no quadro dos últimos acordos de Abuja, assinados em Setembro

último, levou o dirigente da ULIMO a integrar o Conselho de Estado, juntamente com Charles Taylor, dirigente da Frente Nacional Patriótica da Libéria, presidência colegial de transição encarregada de preparar eleições gerais. A confiança mútua nunca foi grande, e ninguém ignorava que bastava uma pequena centelha para atear ódios e rivalidades antigas. A ordem de prisão do «general» Johnson vem precipitar os acontecimentos. As forças das diferentes facções entram em confronto e o caos instala-se.

Num país onde a miséria reina em absoluto, não é difícil que grupos armados escapem ao

controlo dos seus dirigentes e se dediquem a saquear tudo o que podem.

De acordo com testemunhas, os saques e destruições ocorrem ante a passividade da força de interposição (ECOMOG) da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), cujos soldados também participam nessa actividade.

Entre os imóveis saqueados figuram os de vários organismos da ONU - o Programa de Desenvolvimento (PNUD), a UNICEF e o Programa Alimentar Mundial (PAM), para além das embaixadas de diferentes países entretanto evacuadas.

Os saques geraram uma tal escassez de alimentos e medicamentos que a situação ameaça alcançar proporções imprevisíveis. Entretanto, nas ruas da capital, Monróvia, os cadáveres permanecem por enterrar o que, aliado à falta de água e de condições mínimas de higiene, começou já a provocar «epidemias» que se suspeita serem de cólera.

Segundo testemunhos de refugiados, cerca de 20 mil pessoas, essencialmente combatentes krahn e respectivas famílias, estão entrincheiradas no Centro de Treino de Barclay, antigo quartel das forças armadas liberianas, onde a falta de água potável as obriga a lavarem-se com água do mar e «a epidemia propaga-se rapidamente».

## Resposta garantida

A operação de evacuação de estrangeiros entretanto organizada pelos EUA, sob o nome de código «Resposta Garantida», e que envolve já 1.200 militares americanos, permitiu retirar de Monróvia mais de um milhar de pessoas.

Enquanto prosseguem aquelas operações, outras parecem estar em preparação, com o envio de navios de guerra para a região. Segundo anunciou o Pentágono, citado pela Lusa, no final da semana passada mais dois navios norte-americanos



A guerra civil na Libéria não é um fenómeno novo. Nos últimos sete anos, os confrontos provocaram já cerca de 200.000 mortos

seguiram a caminho da Libéria, o que elevará para cinco o número de vasos da Marinha dos Estados Unidos nas águas deste país.

De acordo com o departamento de Defesa, o contratorpedeiro «Conolly» e o navio de reabas-

tecimento «Big Horn» juntar-se-ão ao porta-helicópteros «Guam» e a dois navios especializados em operações anfíbias, «Portland» e «Trenton», idos do Mediterrâneo para a costa da Libéria.

A frota, acrescentou um

porta-voz, inclui 1.800 homens.

Em Monróvia, entretanto, as diligências do Presidente Jerry Rawlings, do Gana, para uma eventual retomada do cessar-fogo mostravam-se, até ao encerramento desta edição, infrutíferas.

## Semana negra

A destruição e a morte andam à solta na Libéria. Segue-se o filme da última semana, segundo as informações divulgadas pela agência Lusa.

6 de Abril - Rebutam combates no bairro de Sinkor, nordeste de Monróvia, entre forças de segurança e partidários do antigo chefe guerreiro Roosevelt Johnson, para impedir a sua detenção. Os combates avançam até ao centro da cidade, onde pela primeira vez se enfrentam combatentes desde Agosto de 1995.

7 - O aeroporto de Monróvia é fechado depois do incêndio de três helicópteros militares e de um avião civil. Violentos combates travam-se no centro da cidade e opõem já o conjunto dos combatentes krahn - fiéis a Johnson e ainda do Conselho de Paz da Libéria (CPL) e das Forças Armadas Liberianas (FAL) - a forças regulares ajudadas pelas tropas de Charles Taylor e de Alhaji Kromah, também dois antigos chefes guerreiros.

8 - Entre 10 e 15 mil pessoas refugiam-se na área da concessão Greystone, frente à embaixada norte-americana, no bairro de Mamba Point. Os combates alastram ao quartel de Barclay, a dois quilómetros deste bairro.

9 - Cerca de 600 civis - libaneses, nigerianos da força interafricana ECOMOG e mais de 500 civis liberianos - são feitos reféns no campo Barclay, onde os krahn se entrincheiraram. Começa a operação de retirada dos estrangeiros de Monróvia, baptizada «Resposta Garantida». Chegam 26 civis a Dacar. Combates violentos continuam em Monróvia e atiradores furtivos surgem em Mamba Point. O Conselho de Segurança pede o restabeleci-

mento da ordem pública em Monróvia.

10 - Libertação de alguns reféns da ECOMOG em Barclay. Generaliza-se a pilhagem no centro de Monróvia e Mamba Point, visando nomeadamente instalações de organizações não governamentais. Debaxo de fogo, são retirados de Monróvia 273 estrangeiros, dos quais 61 norte-americanos.

11 - Casas, lojas e a maioria das agências de ajuda humanitária em Mamba Point são saqueadas por bandos de jovens armados. Os Estados Unidos decidem reforçar os seus meios no terreno, em efectivos, navios e helicópteros, envolvendo 900 militares na operação de evacuação de Monróvia. Três navios de guerra norte-americanos recebem ordem de partir do Adriático para a Libéria. Degrada-se a situação humanitária em Monróvia. Cerca de 80 pessoas deixam a cidade, elevando para 620 os retirados até essa altura. Combatentes de uma das facções liberianas atacam a residência do embaixador norte-americano.

12 - O tiroteio intensifica-se em redor do campo Barclay e Mamba Point continua controlado por saqueadores. O Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) e o Fundo da ONU para a Infância (UNICEF) anunciam a retirada da maioria dos seus funcionários estrangeiros. «A anarquia é quase total na cidade de Monróvia. Há corpos pelas ruas e uma verdadeira carnificina gratuita», diz um porta-voz do ACNUR em Genebra.

## Uma História sangrenta

Independente desde 1847, a Libéria é um pequeno país do extremo ocidental de África, com cerca de três milhões de habitantes. Historicamente, a Libéria foi criada pela vontade dos Estados Unidos de enviar os antigos escravos negros de regresso ao seu país de origem. A escassez de matérias-primas ditou a sua forte dependência externa e um endividamento cada vez mais acentuado.

Politicamente, a Libéria viveu praticamente sempre sob ditadura. No entanto, o levantamento militar de Abril de 1980 que substituiu, em favor dos «nativos», o poder político dos afro-americanos, exercido durante mais de um século, foi favoravelmente acolhido pela grande maioria da população.

Entre 1980 e 1985 registaram-se cinco golpes de Estado falhados. As promessas do Presidente Samuel Doe de realizar eleições livres nos finais de 1985 não evitaram o seu derrube, tal como este não se traduziu na democratização do país.

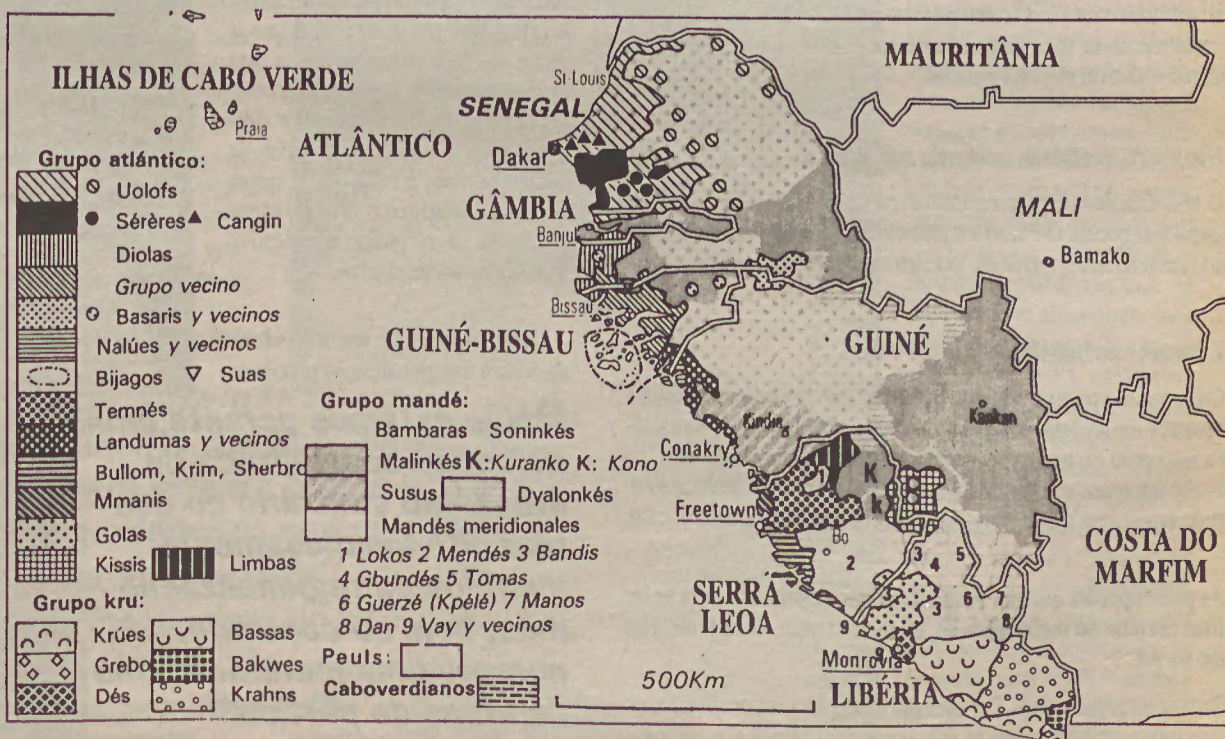
Mergulhada em confrontos sangrentos desde Dezembro de 1989, a Libéria vive à mercê das facções em luta pelo Poder. O processo de desarma-

mento previsto nos acordos de paz de Cotonou, assinados em 25 de Julho de 1993, nunca foi levado a cabo. Em Junho de 1994, apenas 3.000 dos 60.000 combatentes oficialmente recensados tinham deposto as armas.

As eleições previstas para Setembro de 1994 foram adiadas. Um novo acordo de paz, implementado pelo Presidente do Gana, Jerry Rawlings, é assinado em 13 de Setembro de 1994, em Asoombo (Gana), mas sem sucesso. As partes signatárias não chegaram a acordo sobre a composição do futuro executivo encarregado de organizar eleições gerais.

Em 26 de Abril de 1995, os contingentes tanzaniano e ugandês da força de interposição oeste-africana (ECOMOG) enviada para a Libéria em Agosto de 1990 retiram-se, deixando no terreno 8.500 «capacetes brancos» (6.000 dos quais soldados nigerianos).

Os combates, que desde a eclosão do conflito já provocaram 200.000 mortos, voltam a recrudescer no início deste ano.



As diferentes redes usadas no mapa assinalam a multiplicidade de etnias da região



# Regionalizar é aprofundar a democracia

**A** regionalização está na ordem do dia. Princípio consagrado na Constituição há mais de 20 anos, a criação de regiões administrativas tem feito correr rios de tinta, com os defensores do centralismo a esgrimirem argumentos tão absurdos como o de o País se poder transformar numa Bósnia ou de perder a identidade velha de oito séculos, enquanto se arranjam artifícios como o referendo para abrir precedentes graves e protelar uma vez mais para as calendadas uma decisão que já tarda. Na verdade, a direita está em polvorosa e aperta o cerco ao PS na tentativa de minimizar (se a não conseguir impedir) os efeitos da regionalização. É que, como demonstra Luís Sá em entrevista ao «Avante!», regionalizar é aprofundar a democracia.

Porquê de repente este frenesim todo sobre a regionalização?

Não é a primeira vez, nos últimos 20 anos, que há algum «frenesim» em torno desta matéria, para usar a tua expressão. Julgo que há uma confluência de factores. Por um lado, há em alguns sectores uma vontade efectiva de regionalizar. Esta vontade é particularmente forte em algumas regiões que têm um desenvolvimento mais atrasado, que perderam mais população, bem como entre os municípios, que sentem a sua autonomia profundamente abalada pelo fortalecimento das Comissões de Coordenação Regional (CCRs) e da administração periférica do Estado, os serviços dos Ministérios espalhados pelo País.

Ao longo dos últimos anos foi feita uma «regionalização» no País, que passou por um lado pelo esvaziamento das capitais de distrito que eram sede de serviços públicos e que perderam essa qualidade a favor das cinco sedes de Coordenação Regional. O ataque ao Poder Local passou pelo desenvolvimento dessa administração periférica...

Foi uma «regionalização» ao contrário...

Foi uma «regionalização» que, ao invés de ser feita de baixo para cima, como o PCP defende e resulta da Constituição, e em vez de assentar em órgãos escolhidos pelas populações, assentou em clientelas nomeadas a partir do Poder central, e que em vez de respeitar a autonomia municipal como a Constituição garante, atacou duramente essa autonomia.

Por outro lado, o facto de as CCRs e os serviços periféricos terem sede em apenas cinco cidades - Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro - levou a que no resto do País aparecesse uma revolta, relativamente surda mas apesar de tudo consistente, em torno desta matéria. Daí que se possa compreender que, embora de uma forma obviamente desigual de região para região, embora exista uma grande desinformação da opinião pública, haja o sentimento de que as coisas não podem continuar como estavam.

Então o PS está a cumprir as suas promessas eleitorais?

Neste campo, aparentemente está, se não vier a fazer cedências ao PSD. Mas é preciso dizer que não basta garantir a existência de órgãos eleitos, importa também garantir que esses órgãos tenham atribuições e competências relevantes e meios financeiros capazes. As posições do PS não o garantem.

E o PSD?

O PSD, por seu lado, aproveitou esta situação para atingir três objectivos fundamentais: encontrar uma saída airosa para as cambalhotas que deu nesta matéria, refugiando-se na ideia de que teria de haver dois referendos (um de carácter nacional e outro de carácter regional); sujeitar uma matéria que é imperativo constitucional a referendo nacional, o que corresponderia a abrir um precedente de sujeição de normas constitucionais a referendo e, eventualmente, através deste precedente, abrir caminho para realizar um velho sonho seu, o plebiscito em matéria constitucional; e utilizar o referendo como pretexto para fazer uma revisão constitucional repentina, para adulterar aspectos como os direitos dos trabalhadores, o sistema eleitoral e outros.

Não é o PS que fala de referendo regional?

O PSD fala de referendo nacional e, no caso deste ser favorável, em referendos regionais. O PS, no seu projecto de revisão constitucional, tem falado em referendos regionais, na esteira das exigências do PSD.

E porquê essa insistência nos referendos?

Creio que são pretextos, por parte do PSD, por um lado para continuar a protelar um processo que já durou 20 anos, por outro lado para esconder a sua opção centralista de sempre, independentemente das declarações que faz agora, e finalmente para tentar uma revisão constitucional feita de supetão em matérias que lhe fossem particularmente favoráveis.

As preocupações que são avançadas como argumento para se ter muitas cautelas na regionalização, ou mesmo para não a fazer, têm razão de ser?

Tem-se dito muita coisa. Por exemplo que, com a regionalização, teríamos novas situações como as dos Açores e da Madeira, novos caciques

locais instalados, etc. É preciso dizer, em primeiro lugar, que já existem caciques; quando muito, o processo eleitoral teria a vantagem de tornar as situações mais transparentes. Para além disso, a alternativa a «caciques regionais» é muitas vezes a existência de caciques de nomeação governamental, que não respondem perante as populações, o que do ponto de vista democrático não será mais favorável. Mas o que importa sublinhar acima de tudo é que as regiões administrativas são diferentes das regiões político-administrativas, isto é, não têm competência legislativa, e as próprias competências administrativas devem ser mais diminutas. Acresce que há matérias que o PCP já previu, ao apresentar projectos de lei na Assembleia da República, como o financiamento das regiões, que impediriam a indisciplina financeira que se terá verificado nos Açores e na Madeira.

E quanto ao risco de despesismo?

Quando ao falado risco de despesismo, lembro que também já apresentámos na AR um projecto sobre transferência de património e serviços que assenta exactamente na ideia de que as regiões administrativas deverão no essencial funcionar com o património e os recursos das CCRs e de parte dos actuais serviços periféricos do Estado. Como também não prevemos que os eleitos das Assembleias Regionais estejam a tempo inteiro, o tão alegado despesismo não tem fundamento. Pelo contrário, tendo em conta que neste momento há o baixíssimo nível de realização em matéria de financiamentos comunitários, a criação de regiões, com capacidade operativa, mais próximas dos problemas e mais desburocratizadas, até pode permitir e assegurar um maior nível de investimentos e de captação de financiamentos do que actualmente.

O projecto do PCP não prevê eleitos a tempo inteiro?

Nas Assembleias Regionais, não. Haverá dois órgãos - Assembleias Regionais e Juntas Regionais; as Juntas serão constituídas por cinco ou sete membros, consoante a dimensão da Região, e as Assembleias serão substancialmente maiores, mas sem membros a tempo inteiro.

Isso significa, ao contrário do que tem sido dito, que não haverá um aumento do aparelho administrativo?

Exactamente. Pelo contrário, há determinados cargos que vão ser extintos. Por exemplo, é previsível que se passe de 18 governadores civis para nove governadores regionais; é previsível também que os presidentes e vice-presidentes das CCRs desapareçam. Se contabilizarmos o conjunto de cargos que podem desaparecer, não creio que se vá registar um acréscimo significativo do aparelho administrativo.

Outro aspecto que tem sido aduzido contra a regionalização prende-se

«Não estamos perante uma definição centralizada de áreas - ao contrário do que têm dito insidiosamente inimigos da regionalização - mas, bem ao contrário, perante uma mera definição de áreas de partida»

com os sentimentos da população, com as possíveis divisões resultantes de não se pretender ficar ligado a uma determinada região e sim a outra... Não é um risco real?

Está previsto na Constituição e no nosso projecto de lei de criação das Regiões Administrativas que as áreas sejam concebidas como «áreas de partida», ou seja, que estejamos não perante uma definição centralizada de áreas - ao contrário do que têm dito insidiosamente inimigos da regionalização - mas, bem ao contrário, perante uma mera definição de áreas de partida. O nosso projecto de lei prevê que os municípios se possam pronunciar através das Assembleias Municipais, como de resto é obrigatório nos termos da Constituição, no sentido de serem favoráveis à área de partida ou de proporem a fusão com outra ou outras regiões administrativas contíguas, ou integração do município numa região administrativa contígua. Tudo isso são deliberações legítimas a ser tidas em conta. Mas, depois da lei da criação haverá uma lei de instituição em concreto de cada região administrativa, sendo este diploma sujeito às Assembleias Municipais. A região não será implementada se a maioria das Assembleias, representando a maioria da população, não se pronunciar favoravelmente...

Quais são as regiões de partida que o PCP propõe?

As regiões de partida que propomos, que não são necessariamente as regiões de chegada, são nove: Minho; Porto e Douro Litoral; Trás-os-Montes; Beira Litoral; Beira Interior; Região Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal; Alta Estremadura, Oeste e Ribatejo; Alentejo e Algarve.

Como ia dizendo, o processo previsto significa, em última instância, que quem vai ter a voz definitiva são as populações, através das Assembleias Municipais. A Constituição já prevê actualmente um referendo orgânico que corresponde à ideia de que as regiões devem ser constituídas de baixo para cima e com um papel de protagonismo determinante dos municípios.

Não fazem sentido, portanto, as alegações que têm vindo a ser feitas de que as populações não seriam consultadas?

Claro que não. É evidente que as populações teriam sempre que ser consultadas. Uma análise séria do projecto de lei do PCP e dos seus projectos de lei anteriores não pode deixar de concluir que as populações, e os municípios em particular, vão ter um papel determinante nesta matéria.

O problema que coloca a questão dos referendos regionais é triplo: importa garantir, em primeiro lugar, que seja cumprido o calendário com o qual o primeiro-ministro e o PS se comprometem

«O mais provável é que (a regionalização) crie condições para que se veja simultaneamente o que é comum e o que é diferente, e se crie uma grande unidade nacional em torno do que é comum»

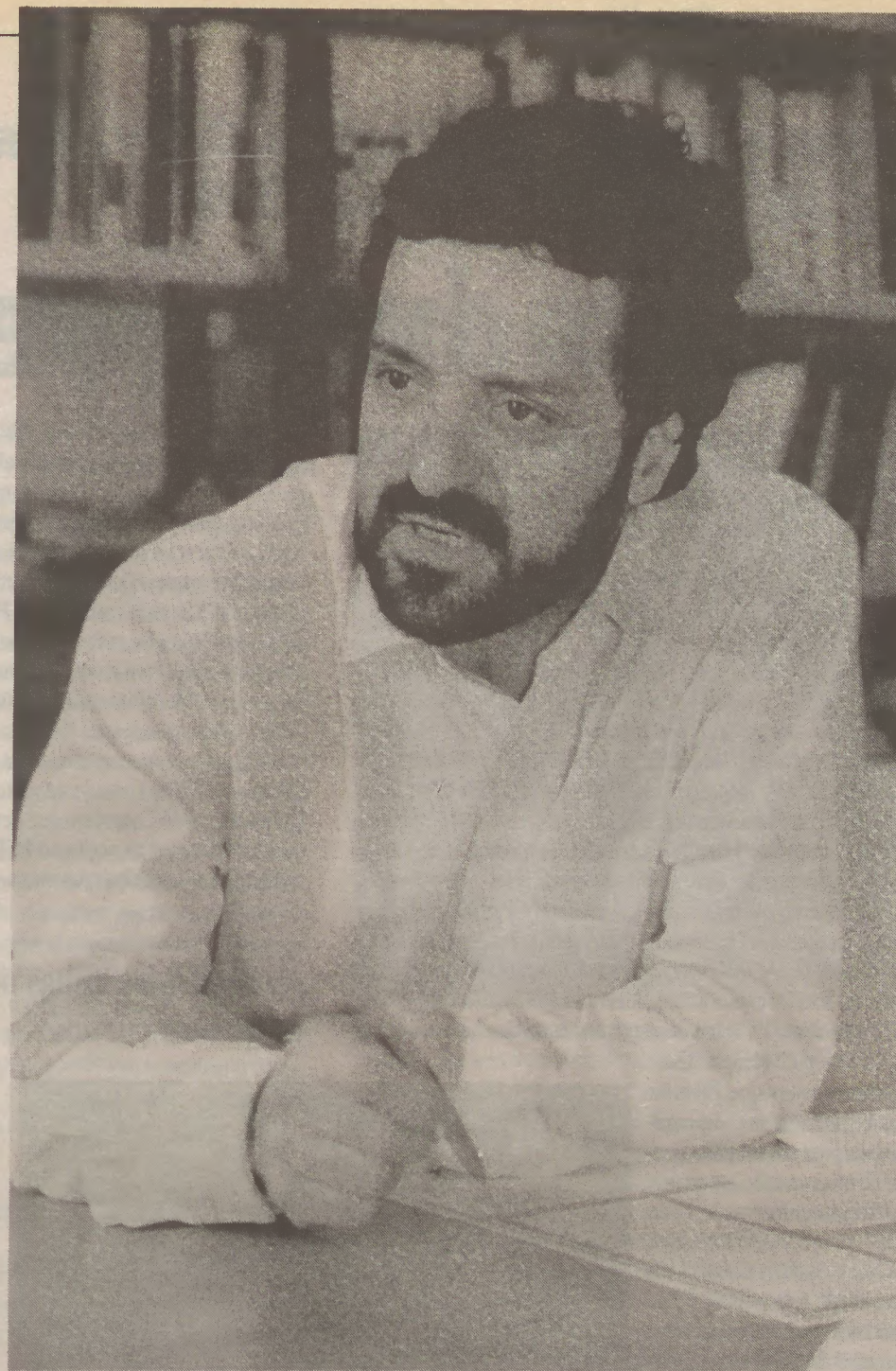
ram perante a Assembleia da República e o País; importa em segundo lugar garantir que isto não seja pretexto para uma revisão constitucional feita apressadamente sem a devida ponderação; e, em terceiro lugar, que os municípios não percam o seu protagonismo em todo este processo.

Pode-se falar, no que respeita ao PCP, de um consenso em torno da divisão administrativa?

Já houve grandes debates no Partido, como aconteceu por exemplo no Alentejo, com a participação de largas centenas de quadros, em que se chegou a opiniões, não direi unânimes, mas largamente maioritárias. Tem havido debates um pouco por todo o País, que é natural que prossigam, quer no sentido de defender as áreas de partida tal como são propostas, quer no sentido de propor, aqui e ali, alterações das áreas de partida. Por exemplo, se houver municípios da Beira Douro que se venham a pronunciar pela integração na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, estão no seu direito e isso é perfeitamente razoável, está previsto que assim seja. Quem dá este exemplo pode dar qualquer outro. O que é fundamental em todo este processo é que o Partido intervenha profundamente ligado às populações e com uma grande capacidade para as ouvir, para as auscultar, para reconhecer qual é a opinião dominante.

Não há perigos de haver fracturas no próprio Partido, nesta matéria? Estou a pensar em concreto no Alentejo, onde do ponto de vista autárquico o PCP é dominante...

Não. No Alentejo criou-se um grande consenso em torno desta matéria, sobretudo a partir do momento em que foi adiada, por parte do Partido, a proposta de uma região «polinucleada». Muito frequentemente, quando se colocava a questão do número de regiões, o que estava pre-



sente de imediato em muitos espíritos era «quem é que mandava em quem», onde é que se tinha de ir para tratar de tal ou tal problema. A partir do momento em que avançámos a ideia de reparir os serviços públicos por várias cidades, e de poder haver delegações regionais em cada uma das dos serviços públicos que lá não tivessem a sede, criaram-se condições, não apenas no Alentejo como noutras regiões do País, para se deslocar o debate para o que deve ser a administração regional futura, como deve estar organizada, como deve estar repartida no terreno, do que propriamente para as guerras de alecrim e manjerona que a direita, e o PSD em particular, pretenderia.

Tem-se falado muito do PCP pretender um bunker vermelho no Alentejo. A proposta de uma única região Alentejo não é isso mesmo?

O que nós ponderámos foram os interesses da população alentejana. Se fizéssemos cálculos estritamente eleitorais, provavelmente não era a esta posição que teríamos chegado.

Até aqui só falaste das vantagens da regionalização. Quer dizer que não há desvantagens? Há quem diga que as regiões vão criar divisões, rivalidades, porque umas serão mais desenvolvidas, porque umas terão mais dinheiro do que outras...

A criação de regiões limita-se a tornar explícito o que antes podia estar menos claro. Quando se aprecia, por exemplo, as diferenças de desenvolvimento entre esta ou aquela região, está-se a tornar explícito o que já existia; não é a regionalização que cria isso, quanto muito a regionalização pode criar condições para políticas de planeamento que permitam combater a distribuição desigual dos recursos. É evidente que isso pode ser feito criando regiões dependentes do Governo, mas acredito que o facto de se dar às populações o direito de escolher

«Independentemente do reconhecimento público, há algo que será sempre historicamente verdadeiro: se houver regiões em Portugal, tal facto será inseparável da luta dos comunistas, dos seus eleitos, dos seus populações»

## Entrevista com Luís Sá

Texto Anabela Fino

Fotos Jorge Caria

«Importa sublinhar que as regiões administrativas são diferentes das regiões político-administrativas, isto é, não têm competência legislativa e as próprias competências administrativas devem ser mais diminutas»

os seus representantes estimula a democracia participativa e estimula a luta das populações pelo desenvolvimento.

Não há então desvantagens? E o alegado esvaziamento dos municípios, os perigos para a unidade do Estado?

Têm sido apontadas desvantagens que têm de ser devidamente ponderadas. Por exemplo, essa de que as regiões vão retirar protagonismo aos municípios. Em relação a este aspecto, a própria Constituição garantiu que as regiões não possam desempenhar atribuições que actualmente cabem aos municípios.

Quanto à unidade do Estado, ao perigo de o País se desagregar - recentemente falava-se da Bósnia, dos oito séculos de História que estariam em perigo -, creio que são alegações sem cabimento. Não vejo por que razão, pelo facto de os algarvios elegerem uma Junta e uma Assembleia Regionais, em vez de ficarem dependentes de cargos de nomeação governamental, se porá em causa a unidade nacional. Isto é verdade para qualquer outra região do País. Bem pelo contrário, o mais provável é que crie condições para que se veja simultaneamente o que é comum e o que é diferente, e se crie uma grande unidade nacional em torno do que é comum e o respeito das diferenças.

De resto, as regiões devem ser concebidas não como uma divisão do País a partir de cima, mas sim como a unidade em torno dos municípios construída a partir de baixo.

É curioso que os maiores opositores da regionalização sejam os grandes defensores da integração europeia, quando a UE consagra um importante papel às regiões...

Pois é. E vale a pena lembrar que há uma Carta Europeia da Regionalização, uma Carta Europeia do Poder Local, e quer de uma quer de outra decorre a obrigatoriedade de existência de regiões administrativas. A Carta do Poder Local até foi ratificada pelo Estado português, o que o vincula nesta matéria. Existe ainda um Comité das Regiões, onde Portugal está representado por municípios. De referir, a propósito, que Portugal já tentou, na própria Conferência dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, fazer-se representar por presidentes das CCRs, e passou pela vergonha de os mesmos não serem aceites.

O problema fundamental, em matéria comunitária, é o de garantir que a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, o Quadro Comunitário de Apoio e, sobretudo, a gestão dos fundos comunitários não continue centralizada e burocratizada como até agora.

A problemática da regionalização tem ocupado a generalidade dos órgãos de comunicação social, mas as propostas do PCP pouco ou nada são referidas. É falta de protagonismo ou é mesmo uma certa marginalização?

Alguma coisa tem sido referida, mas não há dúvida de que nesta matéria, como aliás noutras, há uma fortíssima marginalização do PCP e um empolamento do papel do PS, quando a verdade é que ao longo dos anos nós fomos o único Partido que manteve sempre uma atitude coerente nesta matéria. Nesta legislação, fomos os primeiros a apresentar projectos de leis: já apresentámos quatro desde as eleições legislativas de 1 de Outubro. Para além disso, cabe lembrar que, atendendo ao tempo que o PS esteve no Governo, se hoje não há regiões foi porque o PS não quis.

Independentemente do reconhecimento público, há algo que será sempre historicamente verdadeiro: se houver regiões em Portugal, tal facto será inseparável da luta dos comunistas, dos seus eleitos, das populações, do empenhamento do PCP dentro e fora da Assembleia da República.

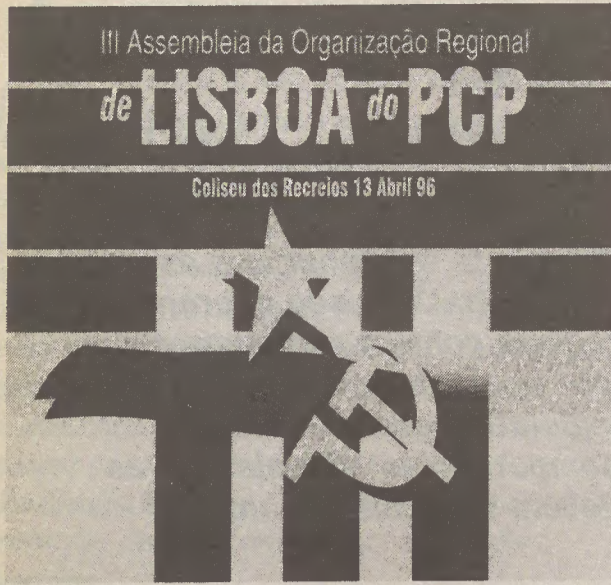




## EM FOCO

Intervenção de Carlos Carvalhas,  
na III Assembleia da ORL

## «É na luta que está



Nas intervenções aqui produzidas foram colocadas em primeiro plano questões da maior importância para a elevação do nível e qualidade de vida dos cidadãos, que aqui vivem e trabalham e para a melhoria organizativa e o alargamento da influência social, política e eleitoral do nosso Partido e do seu reforço na ligação aos trabalhadores e ao povo.

Assim foram temas de reflexão, o estado actual das organizações partidárias, o seu relacionamento com a sociedade, o grau de conhecimento dos problemas, a influência do Partido nas diversas estruturas unitárias, o rejuvenescimento, a participação e direcção efectiva de jovens e mulheres, as deficiências, os atrasos e os meios e as vias para os superar.

Particular preocupação foi prestada à **acção junto da classe operária e dos trabalhadores**, ao seu envolvimento e ao conhecimento real dos seus problemas e às mudanças verificadas no seu seio e também à acção junto das populações e das camadas médias, nomeadamente através da intervenção própria do Partido, das autarquias locais e do associativismo popular e da complementaridade entre a intervenção institucional e a luta de massas. E assim estiveram em cima da mesa as questões da habitação, da segurança social, da saúde, do ensino, da marginalização social, do desemprego e da toxicoddependência e todas as questões ligadas ao desenvolvimento, e à defesa e promoção do ambiente.

A situação do tecido produtivo e a sua asfixia financeira, a situação do comércio tradicional e a situação dos agricultores e pescadores, é de grande preocupação quer em relação ao quadro presente quer em relação às perspectivas futuras. De inegável importância foi também considerado o trabalho junto dos agricultores, com elevado peso em vários concelhos do distrito, a intervenção dos comunistas nas suas estruturas representativas, particularmente numa altura em que a agricultura tem estado sujeita a uma invasão de produtos vindos da União Europeia sem efectivos apoios e protecção da nossa produção por parte do Governo.

Mereceu também grande atenção a acção junto da juventude, os seus problemas específicos e comuns; a acção junto dos intelectuais e o debate sobre as principais linhas de intervenção política, sindical e cultural; a acção junto dos reformados que se contam no distrito em cerca de 600 000 e a atenção que é necessário dar às suas justas reivindicações e aspirações.

O flagelo da toxicoddependência, os problemas da pequena criminalidade e da segurança e a intervenção em relação a outras camadas e sectores específicos, nomeadamente dirigido aos deficientes, às comunidades africanas, entre outras, exige também um redobrar de atenções e esforços, bem assim como a luta ideológica e o combate permanente a todas as manifestações de racismo e de xenofobia.

**Na intervenção dos delegados ficou também bem expresso o grau de ofensiva da direita e do grande capital, a sua acção destrutiva e a resistência que lhe foi oposta pela luta determinada, generosa e combativa dos comunistas do distrito de Lisboa.**

No período que mediou entre a 2ª e 3ª Assembleia da ORL, os trabalhadores foram confrontados com a aceleração das privatizações, o desmantelamento do aparelho produtivo, a aprovação e aplicação do pacote laboral, os despedimentos encapotados e com novos fenómenos de exclusão social.

A título de exemplo, cito os processos em empresas como a Mague, a Sorefame, a Cimpor, a Trefilária, a Covina, a CP, a Rodoviária, a TAP, a Petrolgal; os sectores das indústrias de defesa, das comunicações, de energia, da química, das indústrias eléctricas, da marinha mercante, entre outros. Em nome dos chamados processos de reestruturação foram liquidados dezenas de milhares de postos de trabalho efectivos. Pela via das rescisões forçadas, das pré-reformas, milhares de trabalhadores de consciência social e política elevados foram atirados e atingidos, não só, pelo desemprego, mas também pelo sentimento de exclusão e inutilidade social.

O cavaquismo, para vencer a natural resistência e neutralizar a luta dos trabalhadores fez aprovar profundas alterações às leis do trabalho, designadamente, à lei dos despedimentos, aos serviços mínimos nos processos de greve, aos vínculos laborais e contractuais.

Articulado com estes processos, o grande capital desenvolveu em muitas empresas métodos refinados de repressão, individualização e competição, fomentando a divisão, o medo e a precariza-

ção, tentando isolar as estruturas representativas dos trabalhadores e desvalorizar os contratos colectivos.

No entanto, e apesar duma correlação de forças profundamente desequilibrada, os trabalhadores do distrito, o movimento sindical e as comissões de trabalhadores desenvolveram nestes últimos seis anos uma acção notável de luta e resistência que continua a estar na ordem do dia.

Daqui saudamos todos esses homens, mulheres e jovens que nas empresas, nos sectores, nas ruas, em greves, manifestações e concentrações, na Avenida da Liberdade, no Rossio, no Camões, em S. Bento, na Alameda e como fizeram anteontem à porta da Assembleia da República, têm prosseguido o combate pela defesa dos seus direitos, pelo emprego, pela justiça social e pela democracia. E saudamos também pela sua dedicação, generosidade e empenhamento o valioso corpo de funcionários e de militantes, todos vós, que neste distrito têm dado corpo e intervenção ao nosso Partido.

Creio que é justo uma referencia especial à União dos Sindicatos de Lisboa, ao Congresso que realizou recentemente e ao seu empenhamento na mobilização dos trabalhadores do distrito e em mais esta batalha contra a concretização e aplicação da proposta de Lei do Governo PS sobre desregulamentação dos horários de trabalho e da polivalência. Estamos confiantes que saberão estar à altura da sua responsabilidade para em conjunto com a CIL criar condições para a realização dum grande 1º de Maio de unidade e luta, que encha o espaço da Cidade Universitária, um grande 1º de Maio dos trabalhadores portugueses e da CGTP-Intersindical Nacional.

**A luta contra a proposta de lei do PS sobre a desregulamentação dos horários e polivalência é também uma batalha do nosso Partido.**

Estamos perante uma séria ameaça a uma conquista histórica que várias gerações de trabalhadores alcançaram a pulso nas empresas, nos campos, em negociações de contratação sustentadas na luta.

**A gravidade das medidas que a proposta de lei comporta leva a que façamos uma exigência democrática ao governo e aos deputados do Partido Socialista, para que não transformem em lei o carácter injusto e imperativo da desregulamentação dos horários de trabalho e da polivalência, para que de olhos e ouvidos bem abertos, vejam e ouçam o resultado da consulta pública que está a ser realizada nas empresas, sectores, sindicatos e comissões de trabalhadores.**

Um apelo também para todos aqueles trabalhadores que em 1 de Outubro confiaram numa política de mudança, na reposição da justiça social e do trabalho com direitos, para que se mobilizem e lutem pela dignidade do seu horário e da sua profissão travando estas propostas de retrocesso social. E que demonstrem esse sentir e essa luta transformando a manifestação do 1º de Maio da CGTP-IN num ponto alto duma batalha que começa, prossegue e prosseguirá em todos os locais onde existem trabalhadores.

## Aprofundar a nossa intervenção

A profundidade e prolongamento da ofensiva desencadeada pela direita e pelo grande capital teve naturalmente reflexos na organização do Partido.

A destruição de unidades de produção inteiras levaram ao desaparecimento de grandes células e organismos do Partido. A liquidação massiva de postos de trabalho efectivos e o alastramento da precarização criaram novas e acrescidas dificuldades, à intervenção política do Partido nos locais de trabalho.

Alicerçada na natureza e nos princípios que temos por adquiridos a Organização Regional de Lisboa estará atenta e aberta às transformações e mutações que se operam, procurando encontrar soluções e respostas orgânicas criativas e flexíveis dando continuidade ao esforço já iniciado antes e após a realização da Conferência Nacional: renovação e reforço da organização e intervenção do partido no seio dos trabalhadores.

A Resolução Política da Assembleia constitui na área de organização, como tem sido salientado, não um ponto definitivo de chegada, mas um valioso instrumento que será testado pela acção concreta que temos de levar por diante. A influência e dimensão da ORL, as características e a importância do distrito mais a responsabilizam no objectivo que anima todo o nosso colectivo de afirmar o PCP como um grande Partido nacional, o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Voltados para fora, abertos para a vida e para o futuro, precisamos de todos, das suas sugestões, críticas, contribuições e militância.

Este é um ano exigente. Exigente em relação à intervenção política. Exigente porque se comemora o 75º aniversário do Partido, o 20º aniversário da Festa do «Avante!» e porque vamos realizar em Dezembro o XV Congresso que deverá representar um novo fôlego na iniciativa e na acção do PCP, numa perspectiva de grande confiança na luta pelos seus ideais e projecto.

## As principais linhas político-ideológicas do quadro partidário

Esta nossa Assembleia decorre também numa altura em que as linhas político-ideológicas das principais forças políticas se tornam mais claras e mais evidentes.

É de facto cada vez mais evidente que as principais preocupações do PP e do PSD vão para a arte do disfarce. Disfarçar as grandes coincidências nas questões de fundo com a política que o PS infelizmente teima em prosseguir.

Fazer grande alarido verbal, multiplicar os debates na Assembleia da República sem quaisquer consequências, fomentar contraposições com expressão mediática sobre o acessório para dar a impressão de grande oposição e esconder assim as coincidências sobre o fundamental.

Não escrevia há umas semanas um jornalista do jornal

«Expresso» sobre o surrealismo e a hipocrisia das posições do PSD e do PP face ao Orçamento do PS, pelo primeiro ter votado contra, quando aquele era o Orçamento que faria caso estivesse no governo, e o segundo por o ter viabilizado sabendo que ele foi talhado à medida de Maastricht?

E no mesmo semanário o seu director não sublinhava que a grande tarefa do PSD após o Congresso era o de se mostrar diferente do PS e disputar o eleitorado do PP? É que quanto a irmãos siameses não há dois, como dizia o Presidente do PSD, mas três...

De facto toda a intervenção do PSD visa orientar-se por três grandes linhas:

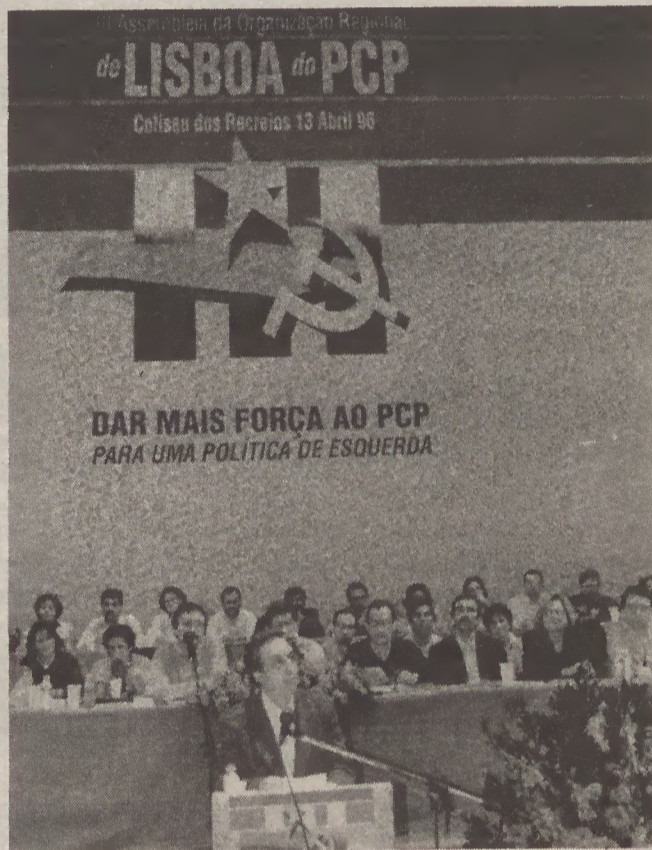
1ª — Fazer esquecer as graves consequências da sua política passada e as suas pesadas responsabilidades.

2ª — Dar a ideia que está em grande divergência com a política prosseguida pelo PS procurando com grande foguetório verbal e frenesim mediático sobrevalorizar a oposição ao acessório.

3ª — Criar a ilusão que a alternativa à política do PS é a política do PSD.

Por sua vez, o PP, que tem sido o principal colaboracionista do PS, procura também desmultiplicar-se em iniciativas oposicionistas de «pólvora seca» e de recorte demagógico-populista para fazer esquecer as suas ambiguidades nas Presidenciais e o seu apoio ao PS, nomeadamente em relação ao Orçamento de Estado, porque sabe que se tornou assim co-responsável pelo desemprego e pelas dificuldades empresariais e sociais que tal orçamento vai inevitavelmente criar.

Mas digam o PP e o PSD o que disserem, a sua política não se distingue da do PS em questões essenciais como seja, nas privatizações e nos benefícios fiscais aos grandes senhores do dinheiro, nas indemnizações aos grandes proprietários absentistas do Alentejo, na política de salários, na distribuição do Rendimento Nacional, nos critérios de Maastricht, na política





# a perspectiva de mudança»

laboral e nos direitos dos trabalhadores, na desresponsabilização do Estado em relação à política de saúde e do ensino, na política de concentração da riqueza ...

Nestas questões a única diferença existente é que quando um diz mata o outro logo diz esfola.

Por isso tanto o PP como o PSD procuram desviar a atenção da opinião pública para as questões sobre a autoridade do Estado, sobre as políticas securitárias, sobre a revisão constitucional, sobre o referendo em relação à Regionalização, como meio de atrasar, adiar ou bloquear, sobre o financiamento dos partidos ou sobre as benesses da chamada classe política, de que eles sim, é que fazem intrinsecamente parte. Aqui e ali, ambos os partidos, deixam também uns votos pios sobre as questões sociais e, todo o alarido que fazem só tem um objetivo: cinicamente procurarem atrair o descontentamento que a política do governo irá inevitavelmente criar e que no fundamental é a sua.

O PS também entra no jogo do «disfarce» e do «faz de conta» porque lhe convém, mas onde se mostra muito «incomodado» é com as denúncias do PCP e com as propostas alternativas que apresentamos. E isto porque vê que o questionamos sobre as questões essenciais, que lhe pomos o dedo na «ferida» e porque se dá conta do desencanto que o seu governo já está a criar e do número crescente de portugueses e de portuguesas que se sentem indignados por os seus votos estarem a ser usados para a continuação de uma política que eles quiseram derrotar em 1 de Outubro.

## Há outros caminhos e outras soluções

Por isso o PS enche os seus discursos com retórica social, com a «consciência social» sem qualquer tradução prática e desenvolve, nomeadamente em relação ao PCP, entre outras, cinco grandes linhas de diversão:

1ª — a de que o PCP está numa posição mais radical contra o PS do que teve em relação ao PSD. Esta afirmação em abstracto, sem citar os casos concretos (será que se refere ao Orçamento, às privatizações, ou à proposta sobre a polivalência e a flexibilização ...) é dirigida para a sua base de apoio, para que não percam a confiança e a esperança que depositaram no PS.

Reparem que o PS não cita casos concretos, limita-se a afirmar em abstracto. Mas é uma evidência que se de radicalismo se fala, radicalismo mostra de facto o PS, em teimosamente prosseguir a política de Maastricht e a política de concentração de riqueza.

2ª — A segunda linha é a acusação de que o PCP com as suas críticas está a empurrar o PS para a direita. Este é também um velho truque. O PS nunca precisou de ser empurrado para a direita pela simples razão de que lá foi sempre parar pela sua própria vontade e pelos seus próprios pés, como mostra toda a sua política passada e toda a sua política de alianças.

3ª — A de que o PS ao contrário do que se diz segue uma linha de rumo positiva para o país e que tanto faz convergências com a direita, como com a esquerda. Assim aprovando o Orçamento com o PP, aprovaria a Regionalização com o PCP o que já nem sequer é certo e a revisão constitucional com o PSD. Mas é preciso que se lembre ao PS: primeiro, que o PCP não aprovará uma Regionalização qualquer. E segundo, que não há convergências pontuais positivas com o PCP, que disfarce que nas questões essenciais e para o prosseguimento da política de direita as convergências do PS vão efectuar-se de forma clara ou encapotada com o PP ou com o PSD.

4ª — A quarta linha é a difusão da ideia de que o PS em cinco meses não poderia resolver os graves problemas do país, o que é uma verdade irrefutável. Mas a acusação do PCP ao PS, não é a de em cinco meses não ter resolvido os problemas, mas sim, a de em cinco meses não ter dado nenhum sinal, nas questões de fundo, de prosseguir uma política diferente da do PSD.

5ª — A quinta linha que é também da família da desculpabilização é a dos constrangimentos externos. Aliás há até quem teorize que o que o PS precisa para fazer passar a sua política é de uma boa dose de desculpabilização para fomentar a resignação e a passividade e alimentar as expectativas. É a desculpabilização com a Europa que não se preocupa com o desemprego. É a dos constrangimentos de Maastricht, é a dos constrangimentos Orçamentais depois traduzidos no palavreado: «você sabem que nós bem gostaríamos de vos aumentar, mas vocês sabem que não é possível...»

Mas então não há largas dezenas de milhões de contos no Orçamento para benefícios fiscais dirigidos expressamente ao capital financeiro? Ou será que se desconhece que só entre 1991 e 1994 os benefícios fiscais que os bancos receberam (113 milhões de contos), quase cobriram o que estes pagaram (144 milhões de contos) em IRC! E a política fiscal? E os benefícios aos agrários e as negociações com o riquíssimo património público...

E quanto aos constrangimentos de Maastricht, não é verdade que o PS sempre esteve de acordo com eles e não é verdade também



que o Governo está presente para decidir no Conselho Europeu, onde oito dos seus membros são socialistas? E não é verdade aquilo que agora o Comissário português na CE afirmou, ou seja, que a voz grossa do Governo junto da Comissão foi apenas para consumo interno! Quanto ao desemprego o PS sabe que a marcha forçada para a Moeda Única é incompatível com a chamada «Europa social», como aliás ainda há semanas o lembrava M. Otmar Issing, membro do Conselho dos directores do Bundesbank.

Qual Europa social? No seu tempo, Oliveira Martins, perante a liquidação do aparelho produtivo e o fomento das actividades especulativas, dizia: «uma granja e um banco, eis o Portugal português», hoje poderia afirmar «uma Auto-Europa e um banco, eis o novo Portugal português!». E sobre a Integração do mesmo historiador poderia ainda acrescentar: «uma moeda, um banco, um hipermercado, 50 milhões de pobres e 20 milhões de desempregados, eis a Europa europeia!»

Há quem diga que ao prosseguir tal política o PS se está a afundar mais depressa do que se pensava, enredando-se nas suas contradições e falsas promessas.

As remodelações ministeriais, a «nervoseira e os arrufos em praça pública dos boys no assalto aos tachos», o que se passou na RTP, a «decepção» do Orçamento, o caso de Sto. Tirso, as várias derrotas em Bruxelas, o fechar de olhos a «negociatas» que na oposição tanto verberava, como foi o caso da privatização da Petrogal, não auguram nada de bom. Não augura nada de bom que o mesmo Primeiro-Ministro, que se vangloriou do seu programa de privatizações como o fez esta semana em entrevista televisiva, seja o mesmo que na Assembleia da República há alguns anos jurava a «pés juntos» que o PS nunca permitiria a reconstituição das grandes fortunas familiares, cada uma com o seu banco, a sua companhia de seguros e o seu meio de comunicação social! O mesmo que dizia que o sector das Telecomunicações era cada vez mais estratégico, vangloria-se agora de um programa de privatizações que é irmão gémeo do programa anunciado por Eduardo Catroga, até no montante anunciado de receitas para o biénio 1996/97! Um escândalo. Por isso, é preciso que se tenha consciência que se o PS se está a afundar mais depressa do que se pensava, está a fazê-lo pelas próprias mãos.

E não se venha com a velha cantilena de que não há outro caminho, que não há outra saída, que não há outra alternativa à ideologia dominante ou ao que alguns apelidam de «pensamento único universal».

Há outros caminhos e outras soluções do que aquelas que interessam ao capital financeiro e aos grandes senhores do dinheiro.

Há outros caminhos e soluções, dos que as ditadas pelos dogmas neoliberais e pela cartilha monetarista.

Aliás como a experiência mostra as «leis» neoliberais afundam-se umas após outras.

Em nome do emprego andaram ano após ano a vender a diminuição dos custos do trabalho, a polivalência, a flexibilidade, a liquidação de direitos e os mercados como os grandes julgadores. Resultado: o desemprego não tem parado de aumentar e o emprego com direitos é cada vez mais uma raridade.

Também, contrariamente ao que teorizaram os factos mostram que uma inflação fraca pode ter lugar com importantes défices públicos acumulados e, como é o caso de Portugal, que as taxas de juro reais podem aumentar, à medida que a inflação baixa!

Escreveram tomos e tomos sobre o desenvolvimento equilibrado e as vantagens do livre cambismo e o que se vê é os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

A pretexto da mundialização e jogando com a liberalização de capitais, a baixa do custo de transportes de mercadorias e a liqui-

dação de barreiras alfandegárias impostas pelo GATT o que se pretende é colocar, por exemplo, um trabalhador francês, um português em concorrência quase directa com um trabalhador do terceiro mundo, com baixíssimos salários e praticamente desprovido de direitos fazendo pressão depois, em nome da defesa do emprego, para o nivelamento por baixo. Isto é, levar à prática uma orientação que facilite o aumento crescente dos lucros e o poderio das transnacionais, a liquidação das pequenas e médias empresas que fazem sombra e o nivelamento pelo mais baixo nível dos salários, direitos e presta-

ções sociais! Por isso, mesmo nos países mais desenvolvidos são cada vez mais os cidadãos que ainda têm trabalho (ocasional), mas já não têm emprego.

Recentemente a OCDE recensou 30 milhões de americanos que trabalham e se encontram abaixo da linha de pobreza. E na Inglaterra onde não há salário mínimo, contam-se por centenas de milhar os trabalhadores que têm um salário-horário baixíssimo. E tudo isto à beira do século XXI!

Mas os povos e os trabalhadores dão-se cada vez mais conta da armadilha da «mundialização». Resistem, organizam-se e lutam.

## A luta é o caminho

Também aqui em Portugal, mesmo com o protector nome de Partido Socialista, a ofensiva contra os salários e os direitos dos trabalhadores e a segurança social, estamos certos, encontrará a resistência e a luta dos trabalhadores.

E para que se venha a concretizar uma nova política é cada vez mais necessário o aprofundamento da nossa intervenção e o reforço da nossa influência.

Quem mais contribuiu para desmascarar e derrotar a política do cavaquismo, não foram aqueles que com o apoio de certa imprensa «marcavam a agenda política» como também na altura se dizia, mas a luta dos trabalhadores, a luta dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão e tantas outras empresas, a luta dos utentes da Ponte 25 de Abril, a luta dos agricultores, dos pescadores, dos magistrados, dos trabalhadores da saúde, dos alunos e professores...

E é na luta que está a perspectiva de mudança, pois do que Portugal precisa não é que a política de direita se siga outra vez a política de direita, com mais ou menos disfarces.

Os portugueses não precisam de comparar o estilo e a maneira de governar do dirigente do partido A ou B, de comparar os frenezins de um ou outro, ou de quem mais inventa factos mediáticos.

Os portugueses não precisam de mais revisões constitucionais que no fundo o que pretendem é desviar as atenções dos graves problemas económicos e sociais, liquidar garantias e direitos dos trabalhadores, apagar o 25 de Abril da Constituição e permitir a distorção das leis eleitorais e a proporcionalidade na transformação de votos em mandatos. Os portugueses querem ver sim é a criação de empregos com direitos e a defesa e valorização da produção nacional.

O que o País necessita é de outra política, que dê primazia à actividade produtiva e ao emprego, que melhore a distribuição do Rendimento Nacional e que não ande pela arreata da moeda única.

A concretização das esperanças e dos anseios dos portugueses não está num rotativismo, na alternância em que mudam as maiorias para se manter a velha política e em que apenas muda os que se sentam à mesa do Orçamento.

A concretização das esperanças e dos anseios dos portugueses e das portuguesas está numa política de esquerda, de uma política que levante bem alto os valores do 25 de Abril, que concretize uma política ao serviço do povo e de Portugal.

Orgulhamo-nos de ser o grande Partido da esquerda inteiramente devotado à causa da liberdade e da democracia, do progresso social, da paz e do socialismo.

Um Partido que vale por si próprio, pelo seu trabalho, pela sua intervenção e pela sua luta, o grande Partido da alternativa e da esperança para que se possa vir a ter uma efectiva alternativa e uma nova política.



# Sahara Ocidental

## Impressões de uma viagem

No Sahara Ocidental, a Frente Polisario não domina mais do que uma faixa de terra ao longo das fronteiras Este e Sul. Marrocos ocupa a esmagadora maioria do território. Para prevenir eventuais ataques, a população civil dos territórios libertados refugiou-se no sudeste do país vizinho, a Argélia, salvo alguns beduínos nómadas, pastores de cabras e camelos. Os saharais são, por isso, um povo exilado. Mas o que não pode, desde logo, deixar de impressionar quem os visite, é que, ao contrário das imagens clássicas dos refugiados – amontoados caóticos de tendas e pessoas – os saharais são protagonistas dessa espantosa originalidade histórica que é a construção, no exílio, de uma sociedade coesa e de um estado moderno. Não se trata de um mero governo provisório ou de um comité de libertação no exterior. Trata-se de um verdadeiro Estado – a República Árabe Democrática Saharai – reconhecida por 77 países no mundo, com as suas instituições e a sua vida social própria.

A terra que nos acolheu (Tindouf, Argélia) é inóspita, árida, desértica, com temperaturas abrasadoras no Verão (ultrapassando os 50°), sem vegetação, com muito pouca água (raramente chove) e um solo duro e salitroso, impróprio para o cultivo. Os saharais dividem administrativamente a região em 4 províncias (*wilayas*), a que simbolicamente deram o nome das províncias do Sahara Ocidental, e cada uma destas em cerca de 6 municípios (*deiras*). Nela habitam mais de 165.000 pessoas. É aqui que chega e é distribuída a ajuda alimentar, médica, material, económica e humanitária internacional. Os saharais sobrevivem graças a esta ajuda, que aproveitam e rentabilizam com elevada eficácia. Lembram sempre que não têm nada e, de facto, não é difícil entendê-los quando se olha para a planície seca onde ergueram os acampamentos.

### Sistema político

Como não podia deixar de ser, o sistema político e institucional da República Saharai tem as marcas da luta pela independência nacional. Esta é a razão de um certo entrosamento entre a estrutura do Estado e a da Frente Polisario.

Por exemplo, o Presidente da República, simultaneamente chefe supremo das forças armadas, até à libertação total é o Secretário-Geral da Frente Polisario, eleito pelo Congresso Geral da Frente, que se realiza de três em três anos (todos os cidadãos saharais elegem e podem ser eleitos delegados ao Congresso da Polisario).

O Parlamento da República tem 101 membros. É constituído por representantes de todos os sectores da sociedade. Desde os representantes locais, das *wilayas* e *deiras*, às organizações de massas, sectores profissionais e militares. Há representantes das comunidades saharais no estrangeiro, da população civil dos territórios libertados e até dos ocupados por Marrocos (estes últimos clandestinos, por razões de segurança).

O Presidente da República preside ao Governo. Designa e destitui o 1º ministro, que por sua vez escolhe os restantes membros dos Governos, designados e destituídos também pelo Presidente. Tal como cá, compete ao Governo elaborar o Plano de Acção Nacional e o Orçamento do Estado, que submete ao Parlamento.

A nível do poder local existe uma estrutura biface. Os organismos têm um lado político (membros eleitos) e outro que se poderia designar por técnico (membros designados pelos ministérios do Governo).

Cada *deira* (município) divide-se em quatro bairros, dirigidos por um presidente e um vice-presidente eleitos e por 4 responsáveis eleitos para se ocuparem, respectivamente, do comité da saúde, educação, produção e alimentação.

O presidente e o vice-presidente de cada bairro integram o conselho popular local (ou da *deira*). Além destes, o conselho integra um presidente, um vice-presidente, um secretário e o representante da *deira* no Parlamento da República, eleitos directamente por voto secreto, e uma série de membros designados pelos ministérios (por exemplo, da Educação, Saúde, Economia ou Equipamento).

A *wilaya* (província) é governada por um Governador, designado pelo Presidente da República, que preside ao conselho popular regional (ou da *wilaya*). O conselho integra o presidente, vice-presidente e o representante ao Parlamento de cada *deira*, o representante da *wilaya* ao Parlamento, um secretário-geral e um *staff* técnico análogo ao das *deiras*, só que a nível regional.

As eleições processam-se de forma bastante democrática e participada. Os comités eleitorais devem propor sempre o triplo dos candidatos para os lugares a eleger. No entanto, a lista é aberta e, durante um certo período, quem quiser pode autopropor-se ou propor outros candidatos. Mais do que frequente, isto é normal. Visitei *deiras* em que, para o cargo de presidente do conselho, houve entre 15 a 20 candidatos (incluindo os três propostos pela comissão eleitoral). Por vezes sucede ser eleito um dos candidatos proposto directamente pela população (por exemplo, um soldado ferido, impossibilitado de combater, mas muito prestigiado).

Como todos os homens são combatentes destacados nos territórios libertados (as mulheres deixaram de receber instrução militar obrigatória por volta de 1984), salvo algumas categorias de trabalhadores (por exemplo, das granjas) e outros que exercem funções na estrutura do Esta-

do, da Polisario ou das organizações de massas, nos acampamentos de refugiados na Argélia só ficam as mulheres, as crianças e os idosos. Cerca de 90% da população são mulheres. São elas que constituem a esmagadora maioria dos conselhos populares locais, embora os presidentes em geral sejam homens. São elas que em geral dirigem os comités de bairro, as escolas, alguns hospitais e unidades de produção. A necessidade obrigou as mulheres saharais a assumirem um papel destacado na vida social. Ainda mais impressionante se nos lembrarmos que se trata de uma sociedade islâmica, que há 20 anos era um conjunto de tribos.

É uma sociedade que, num tempo muito curto, deu o salto de uma sociedade tribal para um Estado moderno. Evidentemente, conservam-se marcas da antiga estrutura (de que é exemplo o representante no Parlamento dos notáveis de tribo). Mas para se medir o progresso, basta notar que, em 20 anos, se passou de uma taxa de analfabetismo de 99% para apenas algumas centenas de analfabetos, e isto quase sempre em guerra.

Outra curiosidade é que a sociedade saharai é uma sociedade sem dinheiro ou, mais rigorosamente, uma sociedade em que o dinheiro não desempenha um papel fundamental (há pouco mais de um mês foi inaugurada a peseta saharai, mas tratou-se de um acto simbólico de afirmação do Estado).

### Uma sociedade sem dinheiro

Como as forças produtivas são muito débeis, como o solo é cultivado comunitariamente nas *deiras* ou directamente para toda a nação, como as pequenas unidades produtivas (confeção, têxteis, marcenarias, etc.) pertencem a toda a sociedade e como praticamente não há propriedade privada de meios de produção (só alguns rebanhos e alguns instrumentos artesanais das famílias), as trocas e o comércio são limitados no interior da comunidade. O Estado, através do Governo e dos órgãos de poder local, organiza a distribuição dos meios de vida, provindos esmagadoramente da ajuda internacional. Nestas condições, o dinheiro torna-se simultaneamente desnecessário e, em larga escala, impossível.

Um camarada francês que me acompanhava só não souu ridículo quando perguntou se os cuidados médicos num hospital cirúrgico eram gratuitos, porque, pura e simplesmente, não foi compreendido. O dinheiro utilizado pelo Estado (por exemplo, em gastos militares, nas despesas dos seus diplomatas, na aquisição de produtos do estrangeiro, etc.) provém da ajuda internacional, com destaque para a Argélia.

Em rigor, circula algum dinheiro argelino, mas em escala muito limitada. Têm dinheiro aqueles que estiveram no exército ou trabalharam para as autoridades espanholas no tempo do colonialismo e recebem pensões, e alguns estudantes e trabalhadores que estiveram no estrangeiro. Podem comprar gado, carne, leite ou pele dos rebanhos privados (tirando os beduínos das zonas libertadas, os rebanhos grandes são do Estado ou cooperativos), ou têxteis, vestuário, utensílios e outros objectos produzidos pelas famílias. Há em geral até um máximo de uma ou duas pequenas mercearias privadas por *deira*. Estas pequenas vendas são autorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Económico, que fixa, ou limita, os preços.

Mas o grosso do produto social não circula por trocas. É distribuído no interior da comunidade. Por exemplo, na confeção

de vestuário, o Ministério do Desenvolvimento Económico recolhe toda a produção, que distribui pelas *wilayas*, que seguidamente distribui pelas *deiras*, que organizam a distribuição por todas as famílias. A alimentação da mesma forma, uma vez por mês, com a ajuda dos comités de alimentação dos bairros. Todos os saharais têm direito a uma quota estritamente igualitária. Há uma discriminação positiva, sob a forma de uma distribuição suplementar para bebés, crianças, idosos, grávidas, doentes e deficientes.

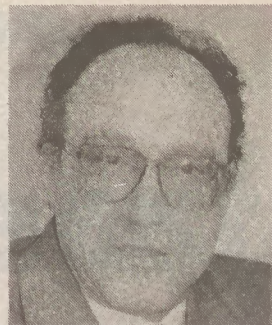
Nenhum trabalhador recebe salário ou pensão social, mas todos recebem a sua quota parte, por exemplo, de alimentação na distribuição mensal. É também pela via da distribuição estatal que recebem a sua quota parte dos produtos que eles próprios fabricaram.

Dada a debilidade da produção é difícil imaginar como se ocupa toda a gente. Mas, esquematicamente, os homens estão no exército nas zonas libertadas e as mulheres encarregam-se da vida social e familiar nos acampamentos de refugiados. Há uma grande consciência da importância social do desempenho das próprias tarefas, até porque, como o trabalho é executado directamente no interesse de toda a sociedade, as coisas são transparentes e as pessoas sentem-se bastante responsabilizadas. Talvez seja esta a razão por que tanta gente comum afirma estar a trabalhar para o bem-estar do povo (e para a sua luta de libertação nacional). Visitar os saharais aquece a alma de um comunista.



Mulheres saharais aguardando a consulta no hospital

A luta dos trabalhadores franceses, bem como as que se travam por essa Europa fora, demonstram que as massas populares rejeitam inequivocamente as políticas neoliberais, e que vai crescendo a determinação e a unidade dos que querem uma outra política.



DOMINGOS ABRANTES  
Membro da Comissão Política

DECORRIDOS pouco mais de três meses sobre a crise social francesa, este acontecimento, cuja expressão principal se traduziu na maior acção de massas do pós-guerra, com a paralisação total do sector dos transportes, greves massivas nos diferentes sectores públicos, paralisações no sector privado e manifestações por todo o território da França, continua a marcar a vida política e social na Europa e a suscitar uma avalanche de análises, comentários e posições.

Na apreciação das causas e conseqüências de tão grave crise social que opôs os trabalhadores franceses ao grande capital, os campos analíticos arrumaram-se obviamente em função dos seus interesses de classe. De um lado alinharam grandes capitalistas, poderes políticos instituídos (de direita e sociais-democratas), e uma enorme corte de plumitivos bem instalados na vida. Uns e outros bramiram que os destinos da construção europeia (a de Maastricht e das políticas de grande concentração e centralização do capital) se jogavam na evolução da situação em França, apressaram-se a manifestar a sua solidariedade para com o Governo francês, o qual, nas suas douradas opiniões, «dava à Europa um exemplo de coragem» ao afrontar decididamente «interesses social-corporativos» (do mundo do trabalho, naturalmente) e a teimosia de obtusos trabalhadores que, insistindo em se aferrar «à defesa de direitos sociais ilegítimos», perdem a noção das realidades e dos problemas que se colocam ao funcionamento das economias modernas, impedindo o progresso e comprometendo a sacrossanta batalha da competitividade. Em que a Europa está empenhada.

No campo oposto, a luta dos trabalhadores franceses suscitou amplos apoios por parte das massas populares francesas e das forças democráticas e progressistas da Europa e de diferentes partes do mundo, incluindo da América onde, em coincidência com a luta em França, dezenas de milhares de trabalhadores da Boeing obtiveram uma significativa vitória após prolongada luta de mais de dois meses. Ventos de mudança verificados na AFL-CIO levaram esta organização, numa atitude inédita, a saudar o exemplo da unidade e combatividade dos trabalhadores franceses.

A repercussão internacional que assumiu a crise social francesa não se deve só ao facto de o surto grevista e as manifestações das populações, abarcando milhões de pessoas terem paralisado a França durante várias semanas. Deve-se igualmente ao facto de as grandiosas lutas dos trabalhadores e das massas populares francesas, pelo seu conteúdo e pelas políticas que questionaram, terem ultrapassado o quadro nacional da França, ao porem em causa as políticas de Maastricht, tomando mais visível a profundidade da crise social e do descontentamento para com uma construção europeia que tudo sacrifica à máxima rentabilização do capital e quanto é profundo o divórcio entre o poder político e as aspirações populares.

As greves e manifestações que tiveram lugar em França, tal como as que ocorreram anteriormente em Itália, no Luxemburgo, na Bélgica, em Espanha e em Portugal, têm na sua origem uma causa comum fundamental - a ofensiva global do grande capital contra direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos, o direito ao emprego, à segurança social e à liberdade de organização. No entanto, o desvario dos ideólogos e simples escribas ao serviço das classes dominantes não conseguiram ver na grandeza do protesto popular outra coisa que não fosse a «reação dos privilegiados em pânico». Para eles, *privilegiados*, ficamos todos a saber, são os ainda detentores de postos de trabalho e que se recusam em aceitar como uma evidência a inevitabilidade do desemprego, *privilegiados*, são os que defendem a protecção social e as funções sociais do Estado como forma de combate à exclusão social.

Claro que, como contraponto, os possuidores de grandes fortunas, os que multiplicam a alta velocidade do seu capital pelo recurso à especulação, são pura e simplesmente *vítimas* da economia.

Os direitos sociais fundamentais dos trabalhadores, ao contrário do que propagam certos escribas ao serviço dos poderosos da Terra, não foram uma benesse do «Estado-Providência» pre-



# A França, nós e a santa aliança anti-social

tensamente protector dos cidadãos em geral. Os direitos sociais fundamentais foram impostos aos exploradores pela luta de

sucedidas gerações durante mais de um século, conquistas que se tornaram património da longa caminhada pelo progresso social e que as políticas neoliberais se propõem liquidar em nome da modernidade e do progresso, uma e outra coisa assimiladas à rentabilização máxima do capital.

## “Solidariedade”?

Apesar da arrogância de que deram mostras, a explosão social francesa e o multiplicar de lutas e protestos pela Europa fora lançaram o pânico nas hostes das classes dominantes e dos estrategos de Maastricht ao sentirem questionada a ofensiva global neoliberal, obrigando os poderes constituídos a intensificar as suas acções demagógicas sobre a vertente social da construção europeia.

É por isso que nunca como nestes tempos de profunda crise social, quando os pobres são mais pobres e os ricos mais ricos, e o futuro se torna uma incerteza para o mundo do trabalho, se falou tanto de solidariedade, embora esta expressão se apresente cada vez mais vazia de conteúdo e se tenha transformado numa enorme mistificação para cobrir a natureza e profundidade da ofensiva do grande capital contra os direitos e as condições de vida dos trabalhadores e das massas populares.

Que sentido tem falar em solidariedade quando se considera que a maior esperança de vida, o aumento das possibilidades de realização pessoal dos cidadãos, a melhoria dos cuidados médicos tomados pos-

A chamada falência do sistema de segurança social, que os lobbies das companhias de seguro e do patronato se encarregam de propalar, tem servido para o capital exigir mais e mais isenções fiscais, assegurar uma nova redistribuição da mais-valia acelerando a privatização das funções sociais do Estado, tornada altamente rentável para a aplicação de capitais, no quadro da crescente financiarização do sistema capitalista. É curioso verificar que entre os mais activos defensores da reforma do «Estado-Providência» de Alain Jupé se encontram os patrões de 10 grandes empresas francesas (Renault, Total, Alcatel, General des Eaux, etc.), que só em 1994, tinham arrecadado quase 32 mil milhões de francos de lucros líquidos. É ainda sintomático da «crise» das empresas francesas que em 10 anos (1985/1994) os activos financeiros das empresas (acções e obrigações) tenham passado de 33% para 60% enquanto os activos físicos (terrenos, equipamentos, máquinas) tenham passado em igual período de 66% para 40%.

## O fundamentalismo do mercado

A tão propalada tese da falência (do esgotamento) do sistema de segurança social põe tudo de pernas para o ar. Ninguém contesta que se impõem medidas de fundo e urgentes para salvar o sistema, mas o que se impõe não é destruí-lo, é aperfeiçoá-lo. O que é necessário não é pôr em causa o sistema de segurança social, é pôr em causa o sistema de exploração, um sistema que faz da rentabilização máxima do capital o critério essencial para a organização social, um sistema que em nome da eficácia e competitividade económicas, separa as orien-

mente se exige é que se ataquem as causas que condenam milhares de pessoas à perda dos seus postos de trabalho e se tomem medidas para que a massa destes não aumente, para que os «integrados» de hoje (os que ainda têm trabalho) não venham a engrossar as fileiras dos «excluídos» pelo desemprego, pelos despejos, pela falta de protecção social.

A luta dos trabalhadores franceses, bem como as que se travam por essa Europa fora, demonstram que as massas populares rejeitam inequivocamente as políticas neoliberais, e que vai crescendo a determinação e a unidade dos que querem uma outra política.

A realização em Paris no próximo dia 11 de Maio de um grande comício internacional, «contra o desemprego, por uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social», convocado por vários Partidos Comunistas e outros partidos de esquerda e que conta com o apoio de numerosas organizações sociais e sindicais, reveste-se de um grande significado político.

O comício de Paris poderá abrir caminho à compreensão de que se impõe construir uma alternativa às políticas neoliberais.

Os partidos socialistas e sociais democratas sendo, como são, defensores e executores das políticas de Maastricht e parte integrante da «santa-aliança» que com as forças de direita desenvolve a ofensiva anti-social, não estão em condições de abrir perspectivas ao profundo descontentamento popular e dar sentido prático às aspirações de mudança, realizando uma política de esquerda e progressista, uma política que rompa dicididamente com os critérios de Maastricht e faça do bem-estar dos trabalhadores e dos povos vector do desenvolvimento.

Essa tarefa cabe aos partidos comunistas e aos partidos de esquerda consequentes, reforçando a ligação aos trabalhadores, a força mais organizada e mais combativa, como mais uma vez se confirmou com a luta dos trabalhadores franceses, luta que colocou na ordem do dia um conjunto de problemas de grande importância para o desenvolvimento do movimento operário. A classe operária dita clássica revelou-se a força mais organizada e combativa da resistência popular, uma classe que, tomando nas suas mãos a luta pela satisfação de reivindicações e aspirações de sectores muito diversos, foi capaz de aglutinar à sua volta milhões de franceses.

A ampla e sólida unidade dos trabalhadores, foi uma outra grande lição da luta social em França - unidade que forjada na luta e na ampla participação democrática - e não só forjou a enorme força combativa, como penalizou e desarticulou as organizações reformistas francesas, nomeadamente a socialista CFDT, impedindo-as de se bandear com o capital e o seu governo.

Os sindicatos (não poucos teóricos já haviam decretado a sua morte como organização de classe) confirmaram o seu papel determinante e insubstituível para o desenvolvimento da luta de massas. A estrondosa vitória da CGT e a consequente derrocada da CFDT nas recentes eleições sindicais nos caminhos de ferro franceses, comprovam que os sindicatos, quando assumem consequentemente a defesa dos interesses dos trabalhadores, se prestigiam e ganham novas adesões.

Este é o caminho para fazer frente aos velhos e novos planos de ataque aos direitos dos trabalhadores que se desenvolvem.

A profundidade da crise e a natureza da ofensiva do grande capital exigem sindicatos fortes, combativos, profundamente ligados e identificados com os interesses dos trabalhadores, tanto mais que a santa-aliança dos Kholts, dos Jupés, dos Guterres..., perseguem o objectivo de desmantelamento dos sistemas de protecção social, agravam os problemas do desemprego e insistem numa política de contenção salarial, dita de redução de custos. Em nome do imperativo da competitividade, da livre empresa e do fundamentalismo do mercado, exigem mais desregulamentação, mais exploração. Em nome da moeda única reduzem as despesas sociais.

Os trabalhadores portugueses, apoiados nas suas organizações de classe, não deixarão de dar a devida resposta a estes planos.

Defraudadas as esperanças na mudança de orientação política, os trabalhadores portugueses já perceberam que do Governo PS/Guterres, com as preocupações sociais na boca e os interesses do capital no coração, não podem esperar nada de bom.

Assumindo de forma empenhada e militante as exigências de Maastricht e velhas reivindicações do patronato, o Governo PS/Guterres colocou na ordem do dia a liquidação do sistema de segurança social e desencadeou uma das mais graves ofensivas contra os direitos dos trabalhadores com o projecto de desregulamentação do horário de trabalho e a polivalência.

A jornada do passado dia 11, convocada pela CGTP-IN, deve servir de aviso ao Governo PS. A magnífica adesão que teve mostra que os trabalhadores estão dispostos a defender os seus direitos abrindo perspectivas para que o 1º de Maio seja uma grandiosa jornada de luta pelo emprego e pelos direitos.



síveis pelos prodigiosos avanços da ciência e da técnica, são obstáculos à lógica do lucro máximo?

Que sentido tem falar de solidariedade quando as políticas que se praticam afrontam a natureza humanista e democrática subjacente aos princípios universalistas da segurança social e se reserva para os que pouco têm a caridade e os cuidados sociais de qualidade para os que já têm muito?

Nos dias tumultuosos da crise social francesa e nos meses que se lhe seguiram, os arautos da falência do «Estado-Providência», essas aves de rapina, com as companhias de seguros à cabeça, que vêm no assalto às funções sociais do Estado um campo privilegiado para a aplicação de capitais, redobram de energia na sua propaganda contra o sistema de segurança social.

Em torno da segurança social trava-se uma aguda batalha ideológica na qual o capital emprega meios poderosos, no sentido de convencer os cidadãos e em particular os trabalhadores, não só da falência dos actuais sistemas de protecção social mas também de que, para se criarem empregos e garantir o saneamento das empresas, se torna indispensável liquidar o sistema de protecção social, escamoteando os efeitos destruidores das medidas de descapitalização do sistema, do brutal desemprego e da precarização do mercado do trabalho, da não taxa-ção do capital financeiro. Os defensores da liquidação do sistema de segurança social, cuidam pouco de saber quais as consequências das suas políticas e ignoram que não pode haver verdadeira solidariedade sem um sistema eficaz e progressista de segurança social de carácter universal.

tações políticas económicas dos objectivos sociais e que em nome do fundamentalismo do mercado, afasta cada vez maior número de homens e mulheres da produção, sujeitando a uma vida de profunda miséria massas crescentes de homens, mulheres e jovens.

Para o eng. Guterres, ardente defensor e executor das orientações neoliberais, é muito cómodo teorizar «que a contradição nas sociedades modernas não é entre o trabalho e o capital, mas entre os excluídos e não excluídos», porque isso lhe permite fugir a explicar e a combater as causas de uns serem «excluídos» (a imensa maioria) e outros (uma minoria) serem «integrados». Tal divisão da sociedade facilita-lhe sobretudo a tarefa de não discutir o porquê da crescente desigualdade na repartição da riqueza nacional e o porquê de um desenvolvimento social cada vez mais polarizado.

O eng. Guterres pode acalmar problemas de consciência falando no drama dos excluídos, mas o que é preciso é perceber que a erradicação da exclusão social exige que se dê combate às políticas de limitação de salários, de redução das despesas sociais públicas, às privatizações, à desregulamentação das relações laborais. Políticas que, como a dolorosa experiência demonstra, tornam a exclusão social num fenómeno crónico devastador para largas camadas da população.

A «exclusão» social não é uma fatalidade, nem fruto da má sorte que atinge as pessoas. Ela é o resultado de uma política neoliberal desregulamentadora visando fazer baixar o valor da mão-de-obra assalariada e o desmantelamento dos sistemas de protecção social.

Ninguém poderá discordar de que se desenvolvam apoios, mesmo filantrópicos, aos «excluídos», mas o que verdadeira-



# Regularização de imigrantes

■ António Filipe

**E**stá para breve a abertura de um novo processo de regularização extraordinária de cidadãos que residem em Portugal sem autorização legal. Com base em iniciativas legislativas do PCP, do PEV e do Governo, cujo conteúdo foi já analisado em anterior número do Avante, a Assembleia da República aprovou já em votação final global, por unanimidade, um texto legal regulador desse processo.

A aprovação desta lei é motivo de justa congratulação. Face ao fracasso do processo de regularização promovido pelo Governo PSD em 1992/93, que manteve em situação ilegal várias dezenas de milhares de cidadãos imigrantes, tornou-se inquestionável a necessidade de levar a cabo um novo processo de regularização extraordinária, regulado em moldes diversos do anterior.

Do que se trata afinal, é de permitir em condições mais favoráveis do que as que seriam normalmente exigidas, que os cidadãos estrangeiros que vivem em Portugal e que cá trabalham - na sua maioria originários de países de língua oficial portuguesa - possam dispor de autorizações de residência legais, para si e para as suas famílias. Com esta regularização, podem esses cidadãos ter acesso aos direitos sociais de que beneficiam os demais e integrar-se normalmente na sociedade portuguesa. É um passo, não suficiente, mas necessário, para que os imigrantes não sejam um sector marginalizado da nossa sociedade, facto com que toda a comunidade nacional sai beneficiada.

A Proposta de Lei agora apresentada pelo Governo PS foi severamente criticada pelo PCP durante o debate na generalidade. Por omitir questões essenciais e por conter opções inadequadas para garantir a realização bem sucedida do futuro processo de regularização. Durante o debate na especialidade que recentemente teve lugar, o PCP empenhou-se fortemente no sentido de ver consagradas algumas das soluções que propôs e de limitar os aspectos mais negativos da Proposta governamental. Tal objectivo foi, não totalmente, mas em larga medida, atingido.

## Aspectos positivos

Foi de facto possível introduzir no texto final aprovado algumas disposições constantes do Projecto de Lei do PCP que consagram melhoramentos substanciais face ao conteúdo da Proposta de Lei do Governo e que importa salientar devidamente.

Desde logo, a possibilidade de regularização que é conferida aos cidadãos originários de países de língua oficial portuguesa que tenham entrado em Portugal até 31 de Dezembro de 1995 e não apenas aos que tivessem entrado até seis meses antes da entrada em vigor da nova lei, como o Governo inicialmente propunha.

Depois, importa salientar a consagração de uma discriminação positiva a favor de cidadãos originários de países de língua oficial portuguesa, permitindo a sua regularização sem necessidade de comprovação de condições económicas de subsistência, desde que a sua entrada no país tenha ocorrido em data anterior a 1 de Junho de 1986. Esta disposição, ficando muito aquém da proposta do PCP que previa a sua aplicação a quem tivesse entrado em Portugal até Outubro de 1992, constitui ainda assim um melhoramento face à Proposta de Lei.

Ainda por iniciativa do PCP foram consagradas na lei disposições de importância fundamental para o sucesso da regularização:

- A gratuidade do processo, contribuindo para evitar que gente sem escrúpulos se aproveite dos imigrantes que anseiam

## Justa congratulação e alguma preocupação

pela regularização e desconhecem os seus trâmites para lhes extorquir dinheiro, como aconteceu em 1992 e 1993.

- A possibilidade de serem os sindicatos a atestar a prestação de uma actividade remunerada por parte dos trabalhadores a regularizar, suprimindo assim a falta de declaração da entidade patronal, tanto mais difícil de obter quanto se sabe que existem sectores do patronato que se aproveitam da situação ilegal de muitos imigrantes para obter mão-de-obra mais barata e sem direitos.

- A extensão dos efeitos da regularização ao cônjuge e filhos menores do requerente, embora em termos mais restritivos do que os propostos pelo PCP, que preconizou um conceito mais alargado de agregado familiar, aferido em função da residência comum.

- A incumbência ao Governo de designar locais de apresentação dos requerimentos que assegurem a acessibilidade aos interessados.

- A consideração do recibo comprovativo da admissão do pedido de regularização como autorização de residência até à decisão final.

- A obrigatoriedade de adopção por parte do Governo de medidas tendentes a assegurar a participação das organizações representativas dos cidadãos originários dos países de língua oficial portuguesa residentes em Portugal na divulgação, informação e acompanhamento do processo de regularização extraordinária.

regularização, o que apresenta consideráveis dificuldades.

- A discriminação negativa sobre os cidadãos não originários de países de língua oficial portuguesa que consiste na inviabilização da

regularização caso tenham entrado em Portugal após a entrada em vigor dos Acordos de Schengen (25 de Março de 1995).

- A inviabilização da regularização a qualquer cidadão que tenha sido indicado para efeitos de não admissão por qualquer das partes integrantes do Sistema de Informações Schengen, pondo em causa o direito fundamental dos cidadãos a ver os seus casos concretamente analisados.

- O reforço dos poderes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras face aos de que este Serviço dispunha no processo de regularização de 1992, em prejuízo dos poderes que deveriam ser conferidos à Comissão Nacional para a Regularização extraordinária. É particularmente preocupante que o SEF disponha de poderes discricionários para nem sequer enviar à Comissão requerimentos que lhe tenham sido apresentados, desde que, por exemplo, considere que estes contêm falsas declarações ou estejam instruídos com documentos falsos ou alheios.

- A exiguidade dos prazos para recorrer de decisões desfavoráveis aos requerentes, que não deixará de se traduzir na inviabilização pura e simplesmente administrativa de muitos processos de regularização, agravada ainda pelo facto insólito das propostas de indeferimento por parte do SEF serem notificadas ao interessado através de edital.

- A obrigatoriedade de renovação anual da autorização de residência concedida ao abrigo do processo de regularização extraordinária durante os primeiros três anos, colocando os cidadãos visados sob uma injustificada suspeição.

Importa ainda salientar negativamente o facto de não terem obtido acolhimento maioritário - e portanto não terem sido consagradas - disposições constantes do Projecto de Lei do PCP que se reflectiriam de forma muito positiva no processo de regularização. Assim, é de lamentar, nomeadamente:

- A não consagração do envolvimento - devidamente contratualizado - das autarquias locais no âmbito do processo de regularização, designadamente tendo em vista a abertura de locais descentralizados e acessíveis para recepção de requerimentos e o trabalho de esclarecimento das populações abrangidas pelo processo.

- A não concretização do tipo de apoios a conceder às associações representativas dos cidadãos originários dos países de língua oficial portuguesa

com vista à sua intervenção directa no processo de regularização, nem do tipo de acções concretas em que se traduzirá a respectiva divulgação, designadamente junto da comunicação social.

- A não criação de uma comissão consultiva, com participação das associações representativas dos imigrantes, tendo como objectivo proceder ao acompanhamento do processo e propor, no seu decurso, as alterações que se revelassem convenientes.

Claro que estas incorrecções e omissões da lei aprovada não põem em causa o facto muito positivo que constitui a sua aprovação. Mas importa que sejam referidas como elementos de preocupação porquanto podem comprometer o sucesso do processo de regularização que todos afirmam desejar.

Convém lembrar que no anterior processo de regularização, entre as palavras e os actos do Governo ficou uma distância que fez fracassar o processo. Convém que desta vez isso não aconteça, para que esta possibilidade de regularização não termine com os resultados frustrantes da anterior.



- A eficácia suspensiva do recurso que seja apresentado de decisão de indeferimento da regularização.

- A aplicação do processo de regularização extraordinária a todos os processos de autorização de residência cuja resolução se encontre pendente.

## Elementos de preocupação

Porém, em diversos aspectos, as soluções constantes da Proposta de Lei do Governo tiveram acolhimento maioritário (apesar da oposição do PCP na especialidade), podendo mesmo pôr em risco o sucesso desejável do processo de regularização. Importa destacar, como negativos, designadamente os seguintes aspectos:

- A obrigatoriedade dos requerentes terem de provar a sua residência continuada em território nacional para obtenção de



## EM FOCO

■ Domingos Mealha

## Jovens enfermeiros querem soluções para a precariedade e o desemprego

# Basta de conversa fiada!

Face à gritante necessidade de profissionais de enfermagem nas instituições de saúde, o Governo emitiu um despacho que está a impedir a contratação de centenas de jovens que concluem os cursos. Entretanto, nada avança para resolver as situações de injustiça originadas pelo abuso dos vínculos precários.

Depois de alguma movimentação sindical que suscitou a análise dos problemas com muitos jovens profissionais, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses conseguiu ser recebido, na passada sexta-feira, por representantes do Governo. Natália Filipe, dirigente do SEP que também integrou a delegação, desabafa de uma forma que só se admite a alguém que conhece a gravidade dos problemas, vê reconhecida a razão, mas depara mais uma vez com a falta de soluções: «Foi uma reunião de nhã-nhã-nhã.»

Um comunicado do SEP sintetiza os motivos de tão radical como informal apreciação do encontro de dia 12 entre representantes dos jovens enfermeiros, por um lado, e da ministra da Saúde, do ministro-adjunto do primeiro-ministro e do secretário de Estado do Orçamento: «Os representantes do Governo, ainda que conscientes do problema, demonstraram um claro desconhecimento da realidade dos serviços e da manutenção da admissão dos enfermeiros a recibo verde. Admitiram ainda a ausência de mandato político para se encontrarem resoluções imediatas, pelo que se comprometeram a agendar nova reunião», na qual o sindicato deseja que se passe do apregoadado diálogo às soluções concretas.

### Insólito e injusto

Os problemas dos jovens enfermeiros têm a ver com uma situação tão insólita quanto injusta, e que traz prejuízos aos profissionais de enfermagem, às instituições de saúde e aos utentes dos serviços públicos:

- faltam enfermeiros nos hospitais e centros de saúde e há mesmo quase 12 mil vagas libertas nos quadros de pessoal;

- quase 4 mil enfermeiros em início de carreira continuam contratados a termo certo e a recibo verde, embora exerçam funções de carácter permanente, com horário completo e subordinação hierárquica;

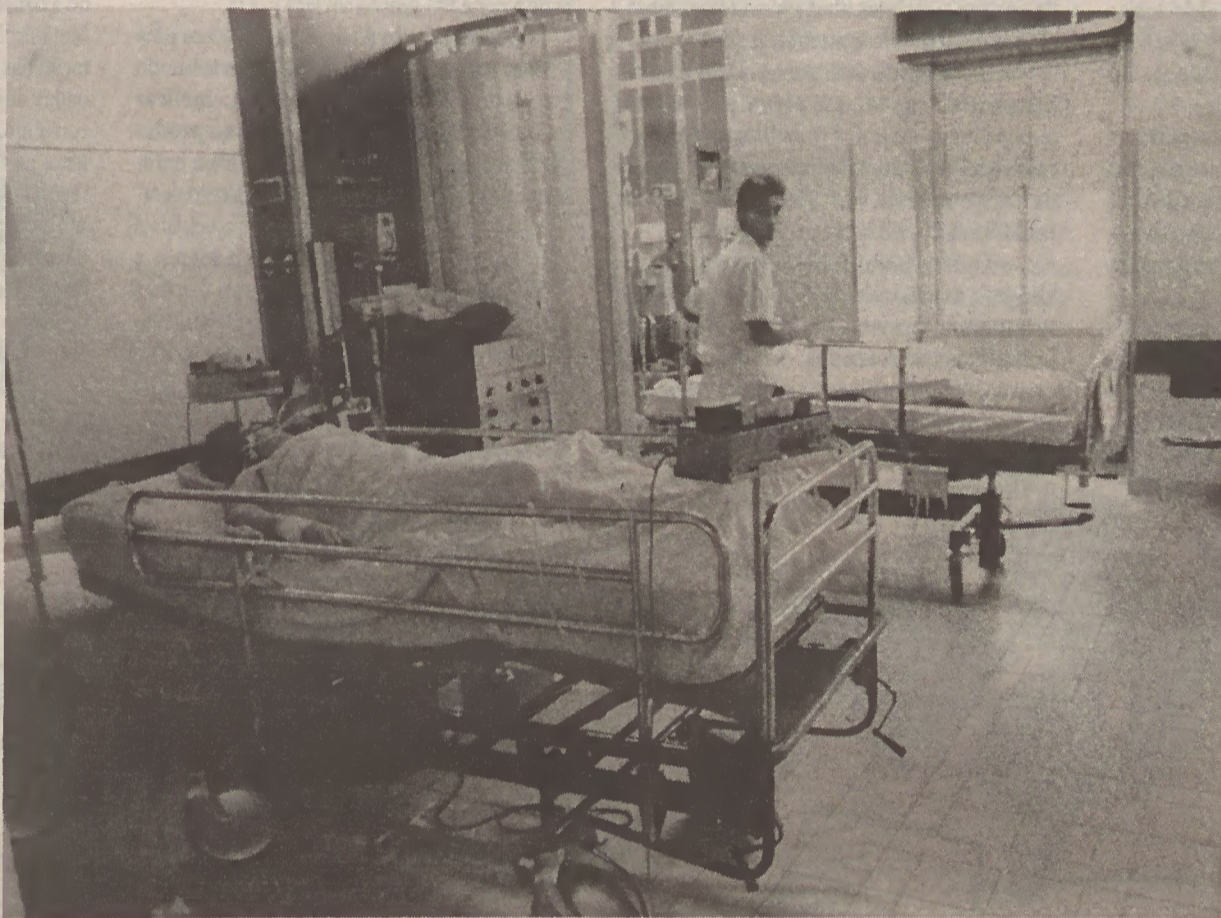
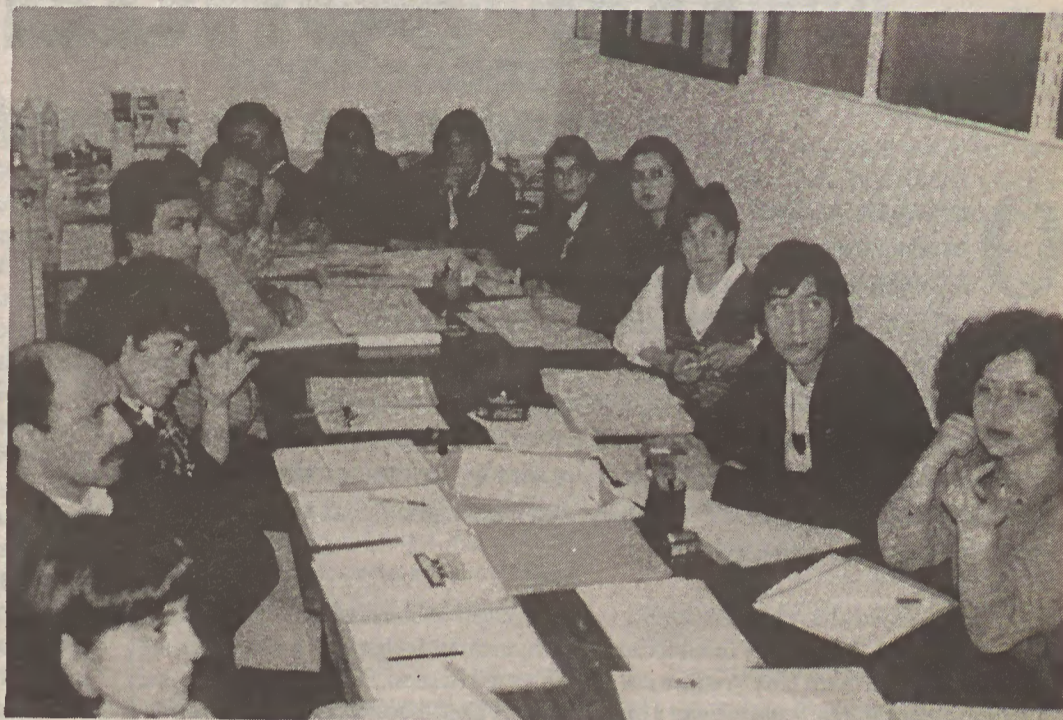
- ainda não têm emprego muitos dos 600 jovens que concluíram os cursos de enfermagem em Fevereiro e Março, enquanto não se vislumbram perspectivas de colocação para mais algumas centenas que deverão formar-se nos próximos meses.

O SEP calcula em 7200 o número de enfermeiros necessários às instituições públicas de saúde (3241, só no Norte do País - segundo dados referidos numa reunião de jovens profissionais de enfermagem, realizada dia 10). A lacuna, como admitiu Natália Filipe, dificilmente será preenchida enquanto se mantiverem as grandes carências das 28 escolas de enfermagem, quer a nível do pessoal, quer de instalações, pois não é possível aumentar significativamente o número de alunos.

### Todos perdem com a precariedade

Os elevados índices de emprego precário prejudicam a necessária estabilidade das equipas de enfermagem e criam situações de discriminação, uma vez que profissionais com os mesmos deveres e funções não usufruem dos mesmos direitos, desde a contagem do tempo de serviço ao gozo de férias e feriados. Esta situação é, além do mais, «inadmissível» perante a existência de vagas nos quadros - como o Sindicato dos Enfermeiros afirmou numa carta enviada à ministra Maria de Belém,

A precariedade de emprego nas instituições públicas de saúde foi condenada numa recente reunião de enfermeiros das comissões de jovens do SEP, em Coimbra



a dar-lhe conta das conclusões da última reunião da Coordenadora Nacional de jovens profissionais.

O SEP afirma que 3931 enfermeiros estão com contratos a prazo ou com recibos verdes, e Natália Filipe apontou os casos do Hospital de Santa Maria e do banco de urgências do Hospital de São José, em Lisboa, onde mais de metade do pessoal de enfermagem não tem vínculo efectivo.

O problema do emprego precário em toda a Administração Pública é objecto de discussão entre Governo e sindicatos, numa das «mesas» criadas após o acordo assinado em Janeiro. O SEP, no entanto, defende que o caso dos enfermeiros merece ser encarado de forma particular, alegando que mesmo o projecto de lei já divulgado pelo Governo sobre esta matéria não prevalece sobre regimes mais favoráveis (caso da Carreira de Enfermagem).

Por isso, em vez da prorrogação dos contratos até ao fim de Abril do próximo ano (o que o Governo propõe para quem esteja com vínculo precário há mais de 3 anos, deixando de fora a esmagadora maioria dos jovens enfermeiros que não entraram ainda nos quadros), o sindicato defende que, sem necessidade de aguardar a definição de quotas de descongelamento de lugares, todos os profissionais de enfermagem que se encontrem contratados a prazo ou contra recibo verde passem a ter como vínculo o **contrato administrativo de provimento**. Desta forma, teriam garantido que o início da sua actividade coincidiria com o início da carreira profissional.

Hoje, para o patrão-governo, um enfermeiro contratado a prazo pode fazer tudo o que se exige de um enfermeiro efectivo, mas não tem sequer a garantia de que o seu tempo de trabalho conta como tempo de serviço. Esta situação está «legaliza-

da» num dos pontos do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, publicado em 1993, que veio permitir a contratação de pessoal por 6 meses e sujeito ao regime geral do contrato individual de trabalho (não o regime da Administração Pública) para fazer face a «urgente necessidade» dos serviços.

### Pior que o soneto

Antecipando-se a qualquer discussão com os sindicatos, a ministra da Saúde fez publicar um despacho (57/96, de 15 de Março), que teve o efeito de um balde de água derramado sobre uma frigideira de azeite em chamas. Determinando o despacho que a contratação de pessoal naqueles termos «só será autorizada mediante justificação inequívoca», logo surgiram conselhos de administra-

ção que deixaram de admitir enfermeiros, alegando que estes são necessários para funções permanentes e não para «urgente necessidade». Com o coração nas mãos devem ter ficado os muitos enfermeiros e enfermeiras que estão no final dos tais 6 meses de contrato e se vêem ameaçados de perder o emprego - apesar de saberem que o que faz falta é admitir mais enfermeiros.

O SEP e a sua Comissão Coordenadora Nacional de jovens enfermeiros responsabilizam igualmente os administradores e o Governo por este impedimento à admissão de profissionais. Da reunião de 3 de Abril, em Coimbra, saíram **propostas e reclamações** muito concretas:

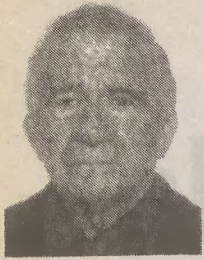
- anulação do despacho de 15 de Março,
- definição de um plano de emprego nacional para o sector
- e garantia de admissão por contrato de provimento administrativo.

Na carta enviada a Maria de Belém sublinha-se ainda que «não há razões objectivas para que o Estado, enquanto pessoa de bem, não conte o tempo de serviço a todos os colegas que estão ou já estiveram a recibo verde e a contrato a termo certo».

Querem ainda saber claramente o que pretende o Governo decidir quanto ao futuro dos serviços de saúde pública. Natália Filipe deu conta da preocupação existente: enquanto se nota uma tentativa de desresponsabilização do Estado nesta área, as exigências feitas aos prestadores dos cuidados de saúde não param de aumentar.

Enquanto o diálogo vai e volta, todos os problemas continuam a cair sobre os profissionais e, claro, sobre os utentes. Uns e outros sabem que a conversa fiada não faz bem à saúde. E esperam que o Governo, com medidas e soluções, mostre rapidamente que é capaz de fazer mais... pela nossa saúde.





■ Miguel  
Urbano  
Rodrigues

# A reinvenção da solidariedade pelo

— a esperança do presidente do Brasil

O presidente do Brasil proferiu, no México, durante a sua recente visita àquele país, uma conferência que teve enorme repercussão no continente. A personalidade e o currículo do orador atraíram ao Colégio do México, talvez o mais prestigiado centro do pensamento latino-americano, os nomes mais destacados da *intelligentsia* da pátria de Cuauhtémoc. Fernando Henrique Cardoso é um académico respeitado em todo o mundo. Não conheço estadista com um currículo universitário comparável ao seu. Leccionou em grandes universidades da Europa, da América Latina e dos EUA. A sua obra de cientista social valeu-lhe ainda na juventude o cognome de «Príncipe dos Sociólogos» e continua a ser estudada em dezenas de países.

O tema da conferência reforçou o interesse por ela suscitado. O presidente do Brasil foi ao templo da cultura mexicana pronunciar um discurso sobre a **globalização**. Soube escolher a tribuna para se dirigir não apenas aos intelectuais e tecnocratas do México e do Brasil, mas a um público mais vasto, abarcando as «elites» dos EUA e do conjunto da América Latina.

Foi, uma vez mais, brilhante. Mas o discurso, de uma estrutura trabalhada, muito ambicioso, veio dissipar as últimas ilusões que os intelectuais progressistas da América Latina mantinham a respeito da estratégia e do novo pensamento político de FHC.

O seu discurso foi o de um apologista das receitas do neoliberalismo que, com habilidade técnica, critica os efeitos nocivos mais transparentes do liberalismo e procura dar a ideia de distanciamento da ideologia que, afinal, lhe guia a acção.

Como era inevitável, a oração, meticulosamente preparada, apresentou-se recheada de ambiguidades, equívocos e contradições.

O diagnóstico dos males da humanidade na viragem do milénio pareceu-me, no fundamental, correcto. FHC não escondeu os perigos do desemprego galopante (somente nos países da OCDE triplicou nos últimos 20 anos) e da injustiça social crescente; mostrou-se preocupado com o aprofundamento do fosso entre os países industrializados e os não desenvolvidos; expressou o receio de que a desigualdade aumente na América Latina nos próximos anos; e apontou as consequências perigosas da mobilização progressiva dos fluxos financeiros sobre as políticas monetárias das economias nacionais. Recordou que a desigualdade entre os homens e o aumento da exclusão social envolvem um convite à reflexão sobre a globalização. afirmou estar consciente de que o liberalismo clássico e a social-democracia exigem reformulações drásticas. Não esclareceu, porém, de que tipo.

## Opiniões

As fragilidades do discurso principiam nas omissões. Não definiu com clareza a globalização. Não fez sequer referência ao peso hegemónico que nela desempenha o jogo do dinheiro, ou seja, a especulação desenfreada dos mercados financeiros onde o volume das transacções excede já 50 vezes o valor do comércio mundial. Não citou também o outro vértice do triângulo, o pensamento único que, pela intolerância e agressivi-

dade, confere ao liberalismo selvagem em desenvolvimento matizes fascizantes. Minimizando os perigos que enumera, FHC afirma ou sugere que:

— A **globalização permitirá à humanidade dar nos próximos anos um salto em direcção à prosperidade, com mais justiça social.**

— Assistimos a uma pulverização da propriedade do capital que permite já «a uma parcela importante dos trabalhadores tornarem-se associada ao capital», pelo que seria absurdo insistir na tecla da exploração da força de trabalho com realização de mais-valia.

— Os fundos de pensão detêm posição privilegiada no controlo do capital e no Brasil já se tornaram o maior investidor no processo de privatização da economia. (Na sua opinião há grupos de trabalhadores que construíram melhores formas de acesso ao capital, revelando assim a «capacidade de se organizarem de forma moderna».)

— Está a diluir-se a relação patrão-empregado nos sectores mais dinâmicos e modernos da economia.

— O marxismo é uma ideologia totalmente superada e a esquerda tradicional é utilizada para «a defesa de bandeiras paradoxalmente conservadoras no sentido da manutenção de situações de privilégio». (Linguagem muito semelhante à utilizada pelo binómio Chirac-Juppé na crítica aos franceses que se insurgem contra a demolição da Segurança Social.)

— No âmbito da globalização, «os países passaram a ser seleccionados para receber investimentos das corporações multinacionais com base no cômputo das vantagens que oferecem, entre as quais a qualificação da mão-de-obra que se transforma num factor cada vez mais decisivo». Nesse contexto, «os mercados de capital passaram a actuar como verdadeiros vigilantes das gestões nacionais; qualquer medida, por mais correcta do ponto de vista interno, que possa sinalizar um passo em falso ou contrariar os interesses dos investidores externos tem como consequência a revoadada dos capitais a curto prazo, com sérios

efeitos para a saúde do sistema financeiro de determinados países». (FHC reconhece que o conservadorismo desse tribunal imaterial traz limitações à capacidade de operar dos governantes, mas acha que «as janelas de oportunidade do sistema em gestação» permitem a países como o Brasil e o México exercerem a sua vocação para «a autodeterminação soberana e consolidarem a sua capacidade de influir na construção do futuro».)

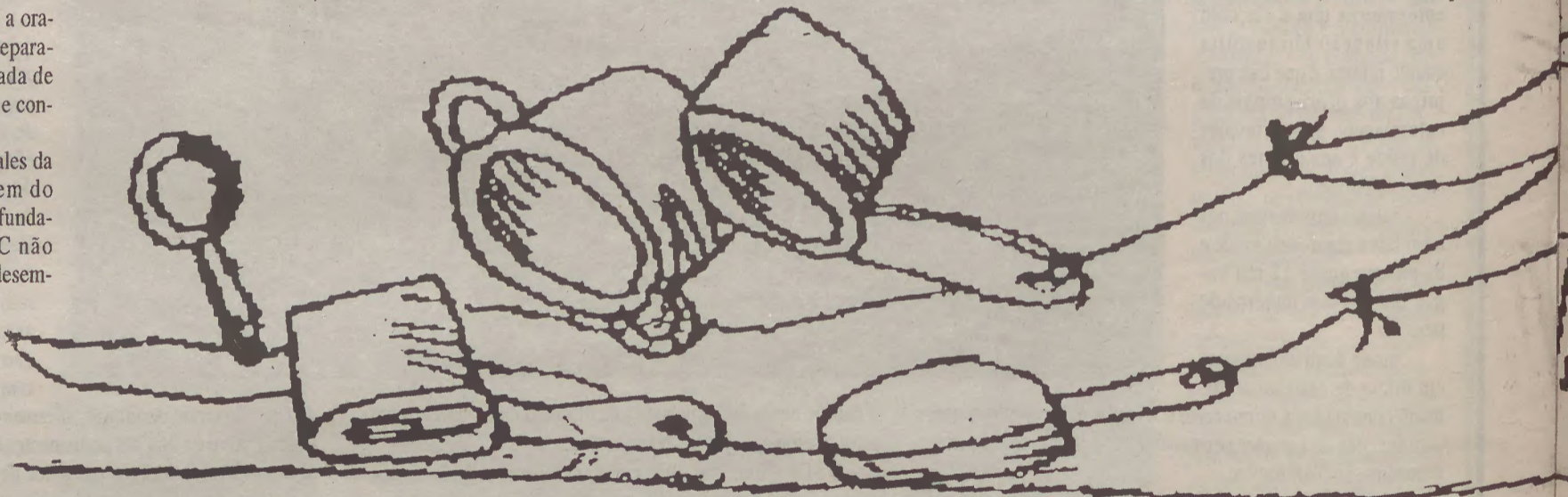
— Uma das consequências sociológicas da modernização é a dispersão de interesses, a fragmentação do trabalho e do capital. Por isso o cerne da acção política deve ser «a criação de um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente». (Segundo o seu conceito de racionalidade, o Estado precisa de rever a sua função social.)

— A orientação do desenvolvimento pelo Estado torna-se muito mais importante do que «a tentativa comprovadamente ineficaz de substituir a iniciativa privada na produção de bens e serviços que não tenham natureza essencialmente pública». (O Estado desejável para FHC é aquele que, em consequência «do seu novo papel deve intervir menos e melhor» com «opções cada vez mais restritas em termos de política económica». (Estranhamente, acha «paradoxal e irónico» que a desigualdade se acentue num momento em que «caminhamos para uma uniformização institucional e uma maior convergência universal de valores».)

saídas inovadoras que envolvam simultaneamente os «diferentes níveis do governo, a sociedade civil, sindicatos de trabalhadores e órgãos patronais».

O Colégio do México não era o lugar adequado para o inventário da problemática brasileira da chamada concertação social e menos ainda para discorrer sobre as mezinhas caseiras. Mas FHC apresentou uma síntese de medidas que a sua administração adoptou ou estaria prestes a implementar. Entre elas incluiu as tentativas a reduzir o custo do factor trabalho na produção. (Que é aliás baixíssimo, comparativamente aos países da União Europeia). Citou, então, «as negociações entre o capital e o trabalho para a flexibilização das relações trabalhistas». Tocou num ponto mais sensível. Um acordo assinado em Fevereiro entre o Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e a Federação das Indústrias do mesmo Estado levantou ondas de indignação no país. Nos termos desse convénio, que suscitou o entusiasmo do patronato, as empresas que a ele adiram e os trabalhadores ficam isentos de descontar para a Previdência percentagens estabelecidas pela lei. O desconto para o Fundo de Garantia por tempo de serviço (criado pela Ditadura para substituir o regime da estabilidade no trabalho), esse é simplesmente eliminado.

O escândalo foi tamanho que o Poder Judicial interveio, qualificando o Acordo de anticonstitucional e de agressão contra direitos fundamentais dos trabalhadores. Efectivamente, trata-se de uma pira-



## Soluções apontadas

A parte final da conferência foi dedicada às soluções necessárias para que, na sua perspectiva, o Brasil vença os desafios do presente e se transforme num país desenvolvido.

É a parte mais pobre, nebulosa e insincera do extenso discurso — ensaio de 3300 palavras.

FHC sublinhou logo no início serem diferentes as motivações do político e do cientista social, afirmando que o primeiro, ou seja ele, não pode como presidente esperar para agir, pela sedimentação do conhecimento. Não estamos perante um acto de modéstia intelectual, mas de uma evidência. Entretanto, armado com esse trismo, apresentou as suas soluções.

São paupérrimas, inconvincentes, e, pior, fari-saicas. Um cientista político tão inteligente não pode acreditar nos remédios propostos.

No receituário, uma premissa fulcral impressiona pelo dogmatismo: o Brasil terá de se adaptar «à nova ordem internacional que hoje atende pelo nome de globalização».

Dirigindo-se especialmente ao seu país, aludiu em primeiro lugar à necessidade de procurar

taria patronal, viabilizada pela cumplicidade de um sindicalismo corrompido. O Presidente da República, porém, apoiou publicamente a iniciativa (aprovada pela Câmara de Deputados) com o argumento de que contribuirá para gerar mais postos de trabalho.

O Presidente tem consciência — e afirma-o enfaticamente — de que «o trabalho fundamental do político, nos nossos países (América Latina) está ligado ao tema da justiça social». Não poderia, portanto, no Colégio do México, falando perante personalidades eminentes da *intelligentsia* permanecer calado sobre a temática do combate à injustiça social.

E que disse?

Na prática, nada. Mas num cientista com a sua envergadura intelectual é grave que as flores de retórica utilizadas na tentativa de eludir a questão tenham sido extraídas do ramalhete ideológico do liberalismo folclórico.

Falta de imaginação? Certamente não.

Para o desenvolvimento de uma luta eficaz contra os aspectos negativos que identifica na globalização em países como o Brasil e o México, nomeadamente o crescimento da desigualdade, do desem-



# as «elites»



contradição antagónica. E, numa pirueta de mago, apresenta a sua solução. Ela estaria num reforço da solidariedade social das elites culturais e económicas. A tarefa de reinventar a consciência ética das elites (que jamais existiu) aparece-lhe como um dos grandes desafios do nosso tempo.

É quase supérfluo esclarecer que FHC conhece muito bem as «elites» brasileiras e o seu feroz egoísmo de classe (1). Isso não o impediu de dar contornos românticos à ponta final do seu discurso-ensaio. O que confunde, por insólito. O cientista social e o político FHC são avessos ao romantismo.

O texto, entretanto, é muito claro: FHC não atribui qualquer papel significativo na desejada humanização do desenvolvimento aos milhares de milhões de homens e mulheres que mundo afora trabalham e produzem. Não faz uma referência à existência de classes sociais; os trabalhadores não aparecem como seres activos no seu quadro idílico de reforma do mundo; contempla com displicência «o fim das utopias revolucionárias».

A construção de uma sociedade planetária sem fome, miséria, opressão e exclusão social estaria, na sua mundividência, fundamentalmente condicionada pela transformação de elites egoístas em elites filantrópicas. O «reforço» da elite da solidariedade somente pode, acredita, vir de cima, como dádiva das «elites».

A revitalização «dos valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância (...) balizadores da legitimidade moderna», surge-lhe como tarefa e desafio dos «governantes, dos intelectuais, das lideranças da sociedade civil para que o novo Renascimento possa florescer em

toda a sua força transformadora da história».

Que ética renascentista da solidariedade social tem na mente? A dos Medicis, a dos Bórgias, a dos príncipes da Casa de Áustria, a dos Valois? A Inglaterra vitoriana, a do seu arrogante parlamentarismo social, certamente aplaudiria a teoria de FHC sobre a reconversão das «elites».

O fecho que transcrevi confere transparência às intenções. O discurso ensaístico de Fernando Henrique Cardoso no Colégio do México deixará memória na América Latina como uma das mais sofisticadas apologias do capitalismo até hoje sustentadas por um presidente da região. Dissipa dúvidas sobre a metamorfose de um intelectual que há 30 anos, quando jovem professor, dizia ser marxista e foi expulso da Universidade de São Paulo durante a ditadura militar pelo seu compromisso com uma luta que fazia do povo o sujeito da história.

(1) Segundo as Nações Unidas, o Brasil figura em segundo lugar na lista dos países onde são maiorias as desigualdades sociais. Em artigo recente, publicado na «Folha de S. Paulo», o historiador britânico Eric Hobsbawm chamou a atenção para o facto de o Brasil ser um dos países onde é mais profunda e chocante a injustiça social.

## A Vale do Rio Doce - o gigante brasileiro condenado

O panorama político e social do Brasil está a ser fortemente marcado por uma cadeia de escândalos que comprometem perante o povo a imagem do governo. Um dos mais graves, embora não o mais ruidoso (as fraudes e piratarías do Banco Nacional abriram um rombo equivalente a 750 milhões de contos), é o que envolve o processo de privatização da Companhia do Vale do Rio Doce.

O edital para o leilão da Vale, como é chamada, está prestes a ser publicado. Quando o governo divulgou a notícia houve uma explosão de alegria no mercado mundial de minérios. A Salomon Brothers, norte-americana, começou já a estudar a futura oferta de acções nos EUA; e o banco inglês Flemings - primeiro lugar no ranking mundial de avaliação do mercado da mineração - orientará a venda na Europa. A Austrália, principal concorrente dos produtos da Vale, também se prepara para devorar uma fatia do bolo.

A euforia justifica-se. Nicholas Hurd, um alto executivo da Flemings, comentou assim a decisão do governo brasileiro: «A Vale é uma empresa de primeiríssima linha. Não conheço no mundo nada igual. Nenhuma

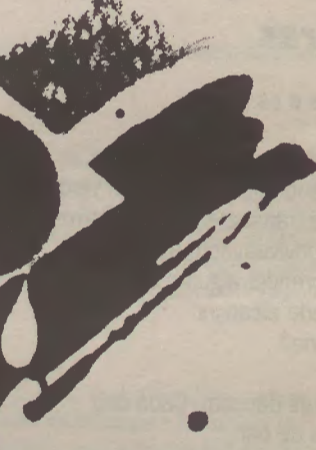
outra empresa de mineração internacional tem o potencial da Vale. O grupo é completo. Além de ser líder em ferro, tem minas de ouro, cobre, bauxite e ainda actua nos sectores do papel e da celulose, no ferroviário e na navegação.»

ma outra empresa de mineração internacional tem o potencial da Vale. O grupo é completo. Além de ser líder em ferro, tem minas de ouro, cobre, bauxite e ainda actua nos sectores do papel e da celulose, no ferroviário e na navegação.»

ousam negá-lo. Em 1994, o volume do faturamento excedeu 4 mil e 200 milhões de dólares e os lucros ultrapassaram 645 milhões, quase triplicando relativamente ao ano anterior. Os investimentos nos últimos dois anos atingiram 4 mil milhões de dólares, encaminhos prioritariamente para os sectores do alumínio, do caulino, do ferro, do cobre, do papel e da celulose.

Obviamente, não existe no Brasil qualquer grupo com capacidade financeira para adquirir um gigante como a Vale. A grande empresa nacional vai cair nas mãos das transnacionais mineiras, por um custo total estimado em 10 ou 12 biliões de dólares.

Foi mau para o governo de Fernando Henrique que, no mais aceso da tempestade política desencadeada pelo anúncio da privatização, a administração da Vale tenha informado que em Curionópolis, na sua área de concessões, foi descoberta uma fabulosa mina de ouro. Segundo especialistas, os seus filões podem ser os mais ricos da Terra.



Um porta-voz do governo esclareceu, entretanto, que a existência da nova zona aurífera não terá qualquer influência no cálculo do valor da Vale para o leilão. Um preço irrisório, atendendo ao fabuloso património do gigante mineiro.



## PONTOS CARDEAIS

### Peixe-espada-preto com futuro negro

Um estudo do Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores revela que foi detectada uma concentração elevada de mercúrio no fígado do peixe-espada-preto, pelo que recomenda cuidados aos consumidores madeirenses, em especial as grávidas, as crianças,

os adolescentes ou os adultos afectados por doenças ou em convalescença. O estudo é datado de 19 de Janeiro deste ano e foi encomendado pelo Governo Regional da Madeira, na sequência da notícia divulgada pelo Diário de Notícias em 3 de Novembro de 1995, alertando para as altas concentrações de mercúrio detectadas no fígado do peixe-espada-preto e respectivos perigos para a saúde pública. Nessa altura, o presidente do governo regional da Madeira, Alberto João Jardim, não só

desmentia os dados publicados no jornal, como ameaçava processá-lo judicialmente sob a acusação de «fazer campanha contra a economia da Madeira»...

### Jogar às cartas

Frenético na absorvente tarefa de mostrar que existe

politicamente, Manuel Monteiro pôs-se agora a escrever cartas a António Guterres e a Marcelo Rebelo de Sousa propondo-lhes um acordo que garanta a realização de um referendo ao Tratado da União Europeia. Foi sobre esta matéria mas podia ser sobre a apanha dos caracóis, o enigma das pirâmides ou o contrário de

tudo isto, porque para o azougado dirigente do partido da extrema-direita portuguesa a coerência das propostas não é um referencial político - o que conta é espadanar as águas para que nunca lhe falte o constante desvelo dos órgãos de Comunicação Social a mostrar-nos o dedinho em riste em tiradas autoritárias a batutar coisas. Veja-se as suas também recentes e hilariantes propostas sobre o «momento zero» no sector têxtil ou a terrível ameaça de abandonar o hemiciclo de S. Bento na votação da regionalização - hábito que, pelos vistos, se está a enraizar nos seus hábitos políticos. É sabido que a ascensão de Monteiro e do PP tem sido um jogo constante. Mas jogar às cartas?!...

«Portugal é o único país da Europa comunitária onde os acidentes são cobertos pelas seguradoras». É a própria legislação que o permite, e qualquer tentativa de mudança é logo entravada, pois as seguradoras funcionam como lobby junto do poder. Perante esta situação, a ANDST vai apresentar na Assembleia da República uma proposta de alteração do regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais. Esperamos para ver o que farão aqueles deputados e grupos parlamentares que têm sido tão liberais a aumentar-se a si próprios...

### Depois das vacas... os medicamentos

O problema da chamada «doença das vacas loucas» está longe de ter um fim à vista ou, sequer, se confinar (!) à carne dos animais. Soube-se esta semana que há 18 medicamentos de origem bovina no mercado português que aguardam uma decisão do Instituto do Medicamento para se decretar, ou não, a sua suspensão. Esperamos que a decisão não se arraste como aconteceu com a denúncia da doença nos animais infectados, com consequências cuja gravidade não só está por apurar, como não se sabe até onde irá.

### Os «voos» da TAP

Segundo Manuel Ferreira Lima, actual presidente da TAP, a transportadora aérea nacional dificilmente chegará aos lucros em 1997, ao contrário do que previa o plano de saneamento económico da empresa, mas «vai sair do vermelho em 1998», ano em que poderá ser privatizada. Ou seja: quando finalmente começar a dar lucro, passa para os privados - até lá, o Estado português que trate do caso. Entretanto, Manuel Ferreira Lima vai avisando: a TAP precisa de se reestruturar «a tempo», pelo que deverá livrar-se de «mil postos de trabalho em excesso». Estamos a ver: o Estado, através desta administração pública, quer também encarregar-se de despedir mil trabalhadores até a TAP «sair do vermelho», para que os privados que irão arrecadar os futuros lucros nem com essa maçada fiquem. Seria desta «solidariedade» que o «coração» da campanha eleitoral socialista falava?

### «Sou a favor, mas...»

Durão Barroso, que continua a guardar-se para mais altos voos na direcção do PSD, não deixa de fazer os seus raids a lembrar que tem asas e quer usá-las. Agora picou sobre a regionalização, advertindo que iria divulgar a sua «posição pessoal» sobre a matéria em artigo a publicar proximamente no Expresso. Todavia, não quis deixar o País suspenso de tão preciosa promessa e lá foi adiantando, na Rádio Renascença, que «sou favorável à máxima descentralização e desconcentração da administração pública, mas criar novas entidades políticas com base de legitimação própria levará ao fraccionamento do Estado e será um desastre». Ou seja: é favorável à descentralização e desconcentração do poder na administração pública, desde que não se descentralize nem se desconcentre nenhum dos imensos poderes até hoje concentrados nas mãos do Governo. Em espartezia não é nada mole, este Durão.

### Dez escudos por trimestre

Há no nosso país quem esteja a receber uma pensão de 10 escudos por trimestre, como acontece a uma sinistrada de Soure. A denúncia vem da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), que responsabiliza por esta situação escandalosa e caricata o regime jurídico em vigor há 31 anos. De acordo com Luís Machado, coordenador dos serviços jurídicos da ANDST,

## PONTOS NATURAIS

### Semente, docemente

#### Desenho infantil

Andou por aqui um menino desenhando a paisagem. Dançam os montes abraçados. Há uma casa a porta sem fechadura e muitas janelas ao longo do corpo. Árvores com sua copa em forma de nuvem. E um homem mais alto do que as casas, as árvores.

O homem está mesmo mais alto do que os montes e o tempo da seca não virá nunca, nunca.

#### As pedras

Amo as folhas e as pedras.

Entre as folhas dos meus livros guardo outras folhas que já foram verdes e têm agora a transparência dos astros. As canetas convivem com as pedras esperando aprender alguma coisa. Mas quem pode alcançar tanta sabedoria?

Folhas e pedras dançam. Cada ano muda a pedra de par Já afrouxam meus braços que abraçam a pedra.

Ela como quem me consola me sorri.

#### Planície

Garras na terra de raivosa ruiva rude chaparro a raiz resiste no sonho bom de novos dias mansos.

#### Solidão

No alpendre enferrujam as alfaias. Desfeita a UCP o antigo e de novo proprietário está em coma e os filhos esperam apenas que tudo se consuma pra se saber pra quem o monte passa.

Todos partiram Desapareceram os ecos da infinita noite.

Alfaias enferrujam no alpendre e não sabem porquê. Não sabem. Mas a cada manhã ainda julgam que estão ouvindo uns passos familiares.

#### A tiborna

Quando eu era pequeno (dizia-me o José) ia ao lagar pedia uma tiborna. Davam-ma, sempre olhando para os lados. Ainda sinto nos dedos o gosto do açúcar no pão embebido em azeite. Tinha eu oito anos trabalhava doze horas na Herdade e só pela comida.

Pois é como lhe digo. Aquela tiborna!

#### Nostalgia

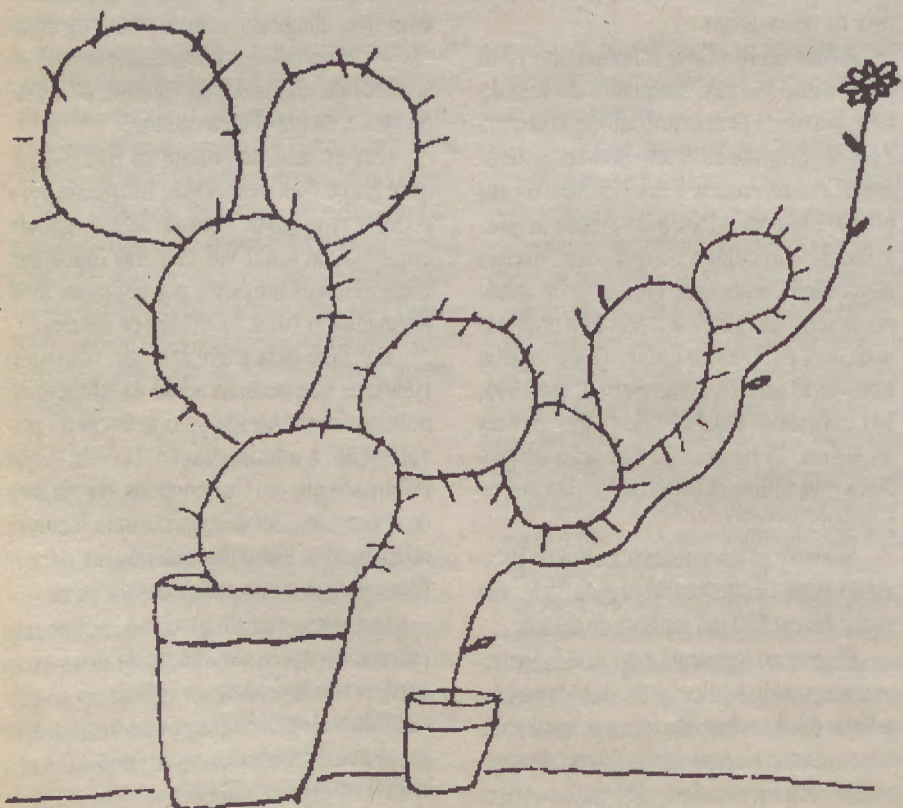
(Para Manuel Guedes)

Ao passar por aqui afogo em nostalgia. Lembro pesadamente os que já foram. Estás mórbido, rapaz! (digo com bonomia)

Sim. Tudo flui, tudo se recompõe.

Embalame a olhar a folha verde que desponta na ponta deste verso.

Mário Castriau





## AGENDA

GRANDE COMÍCIO  
EUROPEU

Paris - 11 de Maio

*Contra o desemprego  
Por uma Europa dos povos,  
do emprego e do progresso social*

Da iniciativa e com a participação de Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, Partido Socialista Popular da Dinamarca, Esquerda Unida - IC de Espanha, Aliança de Esquerda da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Synapismos da Grécia, Esquerda Democrática da Irlanda, Partido da Refundação Comunista de Itália, Movimento dos Comunistas Unitários de Itália, Partido Socialista de Esquerda da Noruega, Partido Comunista Português, Partido da Esquerda da Suécia

«Album de Memórias»  
de Virgínia de Moura

Na próxima terça-feira, 23, às 18h, terá lugar na Cooperativa Árvore, no Porto, a apresentação pública do «Album de Memórias» de Virgínia de Moura, um lançamento das Edições Avante que o Professor Óscar Lopes introduzirá

Sábado, 20, às 15h, no Salão dos Bomb. Vol. de Agualva-Cacém

**Encontro Concelhio de Sintra do PCP sobre o trabalho autárquico e a luta das populações**

com a participação de Luís Sá e Jorge Cordeiro

## Évora

Sábado, 20, às 10h, no Teatro Bernardim Ribeiro, Estremoz

*Encontro Distrital de Quadros do PCP sobre a Organização do Partido e as principais tarefas com a participação de Blanqui Teixeira e José Socio*

## 5ª Assembleia da Organização Concelhia da Amadora / 4 de Maio

Reuniões preparatórias esta semana:

Freg. da Mina - dia 20, 21h, CT Amadora; Freg. da Damaia - dia 21, 10h, CT Damaia; Freg. da Buraca - dia 27, 15h, JF Buraca; Freg. da Brandoa - dia 26, 21h, CT Brandoa; Cél. Sorefame - dia 18, Sorefame; Cél. Trab. CM - dia 22, 18h30, CT da Amadora; Cél. de empresas e locais de trabalho - dias 19 e 18

Juventude - dia 20, 16h, CT Brandoa

## Reuniões em Bragança

No próximo sábado realiza-se a partir das 15h, no CT de Mirandela, uma reunião de Pequenos e Médios Empresários do distrito (Indústria, Comércio e Serviços), aberta a militantes e amigos e com a participação de Agostinho Lopes. Ainda no sábado, no mesmo local, terá lugar uma reunião do Organismo Sindical do Partido do distrito - com início às 21h30 e com a participação de Domingos Abrantes.

## «Concertação» em debate

Jerónimo de Sousa estará sexta-feira, 19, em Castelo Branco para participar no colóquio sobre «O acordo de Concertação Social - Flexibilidade e Polivalência o que significam» promovido pela Com. Concelhia do PCP. Às 21h. Participará igualmente no debate que sobre o mesmo tema se realiza no dia seguinte na Covilhã - sábado às 15h na Sala da Assembleia Municipal.

## Estatuto da Carreira Docente

No Barreiro, o Organismo dos Professores do concelho promove no dia 20, na Sala de Convívio do Luso, com início às 16h, um debate público sobre «Estatuto da Carreira Docente e Deontologia», com a participação, nomeadamente, dos professores António Avelãs, Manuela Esteves e Rui Curto, da Fenprof e do SPGL.

## Os 75 Anos em Exposições

No Fundão - Documentos de grande valor histórico e cultural integram a exposição patente hoje (a partir das 18h) e amanhã (até às 22.30) na sala da Junta de Freguesia do Fundão sobre a acção do PCP, dos trabalhadores e do povo português pela instauração e consolidação da liberdade e da democracia.

Em Odiveelas (na Sociedade Musical Odivelense) uma outra exposição sobre os mesmos temas estará aberta ao público de 20 a 28 de Abril, nos dias úteis das 18 às 22h, sábado e domingo das 16 às 20h. Reformados de Queluz

Realiza-se amanhã, sexta-feira, com início às 15h, um Plenário de Reformados da organização de freguesia de Queluz do PCP com a participação do camarada Jaime Félix.

## CDU Setúbal

No seguimento das conclusões do recente Encontro Concelhio da CDU, eleitos e activistas iniciam este fim-de-semana um ciclo de contactos com a população e entidades do concelho.

No próximo sábado, às 16h, realiza-se uma sessão de esclarecimento na colectividade «O Independente» (Bº Afonso Costa) sobre os problemas do realojamento, com o Arq. Ferra Inácio, vereador da CM e Francisco Lobo; no domingo de manhã, a CDU promove uma visita de informação junto da população do Viso e do Casal das Figueiras.

## CDU Carcavelos

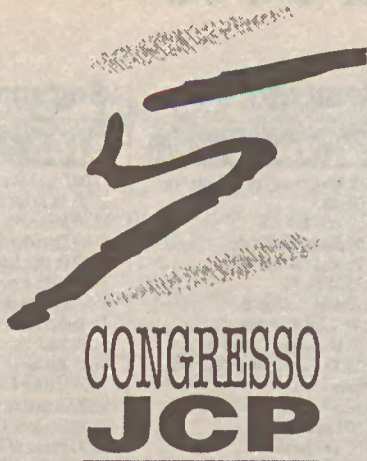
Os problemas de Sassoios são ponto único da ordem de trabalhos da Assembleia de Freguesia de Carcavelos a realizar dia 19, às 21h30, no pavilhão do Clube de Futebol de Sassoios (R. José Régio). A CDU faz um apelo à participação dos moradores.

## CUBA - Solidariedade

O núcleo de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba promove no dia 20 à noite, na Coop. do Faralhão Bem-vinda a Liberdade, uma festa/sessão de despedida do Embaixador de Cuba, que cessa proximamente funções no nosso país. Estará também presente Duran Clemente.

## «Conversas» em Vila Franca

Começam nesta sexta-feira as «Conversas ao Serão» que passam a animar o CT de Vila Franca. O convidado é Manuel Pedro. Também em Vila Franca realiza-se no domingo um Encontro de jovens eleitos da CDU. No CT.

CONGRESSO  
JCP

18/19 de Maio • LISBOA

## Santarém

Encontro Distrital da JCP

Dia 20, a partir das 15h, no CT do PCP Torres Novas, com a participação de José Casanova

## Baixa da Banheira

Comício-festa no Ginásio Atlético Clube - dia 19, às 21h30, no Ginásio Atlético Clube, com a presença de

**Carlos Carvalho**

## Olhão

Jantar-convívio: sexta-feira, 19, às 21h

## Lisboa

Final do Concurso de Música Rock da JCP/Lisboa - dia 27 a partir das 16h, no Largo de Camões, com os grupos Blindmen's Buff, Ingredients, Psicho Maniacs, Astonishing Urbana Fall, Jade, Icon Vadis, Gray Out, No Class Youth, The Foe

Participação nas AE's e Interassociativismo. O dirigente associativo. Gestão das escolas - temas para o debate que se realiza sexta-feira, 26, às 21h, na sede nacional da JCP

## Queijas

Café-concerto no CT do PCP - sábado, 20, a partir das 21h

## Torneio de Futebol

Neste fim-de-semana realizam-se as finais distritais de Porto e Beja (dia 20) e Évora (dia 21, em Arraiolos)

## S. João da Madeira

Sábado, 20, às 15h, na Biblioteca Municipal

*Encontro Distrital de Quadros do PCP sobre Regionalização*

com a participação de Sérgio Teixeira

Carlos Carvalho  
no Vale do Ave  
e em minas do Alentejo

O secretário-geral do PCP efectua no próximo sábado, 20, - uma visita ao Vale do Ave, acompanhado pelos deputados João Amaral e José Calçada e por elementos da DORBraga do PCP.

O programa da visita é o seguinte:

**S. Torcato, Guimarães** - Contacto com os trabalhadores da empresa Xavi. Às 10h30.

Pousada de Saramagos, Vila Nova de Famalicão - Contacto com os trabalhadores da Fábrica de Tecidos de Carides. Às 11h15.

**Candoso, Pevidém, Guimarães** - Audição pública sobre a situação social no Vale do Ave, com a presença de organizações representativas de trabalhadores, às 14h30, no salão da JF de Candoso, S. Martinho.

Na segunda-feira, 22, Carlos Carvalho visita as minas de Aljustrel e Neves Corvo, acompanhado pelo presidente do GP do PCP, Octávio Teixeira, pelo deputado Rodeia Machado e por membros da DORBeja, estando previsto:

**Aljustrel** - Encontros com o Conselho de Administração das Pirites Alentejanas, às 10h, e com a Comissão de Trabalhadores das Pirites Alentejanas e o Sindicato dos Mineiros do Sul, às 11h30.

**Castro Verde / Minas de Neves Corvo** - Encontro com a Administração da empresa, às 13h, seguindo visita ao complexo mineiro.

Comemorações do 25 de ABRIL  
promovidas pela CDU e organizações do PCP

## Em ALMADA

Debate sobre a Revolução de Abril, moderado por José Abreu - dia 20 às 15h no Clube Recreativo Pombalense; Debate sobre os 20 anos da Constituição, com Luís Sá - dia 23 às 21h30 no Teatro Municipal de Almada.

## Em BRAGA

Jantar com a participação do Gen. Vasco Gonçalves - no Rest. «Jotobel», dia 20 às 20h; Projecção de imagens do 25A, leitura de textos e poemas; Almoço em Famalicão com a presença de Gen. Vasco Gonçalves - no Rest. «Francesca», junto ao Merc. Municipal, dia 21 às 13h.

## Em CHAVES

Convívio no CT do PCP no dia 25 de Abril (Porto de Honra e animação musical), com a presença de Sérgio Teixeira - às 16h.

## Em LISBOA

Almoço promovido pela Org. dos Olivais, com Luís Fernandes - no Rest. «O Padeiro» (junto à Piscina), dia 21 às 13h; Almoço na Feira Popular, promovido por um grupo de democratas de Alvalade, Campo Grande, Fátima, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião - no Rest. «Imperador dos Frangos», dia 21 às 13h (Inscrições pelos tels. 7933566, 8499305, 8486369 e nos Estab. «Auri», Av. de Roma, 36-B e «Isaura Florista», Pç. de Londres, 4-B); Jantar promovido pelo Sector da Saúde ORL no Rest. «A Valenciana» (Campolide), com Luís Sá - dia 24 às 19h30 (Inscrições: CT Vitória)

## No PORTO

Jantar em Matosinhos, com a participação do Gen. Vasco Gonçalves - no Rest. «Jotobel», dia 19 às 20h; Jantar-volante, promovido pelo Sector da Educação e Ensino - dia 24 às 19h30 no Púcaros Bar (R. de Miragaia, 25); Jantar-volante, promovido pela JCP Porto/Ensino Superior - dia 24 às 20h no CT da Boavista (Inscrições: tel. 6093072); Jantar em Guidões promovido pela CDU local, com António Lopes - dia 24 às 20h no Espaço CDU (Lg. da Igreja); Jantar-convívio, promovido pelo Sector da Saúde da ORP - dia 25 às 19h na Coop. Gesto (Trav. do Ferraz); Almoço em Vilarinho, promovido pela CDU local, com Ilda Figueiredo - dia 25 às 12h30, no Salão da Pastelaria S. Miguel.

## Em SETÚBAL

V Encontro de Democratas - Jantar-convívio do 25 de Abril - quarta-feira, 24, às 20h, no Rest. «O Quintal».

## Em SINTRA

Almoço em Belas, no Rest. «O Mirante», promovido por democratas da freguesia de Belas - dia 20 às 13h (Inscrições: entre outros, Alina Belas - tel. 4313223, Mário Jacques/Silveira - 4360093, Francisco Silva/Idanha - 4316200, Arlindo Guerreiro/V. Cambra - 9814052).

Ciclo de conversas com quem fez  
e faz a história do PCP

Março/Maio 1996

ESPAÇO CULTURAL VITÓRIA

19 de Abril - 21h30

**III - O Partido e o papel da classe operária e dos trabalhadores**

O partido como partido político do proletariado, como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Transformações económicas e sociais. Direitos políticos e direitos sociais.

O papel da luta dos trabalhadores no século XX.

Com Carlos Aboim Inglês, José Barata Moura, Jerónimo de Sousa, José Vitoriano

Moderadora: Natália Vieira

24 de Abril - 21h30

**IV - PCP, um projecto de futuro para Portugal**

Com Carlos Carvalho

VITÓRIA  
ESPAÇO CULTURAL



EM FOCO

Quinta, 18

CANAL 1

08.00 Notícias  
08.15 Remate  
08.30 Rua Sésamo  
08.55 Notícias  
09.05 Bullpen  
09.30 Ellen  
10.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
11.45 Rosto de Mulher  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Uma Promessa de Amor  
14.20 Malha de Intrigas  
15.10 Vizinhos  
16.10 Infantil / Juvenil  
17.00 Os Dias Úteis  
18.30 Cinzas  
19.00 Pedra sobre Pedra  
20.00 Telejornal  
20.40 Roseira Brava  
21.40 Tudo pelos Outros  
22.40 Longa Metragem  
00.45 24 Horas  
01.15 Remate  
01.35 O Homem da Navalha Azul  
(Filme de Mark Warren, EUA-1972, com Godfrey Cambridge, Peter De Anda. «Thriller»/Policial)

TV 2

16.30 Desporto de A a Z  
17.35 Rua Sésamo  
18.05 Um, Dó, Li, Tá  
19.15 Musical: «Beat Special II»  
20.15 Campos de Fogo  
21.15 Dinheiro em Caixa  
21.45 Remate  
22.00 TV2 Jornal  
22.45 Acontece  
23.00 Musical  
00.30 Ver Artes

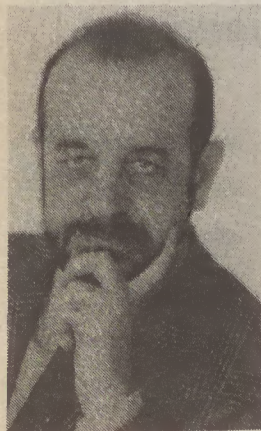
SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Vida com Filhos  
15.10 Os Donos do Jogo  
15.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
19.00 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Os Trapalhões  
21.15 Explode Coração  
22.15 Marina, Dona Revista  
23.15 À Noite da Má Língua  
00.35 Último Jornal  
00.50 Verdes Anos

TVI

10.10 Clube da Manhã  
10.55 Jornal do Mundo  
11.25 Portugal Português  
12.50 Dez Prá Uma  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.30 Encontro  
16.40 A Hora do Recreio  
17.50 Já Tocou na Faculdade  
18.35 MacGuyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.45 Fora de Jogo  
22.00 Telhados de Nova Iorque  
(Filme de Robert Wise, EUA-1989, com Jason Gedrick, Troy Beyer. Ver Destaque)  
23.50 TVI Jornal  
00.35 Rua Jump, 21

O médico Daniel Sampaio com Laurinda Alves em «Verdes Anos», sobre os jovens e os seus problemas, à quinta-feira na SIC (à uma da noite para que os próprios não vejam?)



Sexta, 19

CANAL 1

08.00 Notícias  
08.15 Remate  
08.30 Rua Sésamo  
08.55 Notícias  
09.05 Bullpen  
09.30 Ellen  
10.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
11.45 Rosto de Mulher  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Uma Promessa de Amor  
14.20 Malha de Intrigas  
15.10 Vizinhos  
16.10 Infantil / Juvenil  
17.00 Os Dias Úteis - 25 de Abril  
18.30 Cinzas  
19.00 Pedra sobre Pedra  
20.00 Telejornal  
20.40 Roseira Brava  
21.40 Bar Esperança, o Último que Fecha  
(Filme de Hugo Carvana, Brasil-1982, com Hugo Carvana, Marília Pêra. Ver Destaque)  
23.30 Isto É o Agilido  
00.15 24 Horas  
00.45 Remate  
01.05 Duplo Crime na Roma Antiga  
(Filme de Steno, It.-1977, com Marcello Mastroianni, Agostina Belli. Ver Destaque)

TV 2

16.30 Motociclismo  
17.35 Rua Sésamo  
18.00 Um, Dó, Li, Tá  
19.00 Arte em Imagens  
19.25 Artes e Letras - «Dancing for Mr. B.»  
20.50 O Romance de Charles Pathé - «V'la L' Cinema»  
21.45 Remate  
22.00 TV2 Jornal  
22.40 Acontece  
23.00 Actual Reportagem  
24.00 Máquinas  
00.35 Os Comerciantes da Morte  
(Filme de Peter Werner, EUA-1991, com Jenny Cago, Tom Mason. Ver Destaque)

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Vida com Filhos  
15.00 Os Donos do Jogo  
15.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
19.00 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Os Malucos do Riso  
21.15 Explode Coração  
22.15 Camilo e Filho  
22.45 Táxi  
23.45 Os Donos da Bola  
01.05 Último Jornal  
01.25 Playboy  
02.25 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã  
11.00 Sinais e Leis  
11.30 Luzes da Ribalta  
12.50 Dez Prá Uma  
13.00 Quem Sai aos Seus...  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.30 Encontro  
16.40 A Hora do Recreio  
17.30 Informação  
17.50 Já Tocou na Faculdade  
18.35 MacGuyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.45 Fora de Jogo  
22.00 Rebeldes sem Causa  
(Filme de Hugh Hudson, EUA-1986, com Donald Sutherland, Adam Horovitz. Drama)  
24.00 Grande Plano  
00.20 TVI Jornal  
01.15 Rua Jump, 21

Futebol - os campeões (vencedores ou vencidos) nos quatro canais.

Sábado, 20

CANAL 1

08.00 Infantil / Juvenil  
10.50 Clube Disney  
12.20 Cybermaster  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
14.35 Jornal Jovem  
15.15 Rumo a Avonlea  
16.05 Paul McKenna  
16.50 Cinema Primavera  
18.25 Chefe, mas Pouco  
19.00 Clube dos Totalistas  
20.00 Telejornal  
20.45 Futebol  
22.45 Parabéns  
01.15 24 Horas  
01.50 Lua de Mel, Lua de Fel  
(Filme de Roman Polanski, EUA/Gr.Br./Fr.-1992, com Peter Coyote, Emmanuelle Seiger. Ver Destaque)

TV 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Forum Musical  
13.00 Euronews  
14.00 Parlamento  
15.00 Atlanta 96  
16.00 Desporto  
18.00 Circo  
19.15 Contra o Crime  
(Filme de Edwin L. Martin, EUA-1951, com Randolph Scott, David Brian. «Western»/Drama)  
20.35 Os Vingadores  
21.30 TV2 Informação  
21.35 Seis Histórias  
22.25 Remate  
22.50 Jogo Falado  
23.25 Um Homem em Fuga  
(Filme de Jack Smight, EUA-1970, com James Caan, Anjanette Comer. Drama)

SIC

09.00 Buéréré  
11.30 Portugal Radical  
12.00 O Mundo dos Animais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 Tostões e Milhões  
14.00 Malhação  
15.00 Justiça Negra  
16.00 Danielle Steel - Entre Dois Homens  
18.10 Futebol: Tirsense-Porto  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 História de Amor  
22.00 Big Show Sic  
00.35 Último Jornal  
00.50 O Outro Lado da Montanha II  
(Filme de Larry Pearce, EUA-1975, com Marilyn Hassett, Timothy Bottoms. Biográfico)

TVI

09.40 Animação  
11.30 As Histórias mais Bonitas  
12.00 Quem Sai aos Seus...  
12.30 Novos Ventos  
13.00 Jornal da Uma  
13.25 Contra-Ataque  
15.00 Tênis - Torneios ATP  
15.30 A Hora do Recreio  
16.15 Doutores e Engenheiros  
17.30 Cantinflas - O Policia 777  
(Filme de Miguel M. Delgado, México-1977, com Cantinflas, Ana Bertha Lepe. Comédia)  
19.30 Telejornal  
20.10 Diagnóstico: Crime  
21.10 Alvarez Kelly  
(Filme de Edward Dmytryk, EUA-1966, com William Holden, Richard Widmark. Ver Destaque)  
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol  
00.45 Últimas Notícias  
01.05 Piquenique  
(Filme de Joshua Logan, EUA/1956, com William Holden, Kim Novak. Ver Destaque)



Domingo, 21

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil  
11.00 NBA  
12.30 Sem Limites  
13.00 Jornal da Tarde  
13.20 Made in Portugal  
14.25 86-60-86  
15.10 Alta Voltagem  
15.40 A Lei de Burke  
16.35 Os Jovens Cowboys  
17.35 As Memórias de Sherlock Holmes  
18.30 Mr. Been  
19.10 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.45 Futebol: Benfica-Farense  
22.45 Quem É o Quê?  
23.55 24 Horas  
00.30 Imagens Vivas  
01.25 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Maratona de Lisboa  
11.30 Missa  
12.55 Caminhos  
13.20 Novos Horizontes  
13.55 TV2 Regiões  
14.30 Desporto  
16.00 Jornada da Dois  
19.30 O Baile dos Rapazes Maus  
(Filme de Royl Del Ruth, EUA-1952, com Broderick Crawford, Claire Trevor. Comédia)  
21.00 Adolf Hitler, Génio ou Louco?  
22.20 Principal Suspeito  
23.00 Domingo Desportivo  
00.35 Babe Ruth  
22.50 Jogo Falado  
(Filme de Mark Tinker, EUA-1991, com Stephen Lang, Bruce Weitz)

SIC

09.00 Buéréré  
12.00 Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 Internacional Sic  
14.00 Malhação  
14.55 Uma Mulher de Honra  
15.45 O Guarda-Costas  
16.35 Wlaker, o Ranger do Texas  
18.00 Ninguém Diga que Está Bem  
(Filme de Michael Schultz, EUA-1981, com George Segal, Denzel Washington. Ver Destaque)  
19.20 Clube Vip  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 História de Amor  
21.45 Sim ou Não  
22.45 Uma Mulher de Sucesso  
(Filme de Mike Nichols, EUA-1988, com Harrison Ford, Melanie Griffith. Ver Destaque)  
01.00 Último Jornal  
01.20 A Boa Velha Maneira  
(Filme de William Beaudine, EUA-1934, com W. C. Fields, Judith Allen. Ver Destaque)

TVI

09.30 Clube da Manhã  
12.00 Missa  
13.30 O 8º Dia  
14.00 Portugal Português  
15.25 Jornal do País  
15.55 O Cantor e a Bailarina  
17.40 Christy  
18.30 Caída do Céu  
19.30 Telejornal  
20.10 Menina Prodigio  
20.45 O Pai da Chefe  
21.10 Raio Azul  
22.20 Perdido e Achado  
(Filme de Melvin Franck, EUA-1979, com Glenda Jackson, George Segal. Comédia)  
23.55 Últimas Notícias  
00.10 Hunter

Segunda, 22

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Vida com Filhos  
15.10 Os Donos do Jogo  
15.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
18.55 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Explode Coração  
22.00 Ponto de Encontro  
22.30 Indiana Jones e a Grande Cruzada  
(Filme de Steven Spielberg, EUA-1989, com Harrison Ford e Sean Connery. Ver Destaque)  
00.35 Último Jornal  
00.55 Flash Back

TVI

10.10 Clube da Manhã  
10.50 Novos Ventos  
11.25 Rumores  
12.00 Fado, Fadinho  
12.50 Dez Prá Uma  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.40 A Hora do Recreio  
17.30 Informação  
17.50 Os Caloiros  
18.35 MacGuyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.45 Fora de Jogo  
22.15 Procurando uma Mãe  
(Filme de Michael Pressman, EUA-1990, com Melissa Gilbert, Tim Matheson. Drama)  
23.50 TVI Jornal  
00.30 Jornal de Negócios  
01.00 Rua Jump, 21

Terça, 23

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Vida com Filhos  
15.10 Os Donos do Jogo  
15.40 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
19.00 Cara e Coroa  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Explode Coração  
21.45 Ai, os Homens!  
23.30 Cross Fire  
00.35 Último Jornal  
00.50 A Amante de Nelson  
(Filme de James Ceilan Jones, Gr.Br.-1973, com Peter Finch, Glenda Jackson. Ver Destaque)  
03.00 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã  
10.40 O 8º Dia  
11.10 Momentos de Glória  
12.50 Dez Prá Uma  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.40 A Hora do Recreio  
17.30 Informação  
17.50 Os Caloiros  
18.35 MacGuyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.45 Fora de Jogo  
22.15 Procurando uma Mãe  
(Filme de Michael Pressman, EUA-1990, com Melissa Gilbert, Tim Matheson. Drama)  
23.50 TVI Jornal  
00.30 Jornal de Negócios  
01.00 Rua Jump, 21

Quarta, 24

SIC

11.00 Dias Felizes  
11.40 As Receitas do Dia  
12.10 A Guerra dos Sexos  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Mãe de Aluguer  
15.00 Os Donos do Jogo  
17.00 Buéréré  
17.30 Notícias  
17.45 Renascer  
19.00 Quem É Você?  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Barba e Cabelo  
21.10 Explode Coração  
22.05 Ousadas  
23.15 Casos de Polícia  
00.15 Último Jornal  
00.40 Toda a Verdade  
01.40 O Papá É Major  
02.10 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã  
10.30 Jornal de Negócios  
11.00 O Turno da Noite  
12.50 Dez Prá Uma  
13.30 Jornal da Uma  
14.20 Primeira Mão  
14.35 Um Anjo na Terra  
15.30 A Fúria do Destino  
16.40 A Hora do Recreio  
17.30 Informação  
17.50 Os Caloiros  
18.35 MacGuyver  
19.30 Novo Jornal  
20.30 Negócios em Dia  
20.50 Rio Selvagem  
21.35 Fora de Jogo  
22.00 Os Novos Intocáveis  
23.50 TVI Jornal  
00.30 Jornal do Mundo  
01.00 Rua Jump, 21



«Hitler - Génio ou Louco?» - domingo à noite na TV2 - é uma série para ver, gravar, rever, mostrar aos filhos... Para que nunca esqueça!



A natureza em primores de beleza e minúcia nos documentários da BBC e da National Geographic

Nota: Até à hora do fecho desta edição a RTP declarava-se impossibilitada de fornecer a programação para a próxima semana, pelo que aqui se omite a informação referente ao Canal 1 e TV2 a partir de 2ª feira.



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## Telhados de Nova York

(Quinta, 22.00)

Já uma vez vimos (e filmados de que maneira!) os telhados de Nova Iorque, no fabuloso genérico de *West Side Story*, realizado também por Robert Wise. Aqui, três décadas volvidas, o realizador debruça-se, mais uma vez, sobre a vida violenta e dramática dos bairros degradados da grande metrópole, em particular a dos jovens que andam na vadiagem e se afrontam na rivalidade (ou seja, um retomar de idêntica temática social do musical de Bernstein), igualmente com algumas seqüências musicais, como sejam a do *combate dançado*, mas sem o fulgor daquela sua primeira experiência. Um filme interessante, pelo realismo do tema, mas algo falhado na sua concretização.

## Bar Esperança, O Último que Fecha

(Sexta, 21.40, Canal 1)

Um bar, como palco da vida - informa-nos o Boletim de Programas da RTP - é o centro da acção deste filme brasileiro, desconhecido entre nós, terceiro realizado pelo actor Hugo Carvano e que se diz ser uma comédia bem interpretada por Marília Pera, Nelson Dantas e Anselmo Vasconcelos. A confirmar.



William Holden é, com Kim Novak, um dos principais intérpretes de «Piquenique», um drama de Joshua Logan

## Os Comerciantes da Morte

(Sexta, 00.35, TV 2)

Misto de documentário e de reconstituição dramatizada de casos verídicos, *Os Comerciantes da Morte* é um filme produzido com o apoio da Agência de Combate à Droga dos EUA para o circuito vídeo e que nos dá uma desenvolvida panorâmica do trabalho desenvolvido por aquela agência, sobretudo baseada em depoimentos pessoais. Estreia na televisão portuguesa.

## Duplo Crime na Roma Antiga

(Sexta, 01.05, Canal 1)

Típica sátira de costumes italiana, este filme foi realizado por um especialista na matéria, Steno, e no principal papel Marcello Mastroianni representa a figura de um detective policial em crise que procura reabilitar-se ao tentar resolver uma série de casos ligados a assassinatos em série. Diz-se tratar-se de uma comédia bem disposta que apresenta, ainda, a curiosidade de incluir no elenco esse grande actor que é Peter Ustinov.

## Alvarez Kelly

(Sábado, 21.05, TVI)

Com duas figuras de topo do cinema americano nos principais papéis - William Holden e Richard Widmark -, este filme tem na sua base uma história situada durante a Guerra Civil americana na qual um aventureiro que faz negócios com os Nortistas é apanhado entre os dois lados em conflito sendo raptado por um «rebelde» que o obriga a roubar gado para os Confederados. Um filme que, apesar de realizado por Edward Dmytryk, é apontado pelas referências como apenas razoável.

## Piquenique

(Sábado, 01.05, TVI)

Filme de argumento particularmente «tórrido», para a época, em que um jovem aventureiro chega a uma pequena cidade de província e, com o seu comportamento provocatório, põe as pacatas gentes locais em polvorosa, em particular uma jovem (Kim Novak) incapaz de resistir aos seus encantos. Mas, no campo da interpretação, é bem certo que quem atinge o primeiro plano são duas figuras secundárias: as interpretadas por Rosalind Russell e Arthur O'Connell. Posto em cena com acerto por Joshua Logan, um excelente rotineiro de Hollywood, *Piquenique* vem juntar-se a um outro filme magnífico realizado por Logan - *Paragem de Autocarro* com Marilyn Monroe - e ambos ficariam como os melhores exemplares da cinematografia de Logan, o qual, na sua obra posterior, não voltaria a atingir estas alturas.

## Lua de Mel, Lua de Fel

(Sábado, 01.50, Canal 1)

Co-produzido pela Inglaterra e pela França, este filme de Roman Polanski é um dos mais desequilibrados da sua carreira, sem dúvida demonstrando as qualidades do realizador em questões de pormenor e de estilo mas perdendo-se num emaranhado de diálogos e literatice, bem demasiados para a «estreiteza» da história: um escritor americano, falhado, é casado com uma francesa voluptuosa e sensual mas a sua relação actual tem contornos algo sádicos. E é então que, numa viagem de barco...

## Ninguém Diga Que Está Bem

(Domingo, 18.00, SIC)

Um funcionário superior de uma empresa que sempre escondeu dos seus colegas a sua origem judaica é subitamente confrontado com o surgimento em cena de um filho ilegítimo de 17 anos, circunstância que particularmente afecta o seu sossego pelo facto de este ser... negro! A partir daqui, sabe-se que o filme se desenvolve numa atmosfera em que a comédia, o drama e a crítica social coabitam, mas as referências não nos esclarecem se o risco da reacção está afastado. Esperemos que sim!

## Uma Mulher de Sucesso

(Domingo, 22.45, SIC)

Outro filme mais do que conhecido dos espectadores, ainda há menos de um ano transmitido no mesmo canal - com a «única» e miserável novidade de,

agora, o genérico final ir ser cortado à faca! A este propósito, sabendo-se que o responsável (entre outras coisas!) pela programação cinematográfica da SIC é um anterior crítico do *Expresso* - M. S. Fonseca - é pelo menos curioso o silêncio cúmplice e corporativo de outros críticos, já que julgamos não ter sido particularmente visível nas colunas especializadas qualquer insistente condenação desta «moda» que configura uma arbitrariedade verdadeiramente lamentável. Quanto ao filme, trata-se de uma interessante comédia que conta a história da ascensão profissional da anónima secretária de uma firma que, servindo-se da sua grande intuição e não menores atributos físicos, procura «subir na vida» para conseguir o cargo profissional que ambiciona - vingando-se, aliás, da sobrançeria da sua «patroa», retida no leito por causa da fractura de uma perna. Um par de actores e actrizes no topo da forma (com Melanie Griffith e Harrison Ford em dois excelentes papéis principais e Sigourney Weaver, surpreendentemente, a fazer de «secundária»), num filme bem engendrado por um eficaz Mike Nichols. A canção-tema «Let The River Run», de Carly Simon, conquistou o Oscar da categoria.

## À Boa Velha Maneira

(Domingo, 01.20, Canal 1)

Seguindo as peripécias de uma trupe teatral itinerante em fuga aos seus credores, o filme é um clássico da arte de representar de um comediante maior:

W. C. Fields. Memorável é a cena da refeição na pensão, que aqui se não vende para além da referência a um pontapé que ficou célebre na História do Cinema. Um burlesco hilariante que se espera não tenha envelhecido muito.

## Indiana Jones e a Grande Cruzada

(Segunda, 22.15, SIC)

Para além da festejada «respiração de cinema» que Spielberg sempre empresta à maioria dos seus filmes - mas, de certo modo, em menor grau do que acontecia com os dois primeiros «episódios» de *Indiana Jones*, que a SIC recordou nas semanas anteriores - falta, a esta terceira e última parte da *saga*, a especial e desmesurada atmosfera de encantamento e mistério próprios destes *pastiches* das aventuras da *série B*. A curiosidade suplementar vai, assim, para a excelente presença de Sean Connery, no papel de destemido pai (e rival!) do jovem arqueólogo, que constitui a mais-valia deste filme, destinado - através da espectacular eficácia que é timbre destas produções - a fazer-nos passar alguns agradáveis e divertidos momentos de entretenimento.



Richard Widmark, no papel de um aventureiro, em «Alvarez Kelly», um filme de Edward Dmytryk



«Duplo Crime na Roma Antiga», uma comédia para entreter, realizada por Steno e com Marcello Mastroianni no papel principal

## A Amante de Nelson

(Terça, 00.50, SIC)

Numa semana particularmente fraca quanto à programação cinematográfica - e em que a RTP aparenta todo o ar de estar a livrar-se em «pacote» da tralha que as negociatas da anterior gerência haviam por lá amontoado - os destaques que para trás ficaram assinalados e este que agora se assinala talvez aqui não tivessem lugar em circunstâncias mais afortunadas. Desta vez, trata-se da cinematização da história de amor entre *Lorde Nelson* e *Lady Hamilton*, num filme que parece ter sofrido de uma rodagem quase que exclusivamente realizada em estúdio. Positivo: as interpretações de Peter Finch e Glenda Jackson.

Nota: até ao fecho desta edição do «Avante!» revelaram-se completamente infrutíferas as várias tentativas de conseguir obter do Gabinete de Relações Públicas da RTP quaisquer informações sobre a programação do Canal 1 e da TV2, pelo que nos é impossível referir os filmes que tanto um como outro canal transmitirão a partir de segunda-feira, 22.



Melanie Griffith em «Uma Mulher de Sucesso», de Mike Nichols



# Os Oscarzinhos

■ Francisco Costa

É com secreto gozo que por vezes me vem à memória uma bronca inesquecível protagonizada pelo grande actor francês Philippe Noiret. Foi há já bastantes anos, de uma vez que a RTP se lembrou de transmitir o «espectáculo» de entrega dos galardões do cinema francês - os chamados Césares.

Depois de horas seguidas de bocejos e de pontos mortos - em que uma vedeta feminina convidada titubeava frente às câmaras de televisão demonstrando quanto do à-vontade construído e trabalhado por detrás do celulóide é capaz de esconder as fragilidades humanas desvendadas «em directo» e em que um reputado crítico de cinema (pelos vistos, também ele ignorando as especificidades dos vários intervenientes do espectáculo) se arvorava em fazer as vezes de apresentador, debitando a despropósito quilómetros de reflexões acerca das virtualidades de tal ou tal película -, chegou a vez de o actor ser chamado ao palco para receber uma das estatuetas. E foi vê-lo e ouvi-lo do alto do seu formato descomunal, no mais inesperado «discurso de posse» que poderia imaginar-se, debitar a mais feroz e mordaz crítica «àquilo» em que estava a participar, chamando a atenção para o ridículo que era tentar imitar o que era inimitável, procurando alertar para a necessidade de apelar à afirmação de uma personalidade e de uma identidade própria, sublinhando a incongruência que constituía e a incapacidade assim demonstrada de construir um espectáculo a que, por natureza e feito, eram estranhos determinados mecanismos e dispositivos contraditórios - enfim, pondo de rastos tudo o que até ali se tinha visto e ouvido, envergonhadamente e a contragosto.

## O estardalhaço e a sobrançeria não compensam

Tudo isto me voltou à memória quando assisti, há dias, à transmissão do espectáculo de gala dos «Globos de Ouro», uma das peças de resistência em que a SIC nos últimos tempos tem sido fértil. Porque também esta aparência faustosa e ribombante de que tentou rodear-se a saloia mundanice do espectáculo de entrega destes prémios - a que só faltou nova intervenção dos coches e cavalos alugados para o «Chuva de Estrelas» - escondeu fragilidades e escamoteou limitações que, aliás, só quem não tem a justa medida das conveniências e do razoável normalmente se arrisca a deixar cair com estardalhaço na praça pública.

Não pretendo debruçar-me aqui sobre o absurdo das questões e das ciumeiras que têm vindo a lume sobre a «paternidade» da brilhante ideia. Também não me ocupo em questionar o carácter exageradamente «caseiro» de certas escolhas - já de si, à partida e nalguns casos, condicionadas pelas próprias nomeações e pelos responsáveis por estas - nem sequer a modalidade de votação escolhida. Nem me apetece falar da óbvia subserviência da estação de Carnaxide face aos seus parceiros estrangeiros, traduzida de forma canhestra na origem das deslocadas vedetas convidadas para virem dizer umas banalidades e abrir uns envelopes.

O que me preocupa é que, mais uma vez, assim se manifestem os tiques de piroseira arrogante e auto-suficiente - próprios aliás da estratégia de direcção desta televisão «de arromba», protagonizada por Rangel e seus pares - como espelho da incapacidade de compreender que, também aqui, este lamentável arremedo lusitano do espectáculo da entrega dos Oscars da Academia (aliás, ainda tão fresco na memória dos espectadores) só pode destinar-se ao maior dos ridículos.

Porque aquilo de que jamais outros poderão sequer aproximar-se é dessa insuperável maestria e sabedoria - sem dúvida sinistra nos piores exemplos, até alienante na maioria deles, mas claramente fascinante e insuperável nos melhores casos - com que os grandes criadores de espectáculo americanos, nunca no fundo escondendo completamente os mecanismos da manipulação e do artificio, são capazes de lidar com a verticalidade e com a dignidade, com a razão, as emoções e os sonhos, com o riso e com as lágrimas, com o ritmo frenético e com as estudadas pausas, com o geral e com o particular, num conjunto de processos e de signos há muito descodificados mas que sempre e renovadamente resultam e imparavelmente se impõem, porque específicos de uma particular forma de estar e de se deixar ver.

O que é preciso é ter a qualidade, a convicção, a ingenuidade e o engenho de conseguir fazer isto por vias outras, próprias e originais. E

seria injusto não referir, a este propósito, que foi precisamente à altura disso que estiveram os anónimos responsáveis do curto e notabilíssimo vídeo que serviu de introdução à entrega do Globo de Carreira atribuído a David Mourão Ferreira - naquele que foi o único, gratificante e emocionante grande momento da noite, em mais de duas horas desperdiçadas de televisão plastificada.

## Quando o bom gosto se impõe

Sempre caracterizadas, em geral, por grandes irregularidades e sofrendo de tentativas nem sempre bem sucedidas, tem-se assistido ao longo dos anos a várias experiências no âmbito dos programas de divulgação cultural que, nalguns casos, deixam muito a desejar. Falo-vos, agora, da RTP e em particular da TV2 - que, mais uma vez, nos querem impingir como o único e exclusivo canal com vocação para tal - e refiro-me, no fundo, à imensa lacuna que é a continuada inexistência de um programa de duração consistente e razoável que aprofundadamente se debruce sobre os vários campos da criação artística e cultural.

Em sucessivas grelhas ao longo dos tempos, o que parece ter-se sempre feito (com todo o ar de procurar contentar a sófrega e rastejante clientela dos produtores externos) foi repartir o todo artístico e cultural por magazines ditos especializados. Não há muito tempo, chegou a haver um programinha destes dedicado ao Teatro que era das coisas mais inenarráveis e hilariantes jamais feitas em televisão! Depois, foi a transformação não muito feliz de um magazine antes dedicado em exclusivo ao Cinema por um outro, disciplinarmente mais amplo e ambicioso, e duvido se mais eficaz e bem sucedido.

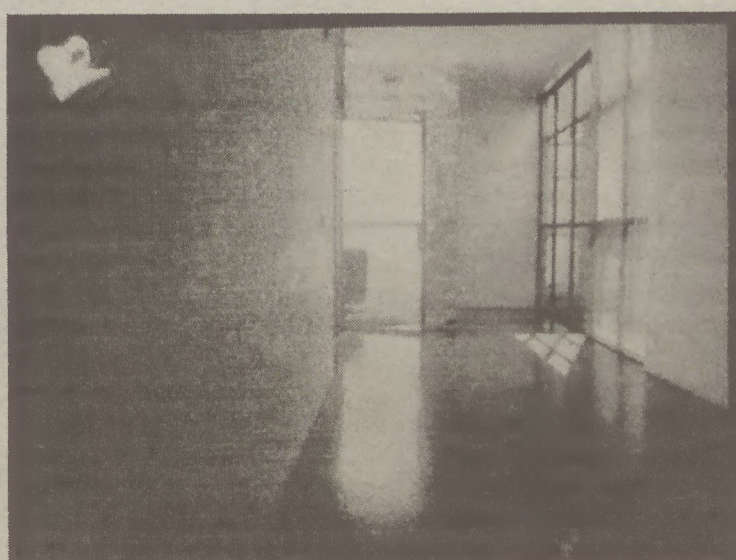
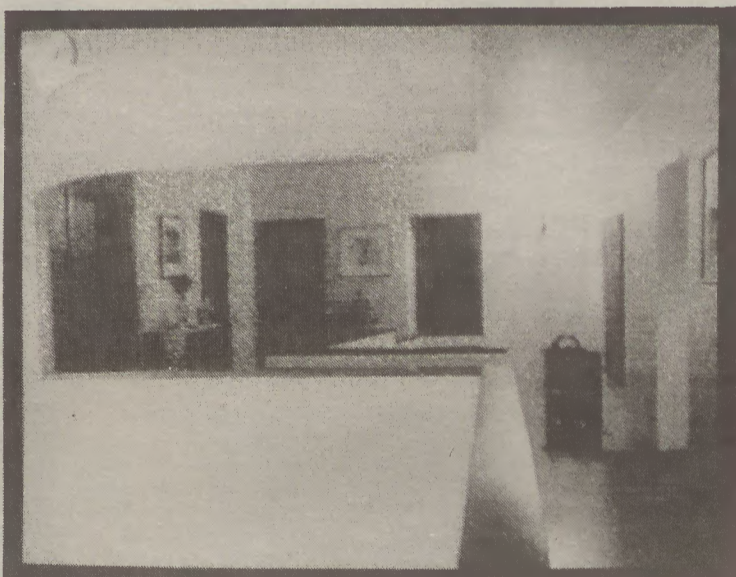
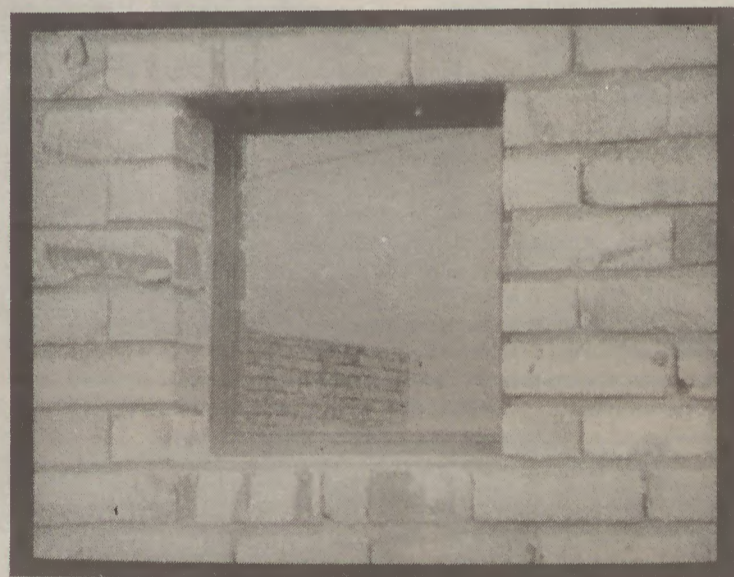
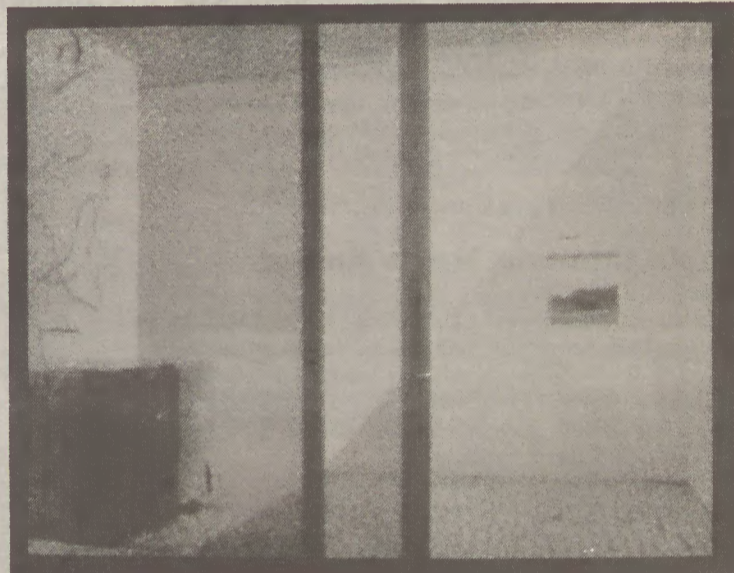
Mas, tirando o caso excepcional do já indispensável (e sempre insuficiente) «Acontece», sem dúvida que é «Ver Artes» o magazine cultural de maior qualidade jamais realizado em televisão - e, apostaria, aqui ou em qualquer parte. Sob a responsabilidade de Manuel Graça Dias, o programa debruça-se em geral sobre as artes plásticas e, em particular, sobre o design e sobre a arquitectura. Já com alguns espécimes notáveis no seu acervo, «Ver Artes» debruçou-se, na semana passada, sobre três casas projectadas e construídas em Alcanena sob a responsabilidade de três diferentes gabinetes de arquitectura: os dos arquitectos Gonçalo Byrne, Eduardo Souto de Moura e Manuel e Francisco Mateus. Três projectos encomendados por abastados industriais da região e justamente apresentados como sendo um exemplo típico e minoritário da tendência para contrariar o novo-riquismo e o pato-bravismo reinante, que o dinheiro com frequência estimula.

Passando por cima da sempre presente injustiça que a sociedade quotidianamente nos mostra sobre a relação existente entre o viver «bonito» porque se é privilegiado

e o viver «feio» porque se é excluído - reflexão que não é para aqui chamada ao apreciar-se um objecto de arte como pode ser um programa de televisão - é necessário dizer-se que, com «Ver Artes», estamos quase sempre perante algo que é fabulosamente arquitectado.

Se tivermos em apreço o último programa transmitido, e não nos competindo como é natural, analisar das virtualidades das obras arquitectónicas em apreço, o que já é irrecusável é falar-se da excelência da realização do programa, do cuidado posto na composição e enquadramento de todos e cada um dos planos e da sua harmoniosa planificação e montagem, na cuidada e inventiva sonoplastia em que as imagens se apoiavam e, mesmo, nos dispositivos dir-se-ia «dramatúrgicos» inventados para somar as partes de um todo. Assim e quanto a este último aspecto, foi habilíssima a forma encontrada, por exemplo, para mostrar as casas de Gonçalo Byrne ou de Souto Moura - no primeiro caso, com os cães, a um tempo guardiões e cicerones, correndo e saltando pelas várias divisões, deixando-se ver do interior ou projectando-se para o exterior, no segundo caso, com o miúdo brincando ou percorrendo de triciclo o interior da casa ou atravessando enquadramentos que depois permaneciam a realçar o pormenor de uma janela, de uma esteira, de um recanto. Sempre cuidando da hora do dia certa para filmar, da particular inclinação da luz ou da construção da banda sonora - de que foi exemplar a montagem do fragmento da canção («just a perfect day»), com o quarteto de cordas e, nas pausas musicais, com os lastidos dos cães - é esta uma forma nova e estimulante de nos fazer participar dos jogos de volumes, dos rigores geométricos e dos segredos da construção.

Com realização e sonoplastia de Edgar Feldman e produção de Zebra Filmes (que é da mais elemental justiça aqui mencionar), «Ver Artes» é, por isto tudo, quase sempre uma pequena obra de arte - e, sem dúvida, o único programa da RTP que justifica e merece ser realizado por uma produtora externa.



«Ver Artes»: uma empresa rigorosa, didáctica e pedagógica



## ESCAPARATE

## DISCOS

Inesquecível  
Aretha

Aretha Franklin/«The Best of...», edição em CD da Atlantic Records de 1984.

Há duas semanas falámos aqui da disponibilidade no mercado de uma colecção de discos compactos de Otis Redding, a voz masculina mais importante da história da soul. É de inteira justiça que se refira a mesma disponibilidade de edições digitais de vários álbuns da correspondente feminina, Aretha Franklin, cuja síntese de carreira está expressa num «Best of...» que contém interpretações inesquecíveis de temas como «I Say a Little Prayer», «(You Make Me Feel Like) a Natural Woman», «Think» ou «Respect».

Mais uma peça indispensável numa discoteca de música popular negra norte-americana.

temas originais, na maioria de autoria de Júlio Pereira e de Kepa Junkera, que se juntaram para uma sessão de improvisações onde se uniram os vários instrumentos de cordas tocados pelo português com o acordeão diatónico do basco. O resultado aproxima-se do fabuloso, contagiante na exuberância do ritmo dançante, para o

qual não é preciso a sustentação da percussão. Uma união ibérica coerente, onde se «ouve» mais um trabalho que poderia selar um álbum a solo de Júlio Pereira e se «descobre» um virtuoso cheio de talento, proveniente desse desconhecido País Basco, cujo diálogo musical com o português resultou fluente e brilhante.



## JAZZ

## Jazz na Marinha Grande

Organizado pela ADCA - Associação Desenvolvimento e Cooperação Atlântida, uma organização juvenil sediada na Marinha Grande, vai realizar-se no próximo Sábado, pelas 21.30, no Auditório José Vereda do Sport Operário Marinhense, o segundo concerto de um pequeno ciclo de três subordinados ao tema «Jazz à Marinha». Actuará a cantora bracarense Maria Anadon, uma nova voz feminina do

Jazz nacional, que se segue ao Sexteto de Mário Barreiros e antecede o concerto pelo Quarteto de Carlos Barretto, oito dias depois.



## CLASSICA

## Clássicos ao Domingo

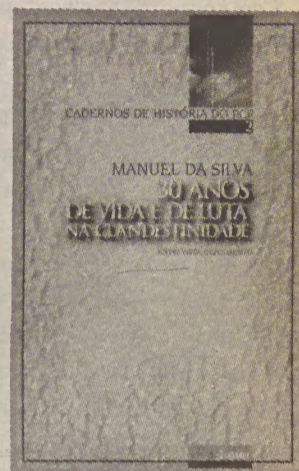
Sob o curiosíssimo lema «Venha Conhecer a Música Que Está no Top Há Anos», prossegue esta semana na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa o ciclo denominado «Clássicos ao Domingo». Desta vez, no próximo Domingo, às 16.30, a Orquestra Sinfónica Portuguesa vai interpretar três obras particularmente brilhantes do repertório sinfónico: a Rapsódia nº 1, de Enescu, a Sinfonia nº 9 «Do Novo Mundo», de Dvorak, e os Prelúdios, de Franz Liszt. A orquestra será dirigida pelo maestro Cristian Mandeal e a apresentação do concerto estará a cargo do maestro António Victorino de Almeida.



## LIVROS

Manuel da Silva  
30 anos de Vida  
e de Luta  
na Clandestinidade

Este livro, entrevista-depoimento do camarada Manuel da Silva, é mais uma publicação das edições «Avante!» integrada na colecção Cadernos de História do PCP, mais uma iniciativa a assinalar o 75º aniversário do Partido. Manuel da Silva, hoje com 86 anos de idade e 64 de militância comunista, prestou esse depoimento, cuja gravação foi recolhida em 1983, contando episódios ocorridos durante os trinta anos de actividade clandestina. O início da sua vida política, as prisões, a vida clandestina, as tipografias de que foi responsável, uma vida narrada num depoimento que o leitor achará curto para tanta vida usada na luta pela liberdade.



## Diálogo ibérico

Júlio Pereira e Kepa Junkera/«Lau Eskutara», edição de 1996 da Trihi Elkar SL.

Trata-se de uma gravação de

## XADREZ

DLVI - 18 DE ABRIL DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X017  
Por: Y MERKIN  
64, 1928

Pr.: [4]: Ps. d5, f6 - Dh1 - Rd6  
Br.: [3]: C65 - Dg7 - Rç8



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLVI

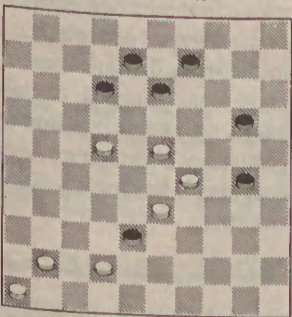
Nº 1996X017 [Y.M.]: 1. Cd3!, Dh3; 2. Rd8, Dd3; 3. Dç7+, R66; 4. D67+, Rf5; 5. Dh7+ e g.

A. de M. M.

## DAMAS

DLVI - 18 DE ABRIL DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996D017  
Por: A. FISCHER - NL, 1934

Pr.: [7]: 8-9-12-13-20-30-38  
Br.: [7]: 22-23-29-33-41-41-46



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLVI

Nº 1996D017 [A.F.]: 1. 23-19, (38x36); 2. 29-23, (x); 3. 46-41, (x); 4. 22-18, (x); 5. 22x3-Dx20+

A. de M. M.

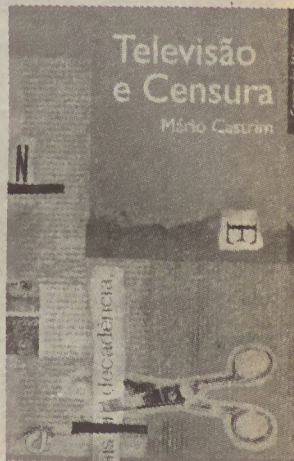
## TEATRO

Uma esperada  
reposição

Estreada no ano passado como espectáculo integrante dos Encontros Acarte 95 - o que naturalmente limitou a três o número das suas representações - volta a ser posta em cena, desta vez no Teatro Tivoli, a peça «António, Um Rapaz de Lisboa», com texto e encenação de Jorge Silva Melo e um alargado elenco de 20 actores e atrizes de que sobressaem, nos principais papéis, Lia Gama, Paulo Claro e Manuel Wiborg. Horários dos espectáculos: de 3ª a Sábado, às 21.30; aos Domingos, às 16.00.

Televisão  
e Censura

Realiza-se hoje, às 21.30 horas, na Cooperativa Árvore, no Porto, a sessão de lançamento do livro *Televisão e Censura*, de Mário Castrim. A edição é da *Campo das Letras* e a apresentação do livro será feita pelo jornalista César Príncipe. Do autor, que nos honra semanalmente com a sua colaboração, que mais lembram aos leitores se não que se trata do mais destacado crítico de televisão do nosso país? O seu trabalho, iniciado em 1965, lançou, apesar da censura e do fascismo, um sopro de frescura no jornalismo de então, suscitando aos leitores do «Diário de Lisboa» o seu sentido crítico sobre a televisão desses tempos.



De um conjunto de 3600 crónicas escritas antes do 25 de Abril e cortadas pela censura fascista, Mário Castrim recupera algumas dezenas para este livro. Não são os cortes que aí se publicam, mas sim as crónicas «inteiras», com os cortes sublinhados. «A minha intenção», afirma o autor, «foi transmitir uma experiência sobre aquela época tão pouco conhecida por uma grande parte da sociedade portuguesa actual.»



# A TALHE DE FOICE

## O pobre Lopes

«A verdade é que estou endividado até aos cabelos. Quando vim para o Sporting estava a tirar muito mais de dois mil contos por mês e neste momento estou com 360 contos.»

*Esta confissão lancinante fê-la Pedro Santana Lopes à revista Visão, a quem confessou igualmente que «cheguei a pagar bilhetes de avião do meu bolso, no exercício das minhas funções de presidente do Sporting. A única coisa que tenho do clube é um telemóvel. Porque gastava 20 contos mensalmente e passei a pagar 200». Com estas revelações, Pedro Santana Lopes foi mais uma vez extraordinário: provou que é possível contrariar a teoria, bastamente confirmada na realidade dos últimos anos, de que os dirigentes dos grandes clubes contribuem inexoravelmente para a sua ruína.*

*Com Lopes, são os clubes que arruinam os dirigentes. Pelo menos aqui, o homem conseguiu cumprir a promessa de revolucionar o futebol.*

*Mas o Pedro não é homem de meias palavras. Quantifica a desgraça e diz: «Gastei com o Sporting, do meu bolso, quase dois mil contos. Esta é uma situação bizarra, ridícula.»*

*Tão bizarra que lhe permitiu manter o mesmo nível de vida durante quase um ano - o tempo em que dirigiu o Sporting -, apesar de os rendimentos mensais terem baixado abruptamente de «muito mais de dois mil contos por mês» para 360 contos, mistério que Santana desvenda de uma penada: «Contraí um empréstimo bancário de cinco mil contos que tenho de pagar agora com o meu trabalho.»*

*Confirma-se. É bizarro.*

*Perante isto, somos levados a concluir que foi uma sorte para o Pedro ter perdido a sua eleição à liderança do PSD. Com este jeito para se arruinar nas presidências, daqui a 10 meses era capaz de ter gasto com o PSD, do seu bolso, não quase dois mil contos mas dois milhões, o que talvez fosse mais complicado de resolver com um empréstimo bancário a pagar com o seu trabalho.*

*Apesar de o Pedro, ao que afirma, ser uma pessoa de ganhar muito dinheiro com o tal trabalho. Perguntado sobre quanto tempo espera estar na advocacia, responde que «pelo menos ano e meio». Ano e meio para pagar um empréstimo de cinco mil contos, juros respectivos e ainda repor um nível de vida de «muito mais de dois mil contos por mês», é obra. Isto num labor de advogado onde, segundo confessa, «tive de cessar a colaboração com os clientes que tinha» ao tomar posse da direcção do Sporting.*

*Estamos, obviamente, perante clientes de excepção. Ao nível, aliás, de um advogado obviamente não menos extraordinário.*

*Todavia, não sosseguemos prematuramente. O espectro da ruína continua sobre a brilhante cabeça deste homem que acredita que o destino está escrito. Na mesma entrevista, Santana atira inesperada piscadela a nova aventura presidencial e diz: «Já andam a dizer que me querem desafiar para a Câmara Municipal de Lisboa. Mas eu quero estar um ano longe dos holofotes. Não me venham é dizer outra vez que se trata de uma questão de coragem. Isto não dá para tudo.»*

*É o que também nos parece. E seria de bom aviso que Pedro Santana Lopes tomasse precauções com o que lhe andam a dizer.*

*A experiência mostra-lhe - e ele próprio o confessa - que as presidências são um negócio ruinoso.*

*Já foi um pobre presidente.*

*Agora ficámos a saber que também foi um presidente pobre.*

*Por este andar, os sonhos presidenciais ainda o transformam num pobre... diabo.*

*E olhe que se não está escrito... passa a está-lo agora.*

■ HC

## ÚLTIMAS

# PCP lança campanha própria contra a flexibilidade e a polivalência

A gravíssima ofensa aos direitos laborais que represente a proposta de lei sobre desregulamentação dos horários de trabalho, das profissões e das carreiras profissionais, apresentada na AR pelo Governo, levou a que o PCP tenha decidido desenvolver uma campanha nacional própria de esclarecimento e alerta - anunciada ontem em conferência de imprensa.

O comunicado da Comissão Política, divulgado aos jornalistas por Jerónimo de Sousa, chama a atenção para a necessidade de erguer uma vasta frente social e política contra a aprovação e concretização de tais alterações legislativas.

A gravidade e o alcance da proposta de lei sobre flexibilização e polivalência - previne o PCP, apontando recentes declarações do secretário de Estado do Trabalho - constituem uma rampa de lançamento para outras medidas gravosas que o Governo quer levar por diante.

A Comissão Política do PCP sublinha e saúda o facto de muitos trabalhadores que confiaram o seu voto ao PS, na esperança da mudança e da reparação da justiça social, afirmarem o seu repúdio pela proposta de lei do Governo e o de terem participado na luta do passado dia 11 de Abril convocada pela CGTP-IN. As greves, particularmente dos transportes, as concentrações e manifestações em diversos pontos do País envolvendo milhares de trabalhadores, o número de pareceres que estão a chegar à Assembleia da República, constituem uma prova de que cada vez mais se alarga o esclarecimento, a consciencialização e a mobilização em defesa de horários de trabalho dignos, de repúdio por uma proposta de lei que tenta colocar o Estado contra direitos fundamentais dos trabalhadores.

A valorização e dignificação do trabalho, dos trabalhadores e dos seus direitos como condição determinante de um desenvolvimento e de um progresso social autênticos para Portugal, consti-

tuem um elemento essencial do projecto político, da orientação e da identidade do PCP - reafirma a Comissão Política.

A campanha dos comunistas será sustentada por um conjunto de materiais de informação e esclarecimento (folhetos, cartazes, faixas, autocolantes), uma audição parlamentar, iniciativas de debate e divulgação de posições do PCP e acções de contacto com os trabalhadores e as populações.

Desenvolver-se-á nas próximas semanas sob o lema «Flexibilidade e polivalência não podem ser lei!» e terá também uma expressiva inserção nas celebrações do 25 de Abril e do 1º de Maio, através de um forte apelo do PCP ao exercício activo e democrático da cidadania - «defende os teus direitos!» - como componente essencial do património vivo da Revolução de Abril e justificação plena, constitucionalmente fundamentada, para uma vigorosa oposição à proposta de lei anti-social do Governo.

### Regionalização

A Comissão Política analisou o debate em curso sobre a regionalização, sublinhando que o PCP, de há muito, é um firme e activo defensor de uma regionalização democrática, construída de baixo para cima com um papel determinante dos municípios e das populações, e fundamentalmente dotada de competências e atribuições actualmente na esfera da administração descentralizada do poder central.

## Reforma das mulheres aos 62 anos

A Assembleia da República aprecia hoje um projecto de lei do PCP que repõe a idade de reforma das mulheres aos 62 anos. Trata-se de revogar uma das alterações mais gravosas introduzidas pelo então Governo do PSD, em 1993, através de decreto-lei, ao regime de protecção às situações de invalidez e velhice.

Na ocasião, recorde-se, sob o argumento falacioso de que a medida visava estabelecer a "igualdade de tratamento entre homens e mulheres", o PSD determinou o aumento da idade mínima de reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos.

Para os deputados comunistas, trata-se, por conseguinte, de pôr cobro a uma situação de flagrante injustiça, resgatando um direito das mulheres, uma vez que, como observam na nota preambular do seu projecto, "a igualdade de tra-

tamento entre homens e mulheres deve ser feita com base numa igualização no progresso, nivelando pelo regime mais favorável e não o inverso".

Aliás, como o Grupo comunista tem defendido desde a primeira hora, a verdadeira razão para a alteração produzida foi de ordem financeira e economicista, porquanto, como têm denunciado, o que se pretendeu foi reduzir os encargos da segurança social à custa dos direitos das mulheres,

Os autores da iniciativa lembram ainda, numa leitura comparada dos regimes de protecção social nos países da União Europeia, que são vários os exemplos onde a idade mínima de reforma das mulheres tem um regime mais favorável, como sejam os casos da Bélgica, Grécia, França, Itália e Reino Unido.

**FLEXIBILIDADE  
POLIVALENCIA  
NAO PODEM  
SER LEI!**

**DEFENDE OS TEUS DIREITOS  
Junta-te a nós! PCP**

Neste sentido, e de acordo com esta concepção, após a aprovação na generalidade dos projectos de lei do PCP e do PS sobre a criação de áreas de partida, deve desenvolver-se um grande debate no plano nacional e em cada município até à sua aprovação na especialidade e até à aprovação ulterior de leis de instituição em concreto de cada região.

O PCP entende que o processo de regionalização não deve depender da revisão constitucional e dos seus resultados, denuncia a chantagem do PSD e do PP e os perigos de entendimento destes partidos com o PS para uma revisão acelerada da Constituição que veicule novas lesões aos direitos dos cidadãos e a desfiguração da democracia política através de alterações antidemocráticas dos sistemas eleitorais.

Esta matéria será tratada com mais detalhe numa conferência de imprensa convocada para a próxima terça-feira.

### Desaceleração

Reafirmando a importância do tema da criação das regiões administrativas do Continente, a Comissão Política sublinhou entretanto a gravidade e extrema acuidade de outros aspectos da situação nacional.

Salientou, como facto comprovado pelos dados estatísticos, a acentuada desaceleração do crescimento económico no primeiro trimestre, quando as perspectivas actuais da evolução apontam para um diminuto crescimento do PIB no ano corrente, muito aquém das optimistas e irrealistas previsões que o Governo apresentou no Orçamento de Estado.

Os comunistas denunciaram a autêntica operação de venda da «prata da família» que o Governo vai encetar com a anunciada privatização do melhor património público empresarial, a começar pelas empresas que actualmente dão elevados lucros ao Estado, designadamente a Telecom, a Cimpor e a Tabaqueira.

O PCP considera que o País está perante uma situação económica e social que se agrava, que nada pode ocultar e não é susceptível de ser ultrapassada com meros remendos pontuais, a exemplo do recente mas já quase esquecido Programa de Acção Imediata para o Emprego. O agravamento da situação económica e financeira da generalidade das empresas portuguesas e o inquietante e dramático desemprego - que atinge já, oficialmente, mais de meio milhão de portuguesas e portugueses - exigem uma inflexão da política económica.



5603199000445